

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994 - 2005

Luciana Aparecida Bastos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

SÃO PAULO

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LUCIANA APARECIDA BASTOS

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994 – 2005

SÃO PAULO

2008

AGRADECIMENTOS

A meu Deus, Jeová, a quem devo o que fui, o que sou e o que serei.

Sem Ele, seria impossível concluir esta Tese, pois Dele vem o conhecimento e a sabedoria.

A meus pais, Laércio e Marina, pelas orações, encorajamento, apoio e proteção, durante todo este período, bem como durante toda a minha vida.

A meu irmão, Tiago, pela atenção e pelo companheirismo.

A meu noivo, Marcos, pela compreensão e carinho demonstrados.

A meu orientador, Dr. Osvaldo Coggiola, pelas preciosas sugestões.

“O Temor do Senhor é o princípio da sabedoria, e o conhecimento do Santo, o entendimento.”

Provérbio do Rei Salomão. Cap.9, v.10

RESUMO

Esta Tese consiste em avaliar o desempenho comercial do Mercosul, no período de 1994-2005. O intuito da mesma é verificar de que maneira as crises internacionais da década de 1990, bem como as crises conjunturais e estruturais das economias-membro, influenciaram no desempenho do comércio intra e extra-regional das mesmas, a saber: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, nesse período.

PALAVRAS-CHAVE: Mercosul, desempenho comercial, integração, países-membros, avaliação

ABSTRACT

This thesis consists of evaluating the Mercosur commercial performance from 1994 to 2005. It aims to verify both the form in which the 90's decade international crisis as well as the conjunctural and structural bodywork crisis affected the internal and external regions of Mercosur economies trade performance such as: Argentine, Brazil, Paraguay and Uruguay during the period mentioned above.

KEY WORDS: Mercosur, trade performance, integration, member countries, evaluating

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução das exportações do Brasil para o Mercosul US\$ milhões FOB, 1990 e 1995-2004.....	21
Quadro 2 – Indicadores sócio-econômicos do MERCOSUL (1989).	71
Quadro 3 – Empreendimentos conjuntos argentino-brasileiros, por setor, de 1994 até agosto de 1995	74
Quadro 4 – Principais países receptores de <i>IDE</i> na América Latina (1994-1998).	75
Quadro 5 – Principais países receptores de <i>IDE</i> na América Latina (1999-2001).	75
Quadro 6 - Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil: 1995-2006. (em milhões, anual).	78
Quadro 7 - Exportações intra e extra-MERCOSUL (1988-1994).	83
Quadro 8 – Comércio de bens mundial e do Mercosul: 1994-1997, US\$ bilhões	92
Quadro 9 – Participação percentual do Comércio Exterior de Bens do Mercosul em Relação ao Comércio Mundial: 1994-1997, (em %)	93
Quadro 10 – Participação Percentual do Comércio Exterior de Bens Intra e Extra-bloco em Relação ao Comércio Total do Mercosul: 1994-1997, (em %).	93
Quadro 11 – Comércio de bens mundial e do Mercosul: 1997-1998, US\$ bilhões.	96
Quadro 12 – Comércio de Bens Mundial e do Mercosul: 1999-2004, US\$ bilhões.	98
Quadro 13 – Crescimento Anual (%) do PIB (preços constantes de 1995) das economias-membro do Mercosul: 1980-2005.....	108
Quadro 14 – Crescimento Médio Anual (%) do PIB per capita das economias-membro do Mercosul: 1980-2005	109
Quadro 15 – Importância do comércio intra-Mercosul para as economias-membro (% das exportações totais) 1990 e 2004.....	109
Quadro 16 – Comércio intra-regional – Porcentagens das exportações totais	113

Quadro 17 – Balança Comercial do Paraguai em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	119
Quadro 18 – Balança Comercial do Paraguai em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões.....	120
Quadro 19 – Balança Comercial do Paraguai em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões.....	120
Quadro 20 – Balança Comercial do Uruguai em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões.....	121
Quadro 21 – Balança Comercial do Uruguai em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões.....	122
Quadro 22 – Balança Comercial do Uruguai em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	122
Quadro 23 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	125
Quadro 24 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	125
Quadro 25 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões.....	126
Quadro 26 – Balança Comercial do Brasil em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	127
Quadro 27 – Balança Comercial do Brasil em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões.....	128
Quadro 28 – Balança Comercial do Brasil em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tarifa média (não ponderadas): 1985-2000, (em %)	114
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rede ARC do Brasil na América Latina	115
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações argentinas – 1990-2001.....	116
Gráfico 2 – Participação das exportações – 1990-2001.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA PRECONIZAÇÃO AO MERCOSUL.....	25
1.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO.....	26
1.2 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ALALC E ALADI.....	37
1.3 A DÉCADA DE 1980 E O REGIONALISMO ABERTO NA AMÉRICA LATINA: UMA NOVA CONFORMAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO.....	42
1.4 DICOTOMIAS ENTRE A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA.....	47
2 A FORMAÇÃO DO MERCOSUL.....	62
2.1 A ESTRUTURA JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO MERCOSUL.....	68
2.2 OS ÊXITOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL NA DÉCADA DE 1990.....	73
3 O DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994-2005.....	85
3.1 O PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL DA DÉCADA DE 1990: AS CRISES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL.....	86
3.2 A CRISE MEXICANA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994-1997.....	88
3.3 A CRISE ASIÁTICA E SEUS REFLEXOS NO DEEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1997-1998.....	94
3.4 A CRISE RUSSA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1999-2004.....	97
3.5 AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS MACROECONÔMICAS DAS ECONOMIAS-MEMBRO DO MERCOSUL: 1995-2004.....	101
3.6 O DESEMPENHO COMERCIAL DOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL, DE 1995-2004: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	110
3.7 O DESEMPENHO COMERCIAL DOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL A PARTIR DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990: UM REFLEXO DO ACIRRAMENTO DO PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NA REGIÃO.....	111

3.8 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DO PARAGUAI E RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL : 1995-2004	119
3.9 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DO URUGUAI EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004.	121
3.10 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DA ARGENTINA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004.	124
3.11 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	140
ANEXOS	146
ANEXO 01 - PROTOCOLO DE OURO PRETO	147
ANEXO 2 – O TRATADO DE ASSUNÇÃO	155

INTRODUÇÃO

Os diferentes ciclos sociais e econômicos, assim como o progresso tecnológico que a sociedade vem experimentando ao longo dos anos, tem levado a uma rápida e dinâmica internacionalização dos mercados. Nesse contexto regido pelo processo de globalização, a estratégia para aumentar ganhos comerciais e ganhar força política nas negociações internacionais que os países vem adotando, cooperou para a constituição de um novo processo de ajustamento econômico e comercial entre os países, denominado por “integração econômica”.

Esse processo tem abarcado todas as regiões do globo, a começar pela Europa, precursora da integração na década de 1950.

A América Latina, desta forma, após a integração européia, também abraçou o mesmo processo, na década de 1960.

De acordo com BASSO:

Durante muitos anos a filosofia econômica acerca da integração latino-americana era fruto do conceito da substituição de importações: todo agrupamento econômico de países na sub-região deveria, naquela perspectiva, isolar-se da concorrência internacional a fim de fortalecer-se, ou criar um setor industrial qualquer.¹

Porém, na verdade, a idéia de integração latino-americana vislumbrou-se desde Simón Bolívar que, em 1824, convocou as nações ibero-americanas para o Congresso Anfictiônico do Panamá, em 22 de junho de 1826, onde defenderia a unidade latino-americana.² Todavia, tal congresso foi frustrante e a idéia de Bolívar não foi adiante. Foi

¹ BASSO, Maristela. Integração econômica e institucionalização: As experiências do Mercosul e da União Européia. CD-ROM Enciclopédia Digital Direitos Humanos II, São Paulo, 1992, p. 23. apud. (internet) <http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul1.html>.

² MAIA, Jay me de Mariz. **Economia internacional e comércio Exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p.200.

apenas após a União Européia iniciar o processo, impelida pelo fim da II Guerra Mundial, que o assunto voltou a ganhar vulto na América Latina.³

Assim, em 1960, amparada pelo processo de integração européia iniciada em 1957, e no excelente resultado da CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Aço, resultado da União Aduaneira do BENELUX (integração entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo) em 1948, foi criada, na América Latina, a ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio.⁴

A ALALC foi criada pelo Tratado de Montevideu de 18/02/1960, e era composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, visando, dentre outros objetivos, criar um grande mercado econômico através da ampliação dos mercados nacionais de seus membros. Esse objetivo seria atingido mediante a implantação de um programa de reduções tarifárias que seria alcançado em 12 anos, ou seja, a integração seria formalizada em 1973.⁵

Porém, a ALALC não atingiu aos seus objetivos devido a uma série de motivos, dentre os quais destacaram-se: as instabilidades políticas de seus países-membros, a falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo em busca do cumprimento das metas estabelecidas, e os falsos nacionalismos de alguns dos seus membros, que a viam como um artifício utilizado pelos países-membros mais desenvolvidos para reduzir o grau de soberania nacional dos países menores, ou mesmo para eliminar por completo essa soberania.

³ Na verdade, dado o fim da II Guerra e a devastação das economias européias, alguns países europeus viam a necessidade de promover um processo de união do continente no intuito de promoção da paz, aliás, o processo de integração européia, em sua gênese, vislumbrava a promoção do retorno da paz entre os países outrora em guerra. É certo que o processo de integração tomou novos rumos, abrangendo novos objetivos como a expansão comercial, a redução de barreiras tarifárias, a cooperação econômica, dentre outros, que, vieram a tomar proporções bem maiores do que a da busca pela paz. Mas o objetivo inicial, era a promoção da paz.

⁴ Em 1948, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram o BENELUX: uma União Aduaneira que, associada à Alemanha Ocidental, França e Itália, constituiu-se num esquema de integração maior, a saber, a CECA- Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Com relação ao carvão e ao aço, essa comunidade tinha por objetivo eliminar barreiras alfandegárias e restrições de natureza econômica. A CECA ainda instituiu uma política adequada de preços de transportes e uma tarifa alfandegária comum aos países europeus não – membros.

O Tratado de Roma, criador da CECA, dizia que tais nações-membro deveriam substituir as rivalidades históricas por uma fusão de interesses. A CECA, em si, constituiu-se no embrião do Mercado Comum Europeu, a atual União Européia.

⁵ Outros objetivos primordiais da ALALC que seriam alcançados conforme o processo de integração fosse sendo ampliado, configuravam-se na expansão do comércio intra-regional, na promoção e regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, na complementação econômica e no estabelecimento de modo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano.

Desta forma, devido ao fracasso da ALALC em sua tentativa de estabelecer um Mercado Comum latino-americano, a mesma foi extinta e, em 1980, substituída pela ALADI - Associação Latino-Americana de Integração, mediante o Tratado de Montevideu de 12/08/1980.

Os objetivos da ALADI eram os mesmos da ALALC, ou seja, a promoção do comércio intra-regional, o fomento e a regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, a complementação econômica e o estabelecimento, de modo gradual e progressivo, de um mercado comum latino-americano.

Os membros da ALADI são Argentina, Bolívia, Brasil Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Bolívia e Venezuela. Em 06/11/ 1998, Cuba foi aceita como país-membro na Décima Reunião do Conselho de Ministros, passando a ser membro pleno da ALADI em 26 de agosto de 1999, após serem cumpridas as formalidades pertinentes.

Porém, de acordo com KINOSHITA:

(...) as associações (ALALC e ALADI) diferem bastante uma da outra no que se refere ao grau ou nível de organização adotado, aos critérios mais ou menos seletivos de incorporação dos membros, ao nível mais ou menos elevado de envolvimento pessoal ou do nível de envolvimento nacional.⁶

Mas o que mais chama a atenção em termos de diferenciação entre ALALC e ALADI, já que os objetivos de ambas são os mesmos, é que o Tratado de Montevideu de 1980 proporcionou maior flexibilidade para o processo de integração. Isso ocorreu porque o TM-80 permitiu que a integração fosse alcançada por meio de um processo de integração subregional paralelo ao próprio processo de integração regional.

Os países-membros, desta forma, poderiam unir-se mediante uma fusão de interesses comuns e mediante sua proximidade geográfica, em blocos subregionais de integração, nos

⁶ KINOSHITA, Fernando. Da associação Latino-Americana de livre comércio à associação Latino-Americana de integração: Notas sobre a integração regional. In: **Âmbito Jurídico**, fev/2002. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>>.

quais tratariam de desenvolver projetos comuns de promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico mútuos, reduções tarifárias, promoção do aumento do volume do comércio inter-membros, dentre outros objetivos traçados em conjunto. Essa iniciativa agradou aos países-membros que, desde a década de 1960, embora não previsto pela ALADI, já traçavam alternativas de integração em blocos subregionais para tratar de interesses comuns de seus membros, e promover seu crescimento econômico e comercial. Isso pode ser observado em iniciativas como a do CARICOM, em 1973. O bloco foi formado por ex-colônias de potências européias que, após a sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico.

Pode-se destacar, ainda, a iniciativa do PACTO ANDINO, formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, em 1969, a partir do Acordo de Cartagena, objetivando criar um Mercado Comum, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento dos países membros através da integração econômica. Destaca-se, ainda, a iniciativa do G3, grupo formado por México, Peru e Venezuela, em 1994, e a iniciativa do Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, também em 1994.

Na verdade, as relações comerciais entre Argentina e Brasil já vinham desde a década de 1940, antes da Guerra Européia ter se convertido em um conflito mundial de proporções gigantescas. Nesse período, houve uma tentativa de formar uma União Aduaneira bilateral entre Brasil e Argentina, aberta aos demais países da região, mas frustrada devido aos itinerários políticos diversos seguidos pelos dois países naquela conjuntura político-militar e, também, em razão de assimetrias econômicas entre Brasil e Argentina.

Em 1950, o projeto foi renovado por iniciativa peronista, para a formação de um bloco entre Argentina, Brasil e Chile, denominado de PACTO ABC,⁷ mas as naturais diferenças políticas e de orientação diplomática hemisférica entre os governos, no contexto da Guerra Fria, sepultaram rapidamente a tentativa.

Em 1968, foi firmada em Buenos Aires, a Ata para a Integração argentino-brasileira, a qual instituiu o programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE, cujo objetivo era proporcionar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos respectivos mercados e estímulo à complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

⁷ Paranhos, que viveu de 1819 até 1880, visconde do Rio Branco, pai do barão do Rio Branco e também relator da Lei do Vinte Livre, buscou uma maior aproximação entre Brasil e Argentina no final do século XIX.

Até este período, as relações com o país vizinho estiveram sobremodo tensas pela insistência de Estanislao Zeballos, 3 vezes ministro das Relações Exteriores, em afirmar que Rio Branco era o cérebro de uma articulação macabra EUA-BR contra a emergente República Argentina.

Na virada do século XIX, porém, Julio Roca assumiu a presidência da Argentina pela 2ª vez, todavia, sem Zeballos na chancelaria, auferindo prioridade à um acordo no Cone Sul.

Assim, tem início a articulação do Pacto ABC, idéia compartilhada entre o barão do Rio Branco e Roca. Roca em 1903, já havia visitado o Brasil e o Chile a fim de negociações no âmbito desse Pacto. Em 1904, o barão assumia a chefia do Itamaraty, enquanto Argentina, Chile e Brasil acordavam integralmente pela primeira vez sobre a emancipação do Panamá.

Ainda em 1904, Roca deixou a presidência e, em 1906 e Zeballos voltou ao cargo de ministro das Relações Exteriores, ainda mantendo aquela velha mágoa do barão e defendendo a teoria da conspiração entre EUA e Brasil contra a Argentina.

Assim, impossibilitadas as negociações entre os rivais chanceleres, e com a opinião Argentina temendo a reação negativa por parte dos EUA, opinião esta motivada por Zeballos, e também do Peru, que se via marginalizado pela Argentina, o Pacto ABC terminara sepultado, sendo ressuscitado por Perón nos anos 50.

Com o retorno de Vargas e Perón ao poder nos anos de 1950 no Brasil e na Argentina respectivamente, iniciou-se a idéia de uma nova discussão em torno do mesmo assunto, a saber: a integração regional. Perón convidou Vargas a acolher a idéia da união entre Brasil, Argentina e Chile para coordenar a defesa do Atlântico Sul e formar uma união comercial aduaneira. Assim, constituir-se-ia o Pacto ABC.

Porém, o clima político para a sustentação de Vargas era instável, chegando Perón a aconselhá-lo a transferir o governo para o Estado do Rio Grande do Sul, onde seria amparado e protegido pelas forças de Perón.

Ademais, foi nesse contexto que Perón começou a articulação do Pacto ABC.

A caminho do Chile em 1952, Perón questionou a Vargas sobre o projeto. Vargas, por sua vez, não formalizou o apoio, porém consentiu com a idéia.

Perón, ao propor o pacto ao general Carlos Ibañez Del Campo, presidente do Chile, foi questionado sobre a opinião de Getúlio Vargas. Peron mesmo não titubou em afirmar que o Brasil já aceitara a proposta. Assim, Ibañez, de imediato, tratou logo de assinar a Ata de Santiago, firmando o documento inicial para a integração dos três países: Argentina, Brasil e Chile.

Tal fato foi noticiado e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, que, alheio a Perón, desmentiu totalmente a resolução do Brasil sobre o assunto, destacando o desinteresse do Brasil em quaisquer acordos, e também desautorizou a todos de tomarem decisões sem seu consentimento.

Nesse cenário político totalmente conturbado, o presidente Vargas, do Brasil, preferiu manter o ministro no cargo.

Desta forma, através do jornalista Geraldo Rocha, expõe à Perón o desentendimento geral a fim de que fosse prosseguida a questão.

A UDN então, no Brasil, aproveitou o caso e, aliada à imprensa, armou um motim a fim de agravar a crise política, impedindo qualquer relação entre a Argentina e Brasil.

Ademais, o desfecho dessa crise, no Brasil, culminou com o suicídio de Vargas em 1954, e na Argentina, um ano depois, com a renúncia de Perón. Assim, foi desmantelada a idéia do Pacto ABC e da interação no Cone Sul, que, apenas após décadas, renasceria sob o pretexto de criação do Mercosul na era FHC. Mas, mesmo assim, sem ter sido homologado, o Pacto ABC é tido como o embrião do Mercosul.

Para maiores detalhes sobre a história do Pacto ABC, veja-se: CISNEROS, Andrés & IÑIGUEZ, Carlos Piñeiro. *Del ABC al Mercosur: la integración latinoamericana em la doctrina y praxis del peronismo*. Buenos Aires: ISEN/Nuevo Hacer/Grupo Editor Latinoamericano, 2002, ISBN: 9506946817, 601p.

Os resultados desse acordo levaram, em 1988, à celebração do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, através do qual os dois países expressaram o desejo de constituir, num prazo de 10 anos, um espaço econômico comum.

Esse espaço econômico comum seria constituído por meio de uma liberação integral do intercâmbio recíproco, em áreas como produtos alimentícios industrializados, bens de capital, dentre outras. Mas o decisivo impulso da integração entre ambos foi dado pelos presidentes Carlos Menem e Fernando Collor de Mello, em 1990, quando, no dia 06/08, assinaram a Ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31/12/1994 para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Argentina e Brasil.

De março de 1991 a dezembro de 1994, configuraria um período de transição, onde se daria início a um programa de liberação comercial entre os membros.

Em 26/03/1991, Uruguai e Paraguai aderiram ao processo em curso, com a Assinatura do Tratado de Assunção, que constituiu, de fato, o Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Ainda, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 17/12/1994, o bloco ganha personalidade jurídica de direito internacional e passa a ter competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, organismos internacionais ou outros blocos e grupos de países.

Para o Brasil, especificamente, as expectativas referentes ao Mercosul, em termos de expansão de suas exportações, era muito grande, pois, com os países-membros geograficamente próximos contando com reduções tarifárias gradativas e progressivas, haveria uma facilitação do escoamento dos produtos brasileiros aos mesmos e proporcionaria, através da redução dos custos de produção e de logística de transportes, economias de escala.

É certo que as críticas em relação à participação do Brasil no bloco também não eram efêmeras. MAIA (2001), citando falas de SERRA (1993), quando o mesmo concedeu entrevista à Revista Exame, em 10/11/1993, relata que o autor afirmou que:

Formando o Mercosul, a Argentina terá acesso livre a um mercado 03 vezes maior, o Uruguai e o Paraguai a um mercado 60 vezes superior aos seus. O Brasil, a um mercado equivalente a 1/3 do seu. Aliás, “believe it or not”, as decisões sobre o Mercosul, no período de transição são tomadas entre os quatro países por consenso, ou seja, cada um tem poder de veto e voto, mesmo se tiver 2% do PIB do outro. Trocando em miúdos, o rabinho abana o elefante.⁸

De acordo com MAIA (2001), muitos estudiosos acreditavam que o Mercosul não iria sobreviver, devido ao fato das grandes disparidades existentes entre os níveis de desenvolvimento econômico de seus membros e, no caso do Uruguai e do Paraguai especificamente, constituíam-se em países demasiado dependentes das importações, contando com parques industriais pouco desenvolvidos e, isso, dificultaria a implantação de uma Tarifa Externa Comum – TEC, que pudesse beneficiar a todos de igual modo.⁹ Ainda, o nacionalismo dos países-membros poderia entrar em conflito com os interesses comerciais, econômicos e políticos do bloco.

Porém, aos estudiosos otimistas, adeptos à idéia da efetivação da integração entre esses países configurada no Mercosul, o mesmo era visto como uma oportunidade de geração de ganhos comerciais, mediante a expansão do comércio intra-bloco, facilitada pelas reduções tarifárias.

Para o Brasil especificamente, alguns estudiosos otimistas acreditavam que os ganhos comerciais seriam ainda maiores. Isso pode ser comprovado pelo quadro a seguir, onde pode ser observado o incremento nas exportações brasileiras para o Mercosul, entre os anos de 1990 e 2000.

⁸ Op. Cit. (2001) p.209, citando SERRA, José. Reportagem publicada na Revista Exame, em 10/11/1993.

⁹ O Brasil buscaria a implantação de uma TEC elevada, visando o protecionismo de seus produtos. Já o Uruguai e o Paraguai, lutariam por uma TEC bastante reduzida, já que dependem sobremaneira de importações. Para a Argentina, o ideal seria uma TEC de proporções medianas.

Observe-se que desde o ano de 1990, marcado pelo início do acirramento do processo de abertura econômica da região, o Brasil já vem elevando suas exportações para o Mercosul. Observe-se ainda, que a partir da conformação do Mercosul (1994), as mesmas não param de crescer em relação ao bloco, e mantém essa tendência até o ano de 2003.

Quadro 1 – Evolução das exportações do Brasil para o Mercosul US\$ milhões FOB, 1990 e 1995-2004.

Ano	Exportações Brasil	Importações Mercosul
1990	31.414	1.320
1995	46.506	6.154
1996	47.747	7.305
1997	52.994	9.047
1998	51.140	8.878
1999	48.011	6.778
2000	55.086	7.733
2001	58.086	6.364
2002	60.362	3.311
2003	73.084	5.672
2004*	5.800	535

*janeiro

Fonte: SECEX , 2004 (Adaptação)

Observa-se que após a criação do Mercosul (1994), constatam-se constantes elevações na participação do mesmo como comprador de produtos brasileiros a partir de 1995, o que é um tanto óbvio, devido ao mercado ampliado intra-zonal. A queda na participação do Mercosul como importador dos produtos brasileiros, a partir de 2001, é explicada pelas crises cambiais que afetaram o poder de consumo dos países-membros,

sobretudo a Argentina, todavia, mostrando sinais de recuperação a partir de 2003. E, mesmo com tal redução, pode-se verificar que a participação do Mercosul na compra de produtos brasileiros ainda é bem maior do que no ano de 1990.

Dessa mesma expectativa de auferir crescentes ganhos comerciais, mediante o incremento de suas exportações para o mercado ampliado do Mercosul, partilhavam os demais países-membros: Paraguai, Argentina e Uruguai. Este foi o real motivo da adesão dos mesmos ao bloco.

Desta forma, e baseando-nos neste contexto de tamanhas expectativas dos países-membros do bloco em expandir suas exportações intra-regionais, facilitadas pelo mercado ampliado, bem como pelas reduções tarifárias oriundas da integração, foi que decidimos realizar uma análise do desempenho comercial dos países-membros do Mercosul após a formação do bloco (1994). O período da análise inicia-se em 1994, após as respectivas adesões dos países-membros ao Mercosul, através do Protocolo de Ouro Preto (1994) e segue até 2005.

Realizar uma análise desse tipo não é nada fácil, mesmo porque são muitos os fatores (externos e internos), tais como: conjuntura interna dos países-membros, conjuntura econômica internacional, relações comerciais extra-regionais, dentre outras, que interferirão nesse desempenho comercial dos países-membros, no âmbito do Mercosul, gerando reflexos diferentes nesses distintos membros.

Ainda, a utilização de um grande volume de dados estatísticos torna-se imprescindível como instrumental de análise. Ademais, a precisão dos dados estatísticos aliada ao contexto histórico e econômico das economias mundial e do Mercosul, dentro do período de análise selecionado, será fundamental para comprovar a veracidade das conclusões da análise desse desempenho comercial.

O período de análise selecionado para avaliar o desempenho das relações comerciais intra-regionais das economias-membro do Mercosul, especificamente, se estenderá, por sua vez, de 1995, (um ano da conformação do bloco), até 2004, em virtude das dificuldades na obtenção dos saldos comerciais dos países-membros para os anos de 1994 e 2005, o que não trará nenhum prejuízo à análise.

Desta forma, para a realização deste estudo, dividiremos esta Tese em três capítulos.

No primeiro deles, trataremos de expor como se deram as primeiras tentativas integracionistas na América Latina, que se traduziram em precursoras da formação do Mercosul. O capítulo tratará de uma reconstituição histórica do processo de integração da América Latina, embasada em grandes estudiosos da integração como FONSECA (2000), ALMEIDA (1998), CHACON (1996), COGGIOLA (2004), dentre outros.

Trará, ainda, um enfoque sobre as principais Teorias da Integração utilizadas como aparato teórico pelos estudiosos do processo, as quais também delineiam as fases do processo de integração para os grupos de países que almejam alcançar a formação de um Mercado Comum.

No segundo capítulo, abordaremos o contexto da Formação do Mercosul em si. Tal capítulo também será composto por uma reconstituição histórica da formação do bloco, pautada sob a ótica do regionalismo aberto da CEPAL (1994).

No terceiro capítulo, por sua vez, faremos uma análise do desempenho comercial dos países-membros do Mercosul a partir de 1994, frente às principais crises econômicas internacionais que permearam o processo integracionista do bloco, até o ano de 2005.

Após tal avaliação, ainda nesse mesmo capítulo, procuraremos analisar os saldos comerciais dos países-membros do bloco.

Nosso intuito, a partir dessa análise, é demonstrar de que forma as crises internas do bloco, com destaque para a desvalorização do real (1999) e a crise financeira argentina

(2001), frutos dos ajustes macroeconômicos das economias-membro fomentados, em parte, pela conjuntura internacional da década de 1990, marcada, por sua vez, pela Crise Mexicana (1994), Asiática (1997) e Russa (1998), afetaram o desempenho comercial dos países-membros.

CAPÍTULO I

1 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA: UMA PRECONIZAÇÃO AO MERCOSUL

De acordo com a maioria dos estudiosos da Integração Latino-Americana das últimas décadas, dos quais destacamos FONSECA¹⁰, BALZE¹¹, ALMEIDA¹², ALVAREZ & FUENTES¹³, COGGIOLA¹⁴, CHACON¹⁵, MENEZES¹⁶, dentre tantos outros de igual prestígio, a integração é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região integrada, uma vez que proporcionaria o aumento do intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da mesma e com o restante do mundo. Na verdade, nada mais é do que um conjunto de estratégias econômicas e políticas visando atender aos anseios mais imediatos e plausíveis dos países, sem, contudo, ter o poder de diminuir os interesses geopolíticos dos mesmos em cultivar áreas de influência.

De acordo com MISES¹⁷: “O homem não é um ser que tenha por um lado, uma dimensão econômica e, por outro, uma dimensão política dissociada uma da outra. Os eventos políticos são consequência inevitável das mudanças das políticas econômicas.”

Desta forma, antes de abordarmos como se substanciaram as primeiras tentativas integracionistas na América Latina de fato, faz-se necessário tratar da conceituação da

¹⁰ FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da. O processo de Integração da América Latina e do Caribe. Texto produzido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração da Área de Planejamento do BNDES. **Anais...** Seminário sobre a América do Sul: A organização do espaço sul-americano, de 31 de julho a 2 de agosto, Brasília, 2000.

¹¹ BALZE, F.^aM. **El comercio exterior argentino en la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1991.

¹² ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTR, 1998.

¹³ ALVAREZ, Roberto ; FUENTES, Rodrigo. Chile: Efectos del acuerdo con el Mercosur en la economía. **Comercio Exterior**, v.47, n.11, p.899-906, Banco Nacional de Comercio Exterior, México, novembro, 1997.

¹⁴ COGGIOLA, Osvaldo L. A. **América Latina: integração e desintegração**. (capítulo de livro). **A América Latina e a globalização**. São Paulo: FFLCH/PROLAM-USP, EDUSP, 2004.

¹⁵ CHACON, Vamireh. **O Mercosul: a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione, 1996.

¹⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. **A integração econômica da América Latina: do sonho à realidade**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

¹⁷ MISES, L. V. **Liberalismo segundo a tradição clássica**, Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal, 1996, p. 39.

integração, discutida por diferentes correntes de pensamento econômico, a saber: a marxista, a estrutural voluntarista e a clássica-liberal. Porém, embora sejam diferentes os conceitos, a argumentação é a mesma: por diferentes razões a integração move os países a eliminarem barreiras sociais, políticas e econômicas para a criação de uma nova estrutura, amparada pela cooperação das organizações internacionais. BEÇAK.¹⁸

1.1 TEORIAS DA INTEGRAÇÃO

BEÇAK¹⁹ e SILBER²⁰ ao discutirem as distintas teorias da integração, afirmaram que, de acordo com a concepção marxista, a integração é considerada como uma etapa tanto de aperfeiçoamento quanto de perpetuação da situação de dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países industrializados. Assim, qualquer movimento em relação à defesa de processos integracionistas, estaria vinculado ao interesse dos países industrializados em dominar os países chamados subdesenvolvidos.

Nesta concepção, a integração é um processo viável para a sustentação do capitalismo mundial, uma vez que perpetua as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e seus benefícios para os países mais pobres seriam passageiros e, desta forma, incapazes de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Para a concepção estrutural-voluntarista, a integração é o meio pelo qual os países podem atingir o bem-estar econômico-social, em razão do melhor aproveitamento do conjunto dos fatores de produção das nações integradas. Para os países subdesenvolvidos, ela representaria a emancipação econômica em relação aos países industrializados, uma vez que

¹⁸ BEÇAK, Peggy. **O Mercosul e a trajetória da integração Latino-Americana**. As dimensões da integração restrita e ampliada. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina-PROLAM- USP-SP, março de 1999, p.10.

¹⁹ Idem, Ibidem.

²⁰ SILBER, Simão D. **Evolução e tendência do comércio internacional**. Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo: Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, junho de 1995.

seria a responsável pela viabilização do desenvolvimento econômico conquistado pela ampliação dos mercados nacionais.

Já a concepção clássica-liberal, vê a integração como um desdobramento automático da economia de mercado, uma decorrência natural do capitalismo moderno que carece de especialização e competência para gerar produção em escala.

É um processo irreversível exatamente por ser inerente aos desdobramentos do próprio capitalismo moderno, permitindo a redução dos custos de produção devido a melhor alocação dos fatores produtivos e possibilitando a competição e a penetração em diversos mercados. Essa participação dos países em outros mercados traria enormes ganhos à sociedade devido ao aumento da produção, da arrecadação de impostos e da geração de novos empregos.

Porém, independentemente das distintas concepções teóricas sobre a Integração, todo e qualquer projeto de integração econômica pressupõe algumas etapas a serem cumpridas até a concretização de seu objetivo. É uma série ordenada de atos sucessivos que desencadeiam na integração, ou seja, ela é realizada por etapas, desde a mais superficial (Zona de Preferência Tarifária) até a mais completa (União Econômica e Monetária).

De acordo com IRACHANDE²¹, o termo integração tem se prestado a usos múltiplos. Deste mesmo pensamento têm participado vários estudiosos que vão desde as primeiras aproximações conceituais de BALASSA²² até SCHAPOSNIKS.²³

Porém, de maneira pragmática, integração significa a ausência de discriminações ou a eliminação progressiva das discriminações, nas relações econômicas entre dois ou mais países. Em suma, embora existam autores que tentam encontrar no processo de integração outros propósitos de monta igual ao propósito econômico, a visão prevalente nos últimos 50

²¹ IRACHANDE, Aninho Mucundramo. **Direito de intervenção coletiva e a governança global**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1996.

²² BALASSA, Bella. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

²³ SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul**: estratégias. Florianópolis: UFSC, 1997.

anos é de que os alicerces do processo de integração são os elementos econômicos, especialmente os de facilitação comercial e coordenação de políticas para esse objetivo. (IRACHANDE)²⁴.

Já desde o começo das discussões em torno da conceituação do termo “integração econômica”, os estudiosos deste processo já vislumbravam para a mesma pelo menos três níveis, dentro dos quais o processo envolveria, paulatinamente, os países integrados, a saber: 1- o primeiro nível, onde estruturas de comércio e de produção se harmonizam de maneira mais ou menos espontânea; 2- o segundo nível, onde o fenômeno da integração deixa de ser espontâneo e torna-se uma tentativa de coordenação das políticas econômicas dos vários Estados envolvidos no processo; e 3- o terceiro nível, onde o estágio máximo da integração representaria um ideal ou o ótimo da cooperação econômica entre Estados.

Nesse nível, todos os elementos de tratamento discriminatório entre os estados participantes e destes com terceiros estados, seriam progressiva ou definitivamente removidos ou reduzidos.

A integração também deve ser tratada como um termo muito mais amplo do que simplesmente uma cooperação; a diferença entre integração e cooperação não é só conceitual, mas, também pragmática.

Enquanto a cooperação inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação em aspectos específicos, o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de todas as formas de discriminação como estágio do próprio processo. (IRACHANDE)²⁵. A teoria da integração estuda também as questões relacionadas com o aumento ou diminuição do bem-estar econômico resultantes da criação de uma União Aduaneira.

²⁴ IRACHANDE, Aninho Mucundramo. **Direito de intervenção coletiva e a governança global**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1996.

²⁵ Idem, Ibidem.

De acordo com o autor, cabem no âmbito da cooperação internacional, os acordos internacionais sobre políticas comerciais, ao passo que a supressão de barreiras aduaneiras, é um ato de integração.

Cronologicamente, os dois primeiros processos de integração em nível mundial foram o BENELUX (integração entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço – CECA -. Nem um nem outro, porém, podem comparar-se em importância e amplitude ao Tratado de Roma, de 1957, pelo qual França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo estabeleceram a Comunidade Econômica Européia. Porém, é preciso notar que, o movimento de integração dos países da Europa Ocidental obedeceu a motivações históricas e políticas, mais que econômicas. Nasceu da imaginação de políticos eminentes, como Jean Monnet, Paul Henry Spaak e Robert Schuman, e tinha como objetivo precípua promover o fortalecimento e o engrandecimento da Europa perante as duas superpotências mundiais: União Soviética e Estados Unidos . (IRACHANDE)²⁶

A partir do Tratado de Roma e incentivados pelo seu êxito, surgiram em todo o mundo vários outros processos de integração econômica, em nível regional ou sub-regional, reunindo países desenvolvidos ou em desenvolvimento ou uns e outros.

No caso específico da integração européia, eram apontadas as seguintes vantagens e propósitos que permeariam o processo de integração:

1. **Especialização da produção**, de acordo com as vantagens comparativas de cada país;
2. **Economias de produção em grande escala**, provenientes do melhor aproveitamento da mão-de-obra especializada e a economia de maquinaria e de matérias primas;

²⁶ IRACHANDE, Aninho Mucundramo. Direito de intervenção coletiva e a governança global. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1996.

3. **Aumento da eficiência e redução das tendências monopolísticas**, como resultado da concorrência com os bens similares produzidos na região.

Nas integrações entre países em desenvolvimento as vantagens esperadas com a integração e que são as principais motivações dos países que se engajam nestes processos são:

1. O aumento do poder de negociação frente a terceiros países ou agrupamentos de países;
2. Uma formulação mais coerente de políticas econômicas nacionais, que advém da disciplina imposta pelas pressões dos parceiros;
3. Introdução, a médio prazo, de reformas estruturais;
4. Atenuação dos problemas de pagamentos com moeda externa;
5. Aceleração do ritmo do crescimento econômico. Trata-se do argumento mais controvertido em favor da integração e o que mais atrai a atenção dos países em desenvolvimento para o processo de integração.

Um argumento final convergente entre vários autores, sobre a integração entre países em desenvolvimento é o fato de que com a redução de suas receitas de exportação no pós-guerra, esses países se viram em dificuldades para manter o ritmo das importações. A solução estaria em produzir internamente a maioria dos bens que antes importavam, mas para isso lhes convinha associar-se a outros países similares²⁷, de maneira a ampliar o mercado consumidor e, conseqüentemente, reduzir os custos de produção. A integração entre esses países surgiu, assim, em grande parte, da necessidade de formar mercados de dimensões viáveis economicamente, sobretudo tendo em conta o baixo nível de renda e, portanto, de demanda de suas populações.

Desta forma, a partir destas concepções podemos fazer uma grande distinção de dois sentidos de integração econômica. O primeiro vê a integração econômica desde o ponto de

²⁷ Países com grau de desenvolvimento e crescimento econômico similares.

vista do fortalecimento do mercado doméstico, especialização na produção, complementaridade das economias e ampliação da base produtiva e de consumo. Em suma: integração é harmonização dos fatores e agentes econômicos nos parceiros do processo (o caso da Europa). O outro sentido vê a integração como mecanismo para fortalecer os países diante do mercado externo, da competitividade comercial, da ampliação de exportação e da melhoria da balança comercial (o caso dos países subdesenvolvidos e/ou em vias de desenvolvimento).

Assim, a integração teria como objetivo atender as exigências de ordem externa, mesmo que internamente não responda ao bem estar e integração dos agentes econômicos.

Os estudiosos da Integração destacam a evolução da mesma através de níveis de cooperação ou etapas de cooperação, as quais representam graus de supressão de discriminações comerciais e de coordenação de políticas.

De acordo com SILBER²⁸, o processo de integração pode ocorrer em dois níveis distintos, acordados entre os países signatários, a saber: Um nível mais superficial, denominado por “integração rasa”, o qual completa apenas alterações na esfera comercial dos países envolvidos e um nível mais completo, chamado de “integração profunda”, que avança em modificações nas estruturas sociais e políticas, além daquelas puramente comerciais.

Vejamos como se desencadeia cada um deles:

a) Zona de Preferências Tarifárias (ZPT).

Este estágio é o mais superficial dentro do nível de integração rasa. Ocorre, de acordo com MAIA²⁹, quando dois ou mais países integrados decidem estabelecer tarifas diferenciadas entre seu comércio e aquele praticado com os outros países de fora da área de preferência tarifária regional. A Zona de Preferência Tarifária (ZPT), não prevê nenhuma

²⁸ SILBER, Simão D. **Evolução e tendência do comércio internacional**. Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo. Editora Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, junho de 1995.

²⁹ MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

modificação no trato das relações comerciais entre os signatários; apenas concede benefícios tarifários aos mesmos, conforme interesse mútuo dos mesmos.

Ademais, as Zonas de Preferências Tarifárias, como etapa mais incipiente de integração econômica, consiste na adoção recíproca, entre dois ou mais países, de níveis tarifários preferenciais, ou seja: as tarifas incidentes sobre o comércio entre os países membros do grupo são inferiores às tarifas cobradas de países não-membros. A diferença entre as tarifas acordadas e aquelas aplicadas ao comércio com terceiros mercados dá-se o nome de margem de preferência. Arranjos dessa natureza constituem, em geral, etapas preliminares na negociação de Zonas de Livre Comércio. Exemplos significativos de Zonas de Preferências Tarifárias são muitos dos acordos celebrados no marco da Associação Latino Americana de Integração (ALADI), da qual falaremos no decorrer deste trabalho.

b) Zona de Livre Comércio (ZLC).

A Zona de Livre Comércio (ZLC) é uma etapa um pouco mais elaborada do que a Zona de Preferência Tarifária (ZPT), e prevê um rebaixamento dos níveis tarifários vigentes nos países signatários até chegar a zero, ou seja, até atingir zero por cento (0%) de alíquota entre todos os países arrolados no processo de integração. Para tanto, são estabelecidos prazos para que o mercado e o setor público dos países integrados adequem-se às reduções e à futura eliminação tarifária, que pode ser feita em relação a um ou mais produtos (ou até a todos os produtos da pauta de exportações), de acordo com o interesse do grupo de países integrados. Porém, no que tange ao tratamento para com os países que não fazem parte da Zona de Livre Comércio, cada país membro da ZLC mantém total autonomia comercial para negociar com os países não-membros. Esta fase da integração torna o produto mais acessível ao consumidor final, devido à redução ou à eliminação da alíquota e, logo, aumenta a concorrência entre as empresas no mercado ampliado.

Segundo as normas estabelecidas pelo General Agreement on Tariffs and Trade, GATT, acordo sobre comércio internacional que vem sendo negociado em rodadas sucessivas desde 1947, e que deu origem à Organização Mundial de Comércio (OMC), um acordo é considerado Zona de Livre Comércio quando abarca ao menos 80% dos bens comercializados entre os membros do grupo. Como a ZLC pressupõe a isenção de tarifas aos bens comercializados entre os sócios, torna-se imperativo determinar até que ponto determinado produto é originário de um país membro da ZLC ou foi importado de um terceiro mercado e está sendo reexportado para dentro da Zona. A determinação da "origem" de um produto dá-se através do Regime de Origem, mecanismo indispensável em qualquer acordo de livre comércio.

O melhor exemplo de uma ZLC em funcionamento é o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), firmado em 1994 entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. A ALCA deverá resultar, uma vez concluídas as negociações para sua conformação, na maior ZLC do mundo, estendendo-se do Alasca à Patagônia e somando uma população de cerca de 780 milhões de pessoas e um PIB de 9,7 trilhões de dólares. (IRACHANDE, 1996).

c) União Aduaneira (UA).

A União Aduaneira, além de manter todo o tratamento tarifário estabelecido pela Zona de Livre Comércio, ainda determina um tratamento único em relação aos mercados não envolvidos na ZLC, mediante o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum – TEC. Isso significa que é estabelecida uma tarifa única dos países membros para com os países que não fazem parte da União Aduaneira.

É uma fase bastante complexa do processo de integração, uma vez que não é nada fácil a negociação de quanto será a TEC de cada produto, sobretudo quando os países arrolados no processo de integração possuem níveis de crescimento e desenvolvimento econômico diferenciados.

Desta forma, para assegurar a gradativa convergência à TEC e evitar tensões, os países-membros estabelecem Listas de Exceções e Listas de Adequação dos produtos, contemplando todos aqueles setores considerados sensíveis à imediata concorrência Internacional. De acordo com MAIA³⁰ e BEÇAK³¹, os setores elencados em tais listas recebem um tratamento diferenciado dos demais, gozando de prazos maiores do que aqueles fixados em cronograma, a fim de convergirem sem maiores problemas à TEC. Neste estágio, também são realizados simultaneamente programas de cooperação regional, respaldando a reestruturação produtiva.

A aplicação da TEC redundava na criação de um território aduaneiro comum entre os sócios de uma UA, situação que torna necessário o estabelecimento de disciplinas comuns em matéria alfandegária e, em última análise, a adoção de políticas comerciais comuns. Muitos são hoje os exemplos de União Aduaneira. A União Européia era uma UA até a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992. A SACU, *Southern African Customs Union*, agrupamento que reúne vários países da África Austral em torno da República Sul Africana, é o único exemplo de UA naquele continente. O MERCOSUL tornou-se, a partir de 1º de janeiro de 1995, o melhor exemplo de uma UA latino-americana.

d) Mercado Comum (MC).

O Mercado Comum é o primeiro estágio da chamada “integração profunda” e pressupõe, além das medidas estabelecidas na Zona de Livre Comércio e na União Aduaneira, a total mobilidade de bens, serviços e pessoas, dentro do mercado integrado. Desta forma, observa-se que essa fase da integração vai muito além da esfera comercial e carece da coordenação harmoniosa entre as próprias políticas macroeconômicas dos países envolvidos (definição de metas comuns em matéria de juros, fiscal e cambial, por exemplo).

³⁰ MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001

³¹ BEÇAK, Peggy. **O Mercosul e a trajetória da integração Latino-Americana**. As dimensões da integração restrita e ampliada. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina-PROLAM- USP-SP, março de 1999, p.10.

Atualmente, tem a União Européia como principal modelo. A maior diferença entre o Mercado Comum e a União Aduaneira é que esta última regula apenas a livre circulação de mercadorias, enquanto o Mercado Comum prevê também a livre circulação dos demais fatores produtivos. (MAIA)³²)

A expressão "fatores produtivos" compreende dois grandes elementos: capital e trabalho. Da liberalização desses fatores decorre, por um lado, a livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e, por outro, a livre circulação de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.). Do ponto de vista dos trabalhadores, a livre circulação implica a abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de outros países do bloco. No que se refere ao capital, a condição de Mercado Comum supõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital em função de critérios de nacionalidade. Em tais situações, o capital de empresas oriundas de outros países do Mercado Comum não poderá ser tratado como "estrangeiro" no momento de sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos).

e) União Econômica e Monetária (UEM) ou União de Integração Total (UIT).

A União de Integração total, por sua vez, estabelece a união econômica e monetária entre os países. Além da livre mobilidade de serviços, pessoas e mercadorias inerentes ao mercado comum, da presença da TEC e da eliminação tarifária entre os países integrados, as instituições nacionais indicam representantes a entidades supranacionais, que comandarão econômica e politicamente a região integrada. Além disso, é criado um banco central único e é instituída uma moeda única que circulará na região. Também é criada uma bolsa de valores única. São unificadas, ainda, as demais instituições normativas que garantirão a segurança nacional e a justiça na região integrada.

³² MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001

Nesta fase, os países concedem sua soberania como nação para dar lugar um novo tipo de governo de atuação coordenada e conjunta de todos os países integrados, posta em prática pelos organismos supranacionais. A ação desses organismos deve garantir estabilidade política e econômica aos países integrados, promovendo crescimento e desenvolvimento econômico para todos, sem distinção.

O único exemplo de uma União Econômica e Monetária hoje existente no mundo é a União Européia. Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, foram definidos os pré-requisitos para a entrada dos países-membros da CEE na nova UEM: déficit público máximo de 3% do PIB; inflação baixa e controlada; dívida pública de, no máximo, 60% do PIB; moeda estável, dentro da banda de flutuação do Mecanismo Europeu de Câmbio, e taxa de juro de longo prazo controlada. Em janeiro de 1999 foi lançado o Euro, moeda única reconhecida por 11 dos 15 países membros da UE. A moeda passou a ser usada apenas em transações bancárias até finais de 2001. Em 2002 o EURO passou a circular nos países que o adotaram, substituindo as moedas locais para fins de transações correntes, como compras e pagamentos. Foi criado, igualmente, um Banco Central Europeu, que está sediado na Alemanha. (IRACHANDE)³³

Os processos de integração e a "integração econômica", embora recentes na acepção utilizada na atualidade, apenas ganharam o seu sentido atual após a Segunda Guerra Mundial. Os mesmos encontram-se inseridos perfeitamente no atual cenário econômico mundial, marcado por suas correntes complementares: a da multilateralização das relações comerciais e a da regionalização econômica.

A integração é fenômeno comum no mundo desde o final de século, é a mola propulsora do MERCOSUL assim como de quase todas as grandes economias mundiais que, de alguma forma, se encontram envolvidas em processos de integração econômica: Estados

³³ IRACHANDE, Aninho Mucundramo. **Direito de intervenção coletiva e a governança global**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1996.

Unidos (NAFTA), Europa (União Européia), América latina (Pacto Andino e MERCOSUL), Ásia (CER e ASEAN) e África Austral (SADC).

A primeira tentativa de integração da América Latina, ocorrida em 1960, foi consubstanciada na ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Tinha por objetivo galgar todas as etapas do processo de integração, até conformar a União de Integração Total.

Porém, a ALALC não atingiu aos seus objetivos devido a uma série de fatores dos quais trataremos no próximo item deste estudo, sendo assim extinta e substituída pela ALADI -Associação Latino-Americana de Integração, em 1980.

Esta tentativa abriu espaço para a formação de blocos econômicos que se consolidaram na região a partir do final da década de 1960, a saber: O Pacto Andino (1969), o CARICOM (1973), o G3 (1994) e o Mercosul (1994).

Observemos, então, como se configuraram essas primeiras tentativas integracionistas regionais na América Latina.

1.2 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ALALC E ALADI

A partir do surgimento do Mercado Comum Europeu (década de 1950), do qual falaremos um pouco à frente, foram buscadas distintas formas para concretizar uma integração econômica na América Latina. A despeito de toda a dinâmica que circundou o processo integracionista latino-americano, obstáculos circunstanciais (estruturais, conjunturais, econômicos, políticos e geográficos) vieram a atuar contra esse processo, tornando mais lenta essa dinâmica.

Durante os anos 1950, a nova estratégia de industrialização que estava sendo implantada nos diversos países da América Latina parecia proporcionar uma oportunidade única de criar mercados regionais e de melhorar a própria escala e eficiência do processo de substituição de importações.

Afora os benefícios econômicos apontados como provenientes da integração, relacionados com a similaridade da cultura, idioma, intercâmbio turístico cada vez maior, motivado pelas migrações na região, dentre outros, pesavam também certas limitações ao processo. O problema central, de acordo com os estudiosos, estava relacionado à história dos países da região. O tipo de colonização que sofreram possibilitou a que esses países desenvolvessem uma tendência de se voltarem para o exterior e não para seus vizinhos.

As práticas mercantilistas dos países colonizadores promoveram a produção agrícola e a extração intensa de metais preciosos com exclusivo destino às metrópoles, sobretudo Portugal e Espanha, proibindo o comércio e a comunicação entre as colônias e, destas, como outros países.

Assim, no momento em que a América Latina começou a pensar sobre uma possível integração regional, os países da região se depararam com essa dificuldade de iniciar um relacionamento comercial entre si, dificuldade essa acentuada pelo diferente grau de desenvolvimento e pobreza em que se encontravam, o que dificultava a própria elaboração de políticas macroeconômicas que visassem o bem-estar comum dos integrados.

Afora os benefícios e os problemas que envolviam a integração na América Latina, como um processo novo, a idéia de integração econômica atraiu admiradores e críticos.

Os críticos observavam o processo pelo âmbito da dificuldade de engajamento dos próprios países da região numa luta comum pela expansão comercial da mesma. Já no que tange aos defensores da idéia, a retórica se dava em torno do pensamento de que a integração econômica aumentaria o mercado e o comércio, o processo de industrialização seria ampliado

e melhor distribuído espacialmente, ocorreria uma maior especialização da produção com produtividade em escala, seria proporcionado um aumento na eficiência dos distintos setores da economia, a saber: agricultura, indústria e serviços, além de uma maior competitividade ao ser proporcionado, através desse processo, um acirramento da concorrência.

De acordo com MENEZES “(...) a integração seria a forma ideal de se trabalhar e defender em grupo e, por fim, progressivamente, aumentar-se-ia o bem estar dos povos integrados”.³⁴

A ALALC foi a primeira tentativa de integração factual na América Latina. Criada pelo Tratado de Montevideu de 18/02/1960, era composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, visando, dentre outros objetivos, criar um grande mercado econômico através da ampliação dos mercados nacionais de seus membros. Esse objetivo seria atingido mediante a implantação de um programa de reduções tarifárias que seria alcançado em 12 anos, ou seja, a integração seria formalizada em 1973.³⁵

A criação do Mercado Comum Regional da ALALC, no longo prazo, promoveria a expansão das exportações industriais da região para outros países que, até então, não eram parceiros comerciais habituais de certos setores da produção dos países latino-americanos, sobretudo dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Promoveria, ainda, buscar nesses novos parceiros produtos não existentes nos mercados nacionais de seus membros.

Essa seria uma saída para a América Latina no que tange às limitações impostas pelos seus fechados e frágeis mercados nacionais.

³⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. **A integração econômica Latino-Americana: do sonho à realidade**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 225.

³⁵ Outros objetivos primordiais da ALALC que seriam alcançados conforme o processo de integração fosse sendo ampliado, configuravam-se na expansão do comércio intra-regional, na promoção e regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, na complementação econômica e no estabelecimento de modo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano.

Porém, a ALALC não atingiu aos seus objetivos devido às instabilidades políticas de seus países-membros, à falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo em busca do cumprimento das metas estabelecidas, e aos falsos nacionalismos de alguns dos seus membros, que a viam como um artifício utilizado pelos países-membros mais desenvolvidos para reduzir o grau de soberania nacional dos países menores, ou mesmo para eliminar por completo essa soberania.

Desta forma, devido ao fracasso da ALALC em sua tentativa de estabelecer um Mercado Comum latino-americano, a mesma foi extinta e, em 1980, substituída pela ALADI - Associação Latino – Americana de Integração, mediante o Tratado de Montevideu de 12/08/1980.

Os objetivos da ALADI eram os mesmos da ALALC, ou seja, a promoção do comércio intra-regional, o fomento e a regulamentação do comércio recíproco, através de acordos bilaterais, a complementação econômica e o estabelecimento de modo gradual e progressivo de um mercado comum latino-americano. A ALADI é composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Bolívia e Venezuela. Em 06/11/ 1998, Cuba foi aceita como país-membro na Décima Reunião do Conselho de Ministros, passando a ser membro pleno da ALADI em 26 de agosto de 1999, após serem cumpridas as formalidades pertinentes.

De acordo com KINOSHITA:

(...) as associações (ALALC e ALADI) diferem bastante uma da outra no que se refere ao grau ou nível de organização adotado, aos critérios mais ou menos seletivos de incorporação dos membros, ao nível mais ou menos elevado de envolvimento pessoal ou do nível de envolvimento nacional.³⁶

³⁶ KINOSHITA, Fernando. **Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração**: Notas sobre a integração regional. In: *Âmbito Jurídico*, fev/2002 disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>. p.16>.

Mas o que mais chama a atenção em termos de diferenciação entre ALALC e ALADI, já que os objetivos de ambas são os mesmos, é que o Tratado de Montevideu de 1980 proporcionou maior flexibilidade para o processo de integração, a medida em que permitiu que a interação regional fosse alcançada por meio de um processo de integração sub-regional, paralelo ao próprio processo de integração regional.

Os países-membros, desta forma, poderiam unir-se mediante uma fusão de interesses comuns e mediante sua proximidade geográfica, em blocos sub-regionais de integração, nos quais tratariam de desenvolver projetos comuns de promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico mútuos, reduções tarifárias, promoção do aumento do volume de comércio inter-membros, dentre outros objetivos traçados em conjunto. Essa iniciativa agradou aos países-membros que, desde a década de 1960, embora não previsto pela ALALC, já traçavam alternativas de integração em blocos sub-regionais para tratar de interesses comuns de seus membros, e promover seu crescimento econômico e comercial. Isso pode ser observado em iniciativas como as do CARICOM, em 1973. O bloco foi formado por ex-colônias de potências européias que, após a sua independência, viram-se na contingência de aliar-se para suprir limitações decorrentes da sua nova condição e acelerar o seu processo de desenvolvimento econômico.

Pode se destacar, ainda, a iniciativa do PACTO ANDINO, formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em 1969, a partir do Acordo de Cartagena. Tal esquema de integração objetivava criar um Mercado Comum, com o intuito de acelerar o desenvolvimento dos países membros através da integração econômica. Leve-se em consideração, também, a iniciativa do G3, grupo formado por México, Peru e Venezuela, em 1994, e a iniciativa do Mercosul, formado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, também em 1994.

Isso ocorreu porque, a partir da década de 1980, com as transformações sociais e econômicas ocorridas em nível mundial, bem como com o processo tecnológico e científico se expandindo em alta velocidade, a economia mundial direcionou-se a uma rápida internacionalização de mercados, levando não apenas a América Latina, mas a maior parte dos países do mundo a formarem blocos econômicos com base na proximidade geográfica e/ou cultural, com o objetivo de explorar as vantagens comparativas dos países-membros, a fim de melhor posicionar seus produtos e serviços nessa nova forma de concorrência global.

Vejamos, então, como tais transformações no cenário internacional, repercutiram nos rumos da integração latino-americana.

1.3 A DÉCADA DE 1980 E O REGIONALISMO ABERTO NA AMÉRICA LATINA: UMA NOVA CONFORMAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

De acordo com BIELSCHOWSKY³⁷, após um período de industrialização acelerada e maior liquidez relativa no mercado internacional para a obtenção de empréstimos, a América Latina começa a enfrentar um período conjuntural muito negativo, iniciado no final dos anos 70 e estendendo-se durante toda a década de 80. Tal período se configurou devido ao esgotamento do processo de substituição de importações na América Latina e pela adoção, por parte dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Inglaterra, de uma política de controle inflacionário nos países desenvolvidos, através de uma elevação das taxas de juros. Tal política, por sua vez, atraiu os capitais internacionais para esses países e depreciou, ao mesmo tempo, os preços do petróleo bem como o preço dos produtos primários, maior fonte de exportação dos países latino-americanos.

³⁷ BIELSCHOWSKI, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**. Cincuenta Anos, Santiago, Numero Extraordinario, outubro, 1998.

A América Latina, nesse contexto, que já se encontrava totalmente endividada devido à política expansionista industrial da década de 1970, via-se sem crédito e apresentando constantes déficits nas balanças comerciais de seus países, dado a queda dos preços de seus produtos de exportação, carecendo, assim, de promover ajustes recessivos para aumentar as exportações.

O II Choque do Petróleo de 1979 e a Crise Mexicana de 1982, apenas pioraram a situação dos endividados países latino-americanos, pois os credores, temendo novos calotes dos países da região, praticamente suspenderam o crédito. Tal contexto culminou por condicionar a morosa dinâmica da economia latino-americana durante a década de 1980, conhecida como “década-perdida”.

Concomitantemente, o aprofundamento dos processos de integração na Europa e no Leste asiático apontava para um lento avanço na liberalização dos principais mercados importadores dos produtos latino-americanos.(NOBILE)³⁸.

Ainda, a mudança na natureza das operações das empresas transnacionais, as quais adotaram uma estratégia de fragmentação de suas cadeias produtivas em nível global, começou a pressionar os governos (em nível nacional) e os organismos internacionais (em nível internacional), à abertura de mercados e à desregulamentação das atividades produtivas, bem como a exigirem tratamento nacional ou, pelo menos, de nação mais favorecida³⁹, aos investimentos estrangeiros diretos. (NOBILE)⁴⁰.

³⁸ NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos estrangeiros intra-regionais no Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2004, p.40.

³⁹ O mesmo tratamento dado a uma nação, deve ser auferido a outra.

⁴⁰ NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos estrangeiros intra-regionais no Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2004, p.41.

Ainda de acordo com NOBILE⁴¹:

Em resposta a esses desafios impostos pela nova dinâmica internacional, que por um lado indicava maior restrição financeira e aumento do protecionismo e, por outro, indicava a necessidade de adaptar-se a uma nova modalidade de atuação das empresas transnacionais, os países latino-americanos iniciaram uma nova modalidade de processo de integração que caracterizaria a segunda metade dos anos 80 e 90 (...) o Regionalismo Aberto.

De acordo com a CEPAL, formalizadora do conceito do Regionalismo Aberto para a América Latina, em 1994, o mesmo constituía-se em uma estratégia mais competitiva para a inserção internacional da América Latina, e seguiria amparado por quatro vetores principais, a saber:

1. Políticas macroeconômicas de ajustes, visando a estabilização econômica.
2. Políticas microeconômicas de desregulação.
3. Políticas de liberalização comercial e liberalização do setor privado, funcionando como motor da acumulação de capital, ou seja, redução da intervenção do Estado na esfera produtiva, e
4. O aumento da interferência privada na esfera financeira e monetária da economia, funcionando como fomentadora do desenvolvimento regional.

Conceitualmente, de acordo com NICOLINI⁴²:

(...) o regionalismo aberto se caracteriza por um processo crescente de interdependência econômica em nível regional, impulsionado pelos acordos preferenciais de integração (em seus diversos níveis, como por exemplo, acordos comerciais, áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, entre outros) e pelos processos de abertura comercial e desregulamentação das economias. Esta interdependência criada concilia os processos originados das forças de mercado com aqueles estabelecidos pelos acordos preferenciais decididos pelos países.

⁴¹ NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos estrangeiros intra-regionais no Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2004, p. 41.

⁴² NICOLINI, Elisabete R. **Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001, p.63.

NICOLINI⁴³, ao analisar documentos recentes expostos pela CEPAL, verificou que esse organismo apontou alguns fatores relevantes que tem contribuído para o aumento da interdependência entre os países latino-americanos após a década de 1990, a saber: macroeconomia estável e consistente, liberalização unilateral, desregulamentação e eliminação de entraves à entrada de capital estrangeiro na região, promoção das exportações e a proximidade geográfica dos países.

No regionalismo aberto, os acordos de integração devem garantir a liberalização plena dos mercados dos países-membros e o processo de integração precisa ser regido por normas estáveis e transparentes, de maneira que os acordos recíprocos de integração atuem como garantia de que não haverá riscos ou incertezas no mercado comum. As Listas de Exceções devem se raras para bens e serviços que serão excluídos do livre-comércio. (NICOLINI).⁴⁴

Ainda, de acordo com a CEPAL, faz-se necessário para os países envolvidos em um processo de integração, conceder tratamento nacional aos investimentos intra-regionais de qualquer natureza. Esta seria uma maneira de criar oportunidades de investimentos a todos os setores da economia, sem distinção. Deve-se definir, também, uma TEC (Tarifa Externa Comum) e determinar um moderado nível de proteção a terceiros países, como forma de evitar o contrabando e as acusações de práticas desleais de comércio. Além disso, é mister estabelecer regras de origem para mercadorias sem, contudo, discriminar os países de menor capacidade industrial das vantagens comerciais oriundas do mercado ampliado.

⁴³ NICOLINI, Elisabete R. **Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001.

⁴⁴ Idem.

A integração, com base no regionalismo aberto, também deve proporcionar redução nos custos das transações, mediante a criação de projetos comuns de infra-estrutura, reformas institucionais e harmonização de normas e regulações. (NICOLINI)⁴⁵

Ademais, tal sinergia que imperaria o regionalismo aberto na América do Sul, de acordo com os estudos da CEPAL pós 1994, impulsionaria os países da região a articular as diferenças e semelhanças de cada país, harmonizando políticas e celebrando acordos que os permitissem alcançar resultados multilaterais tangíveis.

De acordo com PAREDES⁴⁶, a própria dinâmica da nova ordem mundial, regida pelo processo de globalização, exige a aceleração das políticas dos países da região, políticas estas orientadas a estabelecer e a fortalecer uma cultura comum entre os membros, transformando suas debilidades, mediante o apoio mútuo, em potencialidades. Os esforços comuns, por sua vez, desprendido de posições nacionalistas, teriam como resultado a concretização da integração da região.

A despeito das diversas tentativas de integração na América Latina, e das formas como as mesmas foram direcionadas no decorrer dos anos para conformar-se com as mudanças na ordem sócio-econômica internacional, tentaremos fazer uma comparação das mesmas com a integração européia. Isto porque foi a primeira integração ocorrida de fato, em nível mundial, que tem alcançado os resultados almejados.

⁴⁵ NICOLINI, Elisabete R **Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001

⁴⁶ PAREDES, Fernando Salazar. La Sinergia como condición previa para la nueva integración. **Anais...** Seminário sobre a América do Sul, Brasília, 03 de julho a 02 de agosto, 2000, p.180.

1.4 DICOTOMIAS ENTRE A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

No que tange a essa análise comparativa proposta, não é assim tão simples realizar esse próximo passo. Observe-se, a partir deste ponto da análise, a existência de diversas dicotomias entre os processos de integração da Europa e da América Latina, que culminarão em criar, similarmente, diferenças importantes nos rumos dos processos de integração nessas duas regiões distintas. Na verdade, há mais dicotomias do que semelhanças entre ambos os processos integracionistas.

De acordo com CASELA In BASSO⁴⁷, a adoção da fórmula da integração econômica que se estende na formação respectiva de Zonas de Livre Comércio (ZLC), Uniões Aduaneiras (UA) e Mercado Comum (MC) exige exaustivos esforços. A Teoria da integração econômica conhece e desenvolveu outros modelos, com gradações, indo desde a Zona de Livre Comércio à União Aduaneira, desta ao Mercado Comum, passando à União Econômica e Monetária e podendo chegar a grau maior ou menor de união política, como já delineamos anteriormente.

Segundo o autor, a adoção do modelo Mercado Comum, a exemplo da União Européia, basicamente significa criar grau de coesão jurídica e institucional entre os parceiros da empreitada suficiente para que se possa assegurar não somente a supressão de barreiras internas, quer tarifárias ou não-tarifárias, também chamadas de “medidas de efeito equivalente”, e a unificação de tarifas externas, como também a liberdade de circulação dos fatores de produção, a saber: mercadorias, pessoas, serviços e capitais. Isso asseguraria grau mínimo de harmonização legislativa e implementação de políticas comuns, que eliminariam

⁴⁷ CASELA, Paulo Borba: **Pequenas e Médias Empresas e Integração no Mercosul**. In: **Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros**. BASSO, Maristela. (org) 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.256.

choques conceituais em setores vitais da economia e do direito, tais como as normas reguladoras da concorrência, o abuso do poder econômico, dumping e subsídios estatais, criando um espaço homogêneo onde a atividade econômica passe a ser exercida sem entraves entre os parceiros envolvidos.⁴⁸

Quando se fala em integração bem sucedida, em modelo de processo de integração a ser seguido, reporta-se logo ao modelo de integração europeu, que constituiu-se na gênese da integração em nível mundial, embora saiba-se que, muito antes da Europa sequer pensar em integração, Simón Bolívar já havia proposto tal processo à América Latina (1889). Segundo os estudiosos da integração, a única forma dos países da região expandirem seu comércio, seria através de uma união de forças. A expansão comercial somente seria possível via reduções tarifárias e, até mesmo, eliminações tarifárias entre os países integrados na região. Com o crescimento das exportações e o crescimento e desenvolvimento das economias-membro, as mesmas teriam condições de, juntas, ter um maior poder de barganha e de decisão no cenário internacional, na luta pelos interesses da região. A esse fato, como afirmamos, já nos reportamos anteriormente, mas se faz necessário relembrar para que se possa entender mais claramente a análise precedente. Desta forma, era no âmbito da expansão comercial que a integração da América Latina seria pautada.

Embora a Europa tenha sido a precursora do processo integracionista em nível mundial, o mesmo teve início por outro motivo.

Com o fim da II Guerra Mundial e grande parte das nações européias debilitadas, ainda restavam resquícios de rivalidades políticas entre alguns países da região. Diga-se de passagem, ambas, I e II Guerras Mundiais, antes de tomarem tal proporção, tiveram sua gênese em guerras européias. Desta forma, a decisão de unir países em torno de interesses

⁴⁸ CASELA, Paulo Borba: **Pequenas e Médias Empresas e Integração no Mercosul**. In: **Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros**. BASSO, Maristela. (org) 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.256.

comuns na Europa era, a princípio, para promover a paz na região. O embrião da União Europeia foi a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), que surgiu em 1952 de uma anterior união aduaneira entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo (BENELUX), formada em 1948.

Em 1952, os países-membros da BENELUX associaram-se à Alemanha Ocidental, França e Itália e criaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, referida acima.

Com relação ao carvão e ao aço, tal comunidade objetivava eliminar barreiras alfandegárias e restrições de natureza econômica entre os membros, estabelecendo uma política adequada de preços de transportes, e instituindo uma tarifa alfandegária comum aos países não-membros. O Tratado criador da CECA afirmava que tais nações envolvidas substituiriam suas rivalidades históricas por uma fusão de interesses essenciais. O Tratado de Roma, então, firmado em 25/03/1957 pelos seis países componentes da CECA, possuía os seguintes objetivos:

1. Eliminar todos os obstáculos para a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais;
2. Extinguir taxas aduaneiras entre os países-membros e, também, eliminar as restrições às exportações e importações;
3. Estabelecer tarifas alfandegárias e políticas comerciais comuns em relação aos países não-membros;
4. Criar uma política comum para agricultura e transportes;
5. Os signatários deveriam comprometer-se a alterar suas legislações naquilo que conflitasse com os termos do Tratado;
6. Criar um Fundo Social Europeu visando treinar operários eventualmente prejudicados pela execução do Tratado e também visando melhorar o padrão de vida das populações abrangidas por ele;

7. Criar o Banco Europeu de Investimento, para promover a expansão econômica dos países-membros.⁴⁹

Tais objetivos, por sua vez, deveriam ser alcançados em 12 anos, através de três estágios de 4 anos, os quais poderiam ser prorrogados, porém, num prazo final de 15 anos para a execução dos mesmos.

A experiência da CECA foi tão bem sucedida que, já em 1968, estavam eliminadas todas as tarifas alfandegárias e também já funcionava o Sistema Comum de Tarifas para as mercadorias importadas dos países não-membros.

As primeiras decisões tiveram início em 1973, onde passaram a fazer parte do Bloco o Reino Unido, Dinamarca e Irlanda. A partir desse ano, o projeto só veio a se expandir, contando atualmente a União Européia, com 27 países-membros.

À medida em que o bloco crescia, em que novos países europeus associavam-se ao processo, o mesmo passava a ter denominações diferentes. A princípio era CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço, passando, sucessivamente para Mercado Comum Europeu, Comunidade Européia e, atualmente, União Européia.

Sediada em Bruxelas – Bélgica, a União Européia é constituída por um Conselho da União Européia (ou Conselho de Ministros), uma Comissão Executiva e pelo Parlamento Europeu.

O Conselho da União Européia é o órgão maior do bloco; é quem estabelece as medidas necessárias ao pleno funcionamento do bloco. Cada país associado tem direito a 1 (um) membro no Conselho, e o mesmo só poderá pronunciar-se em relação aos acordos internacionais e novas adesões se tiver parecer favorável do Parlamento Europeu.⁵⁰

O Parlamento Europeu é o poder Legislativo, formado por eurodeputados.

⁴⁹ Objetivos demonstrados por : MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio Exterior**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p.182-183.

⁵⁰ Idem, p. 184.

A Comissão Executiva cuida da parte administrativa da União Européia, mas que, segundo Maia (2001) possui uma burocracia tão paralisante que não deve ser seguida como exemplo pelo Mercosul.

A Corte de Justiça, por sua vez, é o poder judiciário da União Européia.

Em 1979, a Comunidade Econômica Européia (CEE) criou o Sistema Monetário Europeu (SME), o qual possuía, segundo Maia (2001), as seguintes determinações:

1. Cada país estabelecerá a paridade de sua moeda que seria fixa, admitindo-se apenas uma flutuação dentro de uma faixa de 1,125% pra cima ou 1,125% para baixo, totalizando 2,25%.⁵¹
2. Quando uma moeda apresentasse queda além da admitida, o BACEN desse país deveria comprá-la para manter a paridade estabelecida, equiparando os valores das moedas dos países-membros até que o mercado se normalizasse novamente;
3. Criou uma moeda escritural, o ECU- European Currency Unit- que corresponderia a uma cesta de 12 moedas de pesos diferentes dos países-membros. A composição da cesta seria revista a cada 5 anos;
4. As paridades seriam fixadas em ECU.

De acordo com MAIA (2001, P.185):

Em 1992, o SME enfrentou uma crise muito grande, porque, para funcionar adequadamente, os países-membros precisavam ter inflação baixa e com índices semelhantes. Em setembro de 1992, as economias da Inglaterra, Itália e França não se enquadravam nessas condições. Em face disso, os portadores de libra, lira italiana e franco francês venderam seus estoques aos respectivos bancos centrais, que enfrentavam situação difícil. Por isso, a Inglaterra e a Itália tiveram de se desvincular do SME e deixar suas moedas flutuarem livremente.⁵²

Em 07/02/1992, os países da União Européia criaram o Tratado de Maastricht, cujos pontos principais são:

⁵¹ Objetivos demonstrados por : MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio Exterior**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 185.

⁵² Idem. Ibidem.

1. Criação de uma moeda única;
2. Estabelecimento das seguintes metas para se instituir a moeda única: déficit de, no máximo, 3% do PIB, inflação de 2,6% a.a., dívida pública que não ultrapasse a 60% do PIB e taxa de juros de 8,7% a.a.;⁵³
3. Criação de um Banco Central único;
4. A UE será um espaço sem fronteiras e totalmente integrado. A integração será econômica, mas haverá interdependência política entre os países-membros;
5. Previsão de uma futura unificação administrativa, bem como de uma política externa comum;
6. Integração gradual, completada até o ano 2000;
7. Realização de uma reavaliação da moeda única em 1997, que foi adiada para 1999, pelas dificuldades enfrentadas pelos países-membros em cumprir as metas de caráter monetário.

Devido às dificuldades que os países-membros estavam enfrentando para cumprir as metas estabelecidas por Maastricht, sobretudo no que tange à política monetária, algumas novas decisões tiveram que ser tomadas, as quais ficaram conhecidas como Maastricht II, dentre as quais destacam-se:

1. O euro entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1999, mas não para todos os países-membros; apenas para aqueles que estavam conseguindo cumprir as metas, a saber: Alemanha, França, Itália, Espanha, Bélgica, Áustria, Finlândia, Portugal, Irlanda e Luxemburgo.
2. Foi criado o Comitê de empregos para criar condições de minorar o problema do desemprego.

⁵³ Idem. Ibidem. Estes tópicos referentes ao Tratado de Montevideu são tratados individualmente por MAIA (2001), de forma ampla. Não faremos o mesmo aqui, pois fugiria do foco do nosso estudo. Desta forma, fizemos breve menção dos mesmos a fim de realizarmos uma breve comparação da Integração da União Européia com a Integração da América Latina.

3. Foi proposta a simplificação do trabalho do Parlamento Europeu.
4. Estrasburgo foi confirmada como sede do Parlamento Europeu, em Luxemburgo ficaria a Corte de Justiça e, em Bruxelas, os escritórios centrais.

De acordo com RIVAS *“el euro nació de la política, una condición entre otras para que Francia aprobara la reunificación de Alemania”*⁵⁴

Em suma, este foi o primeiro esforço de unificação europeia que se realizou pacificamente, sem que uma de suas partes impusesse às demais um modelo unificador.

Porém, ainda não está claro até que ponto pode haver integração sem que esta perca sua própria razão de ser, porque as experiências de integração, a despeito dos benefícios trazidos às regiões integradas, também tem tido grandes problemas causados, sobretudo, pela variedade de atores, Estados e interesses postos em jogo.

Um Estado debilmente integrado internamente, sem estabilidade política ou social e com uma sociedade em crise não possui condições para impulsionar a integração. Embora a integração seja um meio para beneficiar o Estado Nacional, não terá sentido algum de existir se esse Estado não trabalhar pela qualidade de suas instituições públicas, para que a lei seja cumprida a rigor, para que haja regulação de suas ações e haja vigoroso combate à corrupção.

Na Europa, a superação das rivalidades históricas pelas economias integradas fez com que as mesmas comessem a pensar de forma mais homogênea e a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos. Dentro da heterogeneidade dos países da Europa atual, percebe-se que os mesmos apresentam níveis de desenvolvimento mais equilibrado e objetivos econômicos, sociais e políticos similares.

RIVAS, porém, faz alusão a uma falta de integração interna nas distintas economias latino-americanas como causa principal dos grandes problemas integracionistas da região. O autor afirma que:

⁵⁴ RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, N 11, 5/11/2002, p.1.

*Es evidente que las divisiones sociales se han agudizado en la última década, al punto que algunos hablan del fracasso civil de América-Latina. Concurrer al declive de los partidos políticos una fragilidad de los sistemas democraticos, los que padecen de serios problemas de gestión gubernamental, limitados por el aumento de las demandas sociales, sin que haya habido un incremento en los recursos y en sus capacidades. Los países de la región que logren resolver los problemas de gobernabilidad y gobernanza, tendrán más posibilidades de hacer una inserción exitosa hacia afuera.*⁵⁵

Tanto que, sem sombra de dúvida, quando se fala em integração da América Latina, foi apenas após a década de 1990 que se passou a observar maiores avanços. Para alguns estudiosos do assunto, esses resultados positivos, ou seja, esses avanços no processo de integração deram-se pela aplicação de políticas de ajuste estrutural, resumidas no Consenso de Washington; para outros, este avanço se deu pela “*Iniciativa para as Américas*”, para outros, ainda, deu-se pela proposta de Regionalismo Aberto proposta pela CEPAL, para promover uma harmonização entre os interesses políticos e econômicos dos países-membros e a integração física da região. Esta seria uma forma de avançar com o processo de integração na região e preparar a mesma para atuar com mais força no cenário internacional, trabalhando de forma conjunta.

Porém, a despeito de um ou de outro motivo gerador desse avanço, é indiscutível que os acordos de integração contribuíram para criar um novo dinamismo aos fluxos de intercâmbio para Europa, Estados Unidos e América Latina. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 2001, divulgou um dado muito alarmante de que a América Latina havia crescido apenas 3,3% anualmente nos anos 90, demonstrando claramente que problemas como carência de infra-estrutura e fragilidade institucional, concentração e má distribuição de renda, índices baixos de educação, sistemas de saúde precários, injustiça social, dentre outros, não podem ser resolvidos pela lei do mercado pura e simplesmente; pela ação espontânea do mercado, como afirmava Adam Smith (1776). A América Latina vive uma crise de Estado tamanha, em que os governos têm optado e auferido maior importância

⁵⁵ RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? *Aldea Mundo*, Año 6, N 11, 5/11/2002, p.2.

para a realização de acordos unilaterais, logrando uma espécie de “temor” de que seu vizinho possa emergir dentro da região e passar, assim, a dominá-lo política e economicamente, do que cooperando para ampliar os acordos de integração regional. Esse foi o maior motivo do fracasso das tentativas de integração da ALALC e da ALADI.

Tal crise é associada a rivalidades históricas entre os Estados, governos, partidos políticos e elites dominantes das nações latino-americanas, e retira o foco, além de incapacitar os governos a ampliar o processo integracionista, impedindo a solução de problemas cruciais nas economias da região, os quais são: a retomada do crescimento econômico, melhor distribuição de renda, redução da pobreza, o problema fiscal, o problema da corrupção, melhorias nos índices de saúde e educação, aumento salarial, aumento do número de empregos, dentre outros. Tais percalços impedem que a América Latina tenha força política na barganha ou na luta por interesses comuns da região, mesmo porque a própria região, embora possua problemas comuns que precisam ser resolvidos, está pautada sob exacerbados nacionalismos, não possui interesses comuns, o que torna inoperável os próprios Tratados Regionais que propõem.

Está muito claro, quando se observa os países latino-americanos, que eles estão longe de ser homogêneos ou de pensar de forma homogênea, ou seja, eles não existem como conjunto. A heterogeneidade da América Latina é muito superior quando comparada à heterogeneidade da Europa nos dias atuais, cujos países apresentam níveis de desenvolvimento mais equilibrados, como dantes mencionamos. Leva-se em consideração, ainda, que os mesmos conseguiram reduzir as rivalidades políticas históricas em prol da conquista de benefícios mútuos comuns.

O nacionalismo que impera nos países latino-americanos, não os permite fomentar a luta conjunta por interesses comuns, embora os países da região possuam problemas estruturais, conjunturais e sociais semelhantes. Acordos regionais possuem menor importância

do que acordos uni e bilaterais e, é claro que Estados com problemas de estabilidade e débil integração interna não podem projetar uma exitosa integração regional.

A expansão do livre comércio desprovida de medidas que propiciem equilíbrio social criam mais problemas do que resolvem. Ademais, como afirmou RIVAS: “*El mercado crea riquezas pero es ciego para distribuir-las*”⁵⁶

As primeiras tentativas do processo de integração latino-americano evidenciaram um caráter altamente pragmático, sem maiores preocupações com projetos de médio e longo prazos. A principal preocupação estava em expandir as trocas comerciais intra e extra-regionais.

Porém, desde a década de 1980 (década considerada como perdida para a América-Latina), cujas crises de dívida externa e as políticas de ajuste recomendadas pelo FMI levaram a região a apresentar um índice mais elevado de pobreza, devido aos custos sociais de tais políticas, a América Latina vem repensando sua integração.

A criação da ALADI (1980) com seus esquemas subregionais de integração que vislumbravam uma mudança nessa trajetória para a América Latina a partir dos anos 90, apenas começou a vislumbrar a consolidação da mesma.

Como se não bastasse, a América Latina também começa a perder importância progressiva em nível mundial de região provedora de matérias-primas e alimentos, a partir da década de 1990, uma vez que, como afirma AGUILLAR; MIRAMONTES, In RODRÍGUEZ⁵⁷ “(...) *la revolución tecnológica en la que se encuentra montado el proceso de globalización da cuenta de ello.*”

⁵⁶ RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Governabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, N 11, 5/11/2002, p. 11.

⁵⁷ AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, in RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.). **Entendiendo el TLC**. México: Centro de Estudios Estratégicos, 1994, p.39.

A revolução tecnológica também proporciona algo similar no mercado de trabalho, gerando uma situação de desemprego estrutural e precarização do emprego, para o qual o modelo de desenvolvimento regional vigente não consegue encontrar solução.

Quando se observam os acordos e tratados que permearam a criação da União Européia (Roma e Maastricht), vê-se que seus preceitos foram literalmente seguidos em cada etapa do processo de integração europeu. Porém, no que tange à América Latina, todos os acordos, dos quais pode-se citar o TM-60 e o TM-80, baseiam-se num modelo de crescimento voltado para dentro, idealizado primeiramente por Bolívar e depois pela CEPAL, com substituição de importações e um relevante papel da participação do Estado. Porém, os esquemas de integração que surgiram como respostas às dificuldades que apresentava o modelo de crescimento para dentro, como o Mercosul, o G3, os acordos bilaterais Chile-Venezuela , Venezuela-Colômbia, dentre outros, mostram preocupações diferentes das originais, como predomínio do mercado, abertura econômica, privatizações, etc., seguindo uma postura totalmente neoliberal. Tome-se nota de que Colômbia e Venezuela, atualmente, tem adotado uma postura contrária ao neoliberalismo, nos governos de Hugo Chaves e Evo Morales.

De acordo com VACCHINO⁵⁸:

Las diversas modalidades institucionales empleadas por los países de la región cobrarían nuevos bríos durante la década de los noventa, como consecuencia de la serie de reformas de carácter interno y alcance internacional que iniciaron o acentuaron en esos años. Entre ellas se destacan, por una parte, el traspaso de empresas del sector público a empresas privadas nacionales e internacionales, que se inició como una modalidad de reducción de la deuda externa y del déficit fiscal, y se transformó en uno de los pilares de las reformas estructurales promovidas en la región.

Como consequência disso, uma boa parte de empresas públicas em diversas áreas como bancos, seguros, telecomunicações, aviação, portos, eletricidade, petróleo, serviços sanitários, dentre outras, foram privatizadas.

⁵⁸ VACCHINO, Juan Mario. La integración regional y las negociaciones del Alca. **Aldea Mundo**, Año 6, p.6.

Por outro lado, a abertura ao comércio exterior e a desregulação foram as políticas de maior impacto para o funcionamento das economias da região e para sua inserção no mercado regional ou extra-regional.⁵⁹ No que tange ao comércio intra-regional, as reduções tarifárias proporcionavam uma dinamização tanto das exportações quanto das importações. Isso resultou em uma recuperação da comercialização regional e a superação dos níveis comerciais anteriores à crise da dívida.

Ainda, de acordo com VACCHINO⁶⁰:

El crecimiento del comercio intraregional, que constituye también el indicador más usual sobre el grado de integración alcanzado por cada grupo multilateral, fue particularmente importante tanto en la CAN como en el MERCOSUR, así como en el MCCA y CARICOM. En cada caso se pudieron establecer zonas de libre comercio y constituir uniones aduaneras imperfectas.

As mudanças verificadas no comportamento econômico dos países da região refletiram-se em maiores taxas de crescimento e menores níveis de inflação. Importantes incrementos das exportações e da entrada de capitais externos, acompanhados por políticas de redução de déficit fiscal e de estabilização monetária, contribuíram positivamente para esse desempenho.⁶¹

Porém, dadas as crises financeiras internacionais da década de 1990, das quais falaremos adiante, em momento oportuno, essa década terminou, sobretudo para a América Latina, com uma brusca queda da entrada de capitais externos, baixos preços para os produtos básicos, crescimento econômico baixo, desemprego e pobreza ainda maiores. No âmbito subregional, as crises impactaram especialmente os aspectos comerciais, seu ponto forte, uma vez que as crises políticas de confiança entre os países-membros ainda não haviam sido superadas.

⁵⁹ VACCHINO, Juan Mario. La Integración regional y las negociaciones del Alca. **Aldea Mundo**, Año 6, p.6.

⁶⁰ Idem. p. 6 e 7.

⁶¹ Idem, p.7.

Segundo VACCHINO & PULGAR:

*Ninguno de ellos pudo alcanzar sus metas en los plazos previstos y tampoco, em definitivo, realizar espacio económico latinoamericano unificado ni poner las bases para establecer la Comunidad Latinoamericana de Naciones, postulada con fervor por el Parlamento Latinoamericano.*⁶²

Quando comparamos a integração da América Latina à Integração Européia, podemos observar que a Europa tratou, primeiramente, de eliminar as rivalidades históricas das economias-membro em prol da luta conjunta por benefícios comuns, resolver problemas conjunturais, estruturais e sociais individuais de cada membro para, então, passar para novas etapas de integração.

A América Latina tomou o rumo oposto; ela via a integração como a “poção” que solucionaria todos os problemas das economias da região. Primeiro haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução de problemas e conflitos inerentes às economias-membro. Desta forma, além da integração da América Latina ser marcada por divergências nas condições econômicas dos países-membros, ainda permeiam acentuadas divergências políticas e acordos comerciais que não visam o bem-estar comum de todas as nações envolvidas, os quais são repletos de listas de exceções, e envoltos por inúmeras dificuldades em estabelecer uniões aduaneiras.

Embora a integração não signifique homogeneização das economias-membro e ausência total de divergências, ela significa convergência e apoio conjunto dos participantes para a superação de problemas individuais visando o bem-estar de todos os envolvidos. Isso, porém, não tem ocorrido na América Latina, como bem pudemos perceber quando tratamos da Integração latino-americana no âmbito da ALALC e da ALADI, traduzido no fracasso de ambas estas iniciativas.

⁶² VACCHINO, Juan Mario; PULGAR, Telasco. Articulación de acuerdos de integración y la comunidad Latinoamericana de naciones. **En Capítulos** nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998, p.7.

Desta forma, dentro deste quadro de desorganização que vem permeando a integração da América Latina desde sua gênese, iremos analisar a alternativa de integração sub-regional da região, permitida pelo TM-80, na qual cada pequeno grupo de países, possuidores de objetivos similares e com problemas conjunturais e estruturais também similares, poderiam, através da integração sub-regional, trabalhar melhor na solução de seus problemas e vislumbrar melhores frutos do próprio processo de integração, baseados no Regionalismo Aberto e na expansão do multilateralismo. O objetivo da integração subregional é acelerar o processo integracionista na região e alcançar seus objetivos propostos, que são: a promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico da região, a expansão das exportações intra e extra regionais, a superação das rivalidades históricas entre os membros e a conquista de maior poder de barganha da região no cenário internacional em assuntos de interesse comuns a todos os países integrados.

Assim, a partir deste ponto de análise, tentaremos demonstrar as mudanças ocorridas no processo de integração da América Latina pós década de 1990, pautadas no Regionalismo Aberto.

Nosso objeto de estudos será o Mercosul. Procuraremos demonstrar como os países-membros do bloco tem desenvolvido seu processo de integração dentro da proposta do Regionalismo Aberto. Como há muitos aspectos relevantes a serem analisados dentro de uma proposta de integração econômica, e seria impossível a qualquer estudioso dar conta de todos eles, procuramos nos ater à questão comercial. Na verdade, a expansão comercial sempre foi o fator principal a impulsionar os países membros do Mercosul a integrarem-se economicamente, reduzirem barreiras comerciais, tarifas e custos de produção, visando o aproveitamento de vantagens comparativas da região e maior poder de barganha de seus produtos no mercado extra-regional. Esta foi a alternativa encontrada para inserir a região a uma economia globalizada cada vez mais competitiva e integrada.

Porém, antes de sopesarmos a questão comercial, analisaremos como se desenvolveu o processo de integração do Mercosul.

Desta forma, o capítulo II deste estudo consistirá em uma reconstituição histórica do processo de formação do bloco.

CAPÍTULO II

2 A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

O Mercosul, entendido como um processo complexo de construção progressiva de um espaço integrado no Cone Sul, transcende muito as realizações econômicas, políticas e diplomáticas acumuladas durante os anos de sua existência, contados a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Trata-se de uma realidade fortemente embasada no contexto histórico e político do subcontinente sul-americano, extravasando o simples conceito de união aduaneira ou de mercado comum, visto que apresenta características imanes do ponto de vista sociocultural que vão além dos resultados já alcançados nos planos comercial, político-diplomático ou mesmo societal dos quatro países membros. (CAMARUTI)⁶³. A realidade sociológica e o alcance efetivo do Mercosul na geoeconomia e na história política e econômica recentes da região, extrapolam a simples área coberta pelo território combinado dos quatro países membros originais (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1994) e dos dois países associados (Bolívia e Chile, em 1996).

Da mesma forma, seu tempo histórico de desenvolvimento ultrapassa a mera cronologia de 17 anos, devendo-se remontar à segunda metade do século XX para projetar sua influência real nas próximas décadas.

Na verdade, os processos de aproximação, cooperação e integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que resultaram no Tratado de Assunção de 1991 e na construção integracionista ulterior, esteve associado aos projetos políticos e estruturais tanto internos quanto externos ao esquema subregional. Suas principais etapas históricas de desenvolvimento poderiam ser sumarizadas em torno de algumas datas simbólicas desse

⁶³ CAMARUTI, O.S. De.(coord). *El Mercosur en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996, p. 10.

longo itinerário, que provavelmente ultrapassa meio século de ensaios. Logros positivos e frustrações acompanharam esse processo.

Com efeito, data dos anos 40, ainda antes das guerras européias terem se convertido em um conflito mundial de proporções gigantescas (II Guerra Mundial), a tentativa de uma primeira união aduaneira bilateral entre Brasil e Argentina, aberta à época aos demais países da região, como já afirmamos na introdução desta tese.

Tal projeto, porém, não teve continuidade em função dos itinerários políticos diversos seguidos pelos dois países naquela conjuntura político-militar e, também, devido às assimetrias econômicas e à baixa intercomplementaridade industrial entre ambos.

Todavia, no início dos anos 50 o projeto seria renovado por iniciativa peronista, sob a forma de um segundo PACTO ABC, mas as naturais diferenças políticas e de orientação diplomática hemisférica entre os governos dos três países, no contexto da Guerra Fria, sepultaram rapidamente essa tentativa de caráter mais hegemônico ou comercial.

Na década de 1960, dada a referida conjuntura, tanto as primeiras formulações de políticas comercial e industrial por parte da CEPAL quanto o exemplo então oferecido pelo Mercado Comum Europeu incitaram o Brasil e a Argentina a retomarem o projeto integracionista.

Embora o itinerário de avanços e recuos desse esquema tenha sofrido, em seus primórdios, restrições políticas dos governos militares e competição com projetos mais ambiciosos de integração como o do Pacto Andino (1969), e apesar dos objetivos conflitantes, sobretudo entre Argentina e Brasil, inclusive no que se referia a aproveitamento dos recursos hídricos do Prata, e de uma competição militar tão irracional politicamente quanto custosa economicamente e diplomaticamente, pois envolvia projetos nucleares sem qualquer

correspondência com as realidades estratégicas e de segurança regional e global, os países não recuaram no projeto de construção de um Mercado Comum bilateral. (CAMARUTI)⁶⁴

Após uma adesão frustrante à ALALC em 1960, juntamente com vários outros países citados anteriormente, Brasil e Argentina voltam a se reaproximar nos anos 80 “(...) graças ao contexto dos processos de redemocratização política e dos novos esquemas preferenciais existentes ao abrigo do Segundo Tratado de Montevidéu, de 1980, que criou a ALADI, sucessora da ALALC e da cláusula de habilitação 65 do GATT (tal como emanada da Rodada de Tóquio de negociações comerciais multilaterais, em 1979)”. (CAMARUTI)⁶⁵

Como na ALADI estava previsto pelo próprio TM-80 a possibilidade da criação de blocos subregionais de integração, visando tratar de interesses comuns de grupos menores de países, com nível de crescimento e desenvolvimento econômico similares, ocorre, no âmbito da ALADI, uma nova iniciativa de reaproximação bilateral entre Brasil e Argentina, engendrada por diplomatas de ambos os países e liderado pelos então presidentes Raúl Alfonsín (da Argentina) e José Sarney (do Brasil), em 1986.

Vários estudiosos da integração como BIELSCHOWISKY⁶⁶, NOBILE⁶⁷ e NICOLINI⁶⁸, atestam que os fundamentos empíricos do processo bilateral, nessa fase, eram fornecidos por um novo modelo de interação: O Regionalismo Aberto. Este, como já abordamos anteriormente, combinava elementos da experiência comunitária européia com a abertura parcial típica dos esquemas preferenciais da ALADI.⁶⁹

⁶⁴ CARAMUTI, O.S. De.(coord). **El Mercosur en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1996, p. 10.

⁶⁵ Idem, p. 12.

⁶⁶ BIELSCHOWISKY, Ricardo, et al. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade**. In: BIELSCHOWISKY, Ricardo. (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁶⁷ NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos intra-regionais no Mercosul**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. USP-SP, 2004.

⁶⁸ NICOLINI, Elisabete R **Políticas de Estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001.

⁶⁹ Da experiência européia de interação, objetivava a constituição de um Mercado Comum como o estabelecimento de políticas setoriais comuns ativamente orientadas para a consolidação de estruturas produtivas locais. Da experiência da ALADI, objetivava selecionar setores para a redução progressiva de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Tal modelo era muito claro no que tange a seus objetivos de complementariedade industrial, mas acarretava a desvantagem de requerer a negociação de acordos específicos, sempre parciais, para o estabelecimento do objetivo de um Mercado Comum em 10 anos: 1989 a 1998. Assim, é erigida a “pedra fundamental” do Mercosul.

Porém, Argentina e Brasil não objetivavam apenas um acordo bilateral, pelo contrário, estenderam a proposta para os demais países da subregião.

Assim, o bloco surgiu como uma tentativa de formar um Mercado Comum entre seus membros visando, no longo prazo, o estabelecimento de uma moeda única e a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Isso seria feito a partir de um processo de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias entre seus países integrados, no intuito de ampliar o comércio na região e ampliar os mercados nacionais.

Ademais, a tendência à integração do Mercosul deu-se a partir de alguns acontecimentos que modificaram o cenário internacional depois da metade dos anos 80, tais como: 1- A assinatura do Ato Único Europeu, em 1986, sinalizando o fechamento do mercado interno europeu a partir de 1993; 2- a ascensão de novos pólos de poder em nível mundial (União Européia e Japão-Leste Asiático), 3- a formação do NAFTA (1991), e a não conclusão da Rodada Uruguai (1990) e 4 o lançamento da “Iniciativa das Américas”, pelo governo Bush (1990), gerando perspectiva de maior exposição das economias da América Latina à economia Norte-Americana. ALMEIDA⁷⁰; NOBILE⁷¹.

Desta forma, a idéia da criação do Mercosul se dava para orientar seus países-membros a ajustar-se a uma economia internacional mais competitiva e integrada e para promover, internamente o acirramento da concorrência, estimulando a competição interna no bloco mediante reduções de barreiras tarifárias. As reduções tarifárias proporcionariam,

⁷⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções.** (capítulo do livro) **Mercosul: integração regional e globalização.** CASELA, Paulo Borba, et al., São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

⁷¹ NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos intra-regionais no Mercosul.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. USP-SP, 2004.

conseqüentemente, o aumento da produção e das exportações do bloco fazendo com que seus membros conquistassem vulto no cenário internacional.

MONTOYA afirmou que:

O sistema econômico mundial, com inúmeras mudanças que vem apresentando nas relações econômicas das nações, tende para um processo de globalização e outro de regionalização, os quais concomitantemente, configuram um novo cenário mundial, onde está expressa a conveniência de uma maior inserção planejada das economias nacionais no mercado internacional. É nesse contexto que surge o Mercado Comum do Sul (Mercosul), como uma das experiências regionais mais recentes no processo de integração econômica latino-americana, que idealiza a livre mobilidade de bens, serviços e fatores de produção.⁷²

Assim, idealizado por Argentina e Brasil e tendo como marco a Assinatura do Tratado de Assunção por ambos, em 1991, Paraguai e Uruguai, países de economia menor e de maior dependência dos mercados consumidores Argentino e Brasileiro, percebendo que poderiam ficar de fora do processo integracionista e, assim, ficarem impedidos de ter acesso ao mercado de seus vizinhos, decidiram aderir ao acordo, em 1994, conformando, assim, o MERCOSUL.

Como já afirmamos, a raiz do processo que levaria à formação do Mercosul está originada na aproximação entre Argentina e Brasil, durante os governos de Raul Alfonsín e José Sarney, na metade da década de 1980, quadro este que foi considerado por muitos estudiosos como o acontecimento de maior relevância no panorama político e estratégico da região em todo o século XX.

Cronologicamente, o primeiro passo formal da integração entre as duas economias foi a assinatura do **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina**, em 29/11/1988, que culminou no **PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica**, prevendo a liberalização completa do comércio de bens e serviços entre ambos, num prazo máximo de dez anos, além de tratar, também, de todas as demais questões que envolviam a agenda de um futuro Mercado Comum.

⁷² MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **UFP-RS, RBE**, Rio de Janeiro, out/dez., 2002, p.03.

Na década seguinte, mais particularmente em 06/07/1990, os então presidentes argentino e brasileiro, Carlos Menem e Fernando Collor de Mello, assinaram a **Ata de Buenos Aires**, antecipando para o final do ano de 1994 o prazo para a formação do mercado comum entre ambos os países.

Esse ato foi decisivo para que Paraguai e Uruguai, em agosto de 1990, decidissem aderir ao processo em curso, uma vez que os mesmos vislumbravam os benefícios recíprocos que a integração poderia trazer para suas economias. Tal adesão culminou na assinatura do **Tratado de Assunção**, em 26/03/1991, que constituiu de fato do Mercado Comum do Sul (Mercosul), ratificado em 17/12/1994, mediante o **Protocolo de Ouro Preto**.

A entrada em vigor de uma **Tarifa Externa Comum -TEC-** entre os membros, em 01/01/1995, marcou o início efetivo da União Aduaneira do Mercosul, embora nem todos os produtos fabricados pelos diferentes países-membros estejam enquadrados na TEC, devido, sobretudo, às dificuldades de se estabelecer uma TEC que agradasse a todos os membros, conformando uma União Aduaneira incompleta.⁷³

Em 25/06/1996, em encontro realizado na cidade de San Luís (Argentina), Chile e Bolívia foram aceitos como os mais novos parceiros do Mercosul.

⁷³ A Tarifa Externa Comum (TEC), que marca o início de qualquer processo de União Aduaneira, estabelece que produtos oriundos de países de fora da área interada, adentrem aos países-membros com uma mesma tarifa. Como exemplo das dificuldades encontradas pelos países-membros em estabelecer uma TEC para a totalidade de seus produtos, pode-se assinalar que, por exemplo, o Brasil, como país que já possui um parque industrial considerável, busca uma Tarifa Externa Comum elevada para os produtos que já consegue fabricar internamente, uma vez que visa impedir a concorrência externa e evita que a indústria de um país-membro seja mais protegida que a do outro. O Paraguai, por sua vez, sendo uma economia com pouca capacidade industrial, busca uma TEC praticamente zero, justamente para adquirir os bens que não fabrica internamente, a preços mais baixos.

Para complementar essa explicação, faz-se necessário ainda, mencionar que em muitos setores das economias dos países-membros, o Mercosul estabeleceu Zonas de Livre Comércio, isentando os produtos dos países-membros de qualquer barreira, tarifária ou não, no que tange à circulação e comercialização de tais produtos oriundos dos países-membros, intra-Mercosul. Há Zonas de Livre Comércio sendo estabelecidas, também, com a Comunidade Andina, União Européia, dentre outras regiões do mundo, com o intuito de ampliar os mercados nacionais e o volume comercial da região.

2.1 A ESTRUTURA JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO MERCOSUL

O Protocolo de Ouro Preto, adotado em 17/12/1994 para atender ao estipulado pelo Artigo 18º do Tratado de Assunção (em anexo), em âmbito institucional, definiu e estabeleceu a estrutura institucional definitiva do Mercosul.

Este seria constituído pelos seguintes organismos:

1. Conselho do Mercado Comum (CMC): Supremo organismo do processo de integração e composto pelos ministros de Relações Internacionais e de Economia dos países-membros. Seria o organismo decisório do Mercosul.
2. Grupo Mercado Comum (GMC): Organismo executivo, cuja função seria assistir o CMC nas decisões de natureza executiva. Esse grupo é dividido em 14 (quatorze) subgrupos de trabalho, a saber: SGT1 - Comunicações; SGT2- Aspectos Institucionais; SGT3- Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade; SGT4- Assuntos Financeiros, SGT5- Transportes; SGT6- Meio Ambiente; SGT7- Indústria, SGT8- Agricultura, SGT9- Energia e Mineração; SGT10- Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social; SGT11- Saúde; SGT12- Investimentos; SGT13- Comércio Eletrônico e SGT14- Acompanhamento da Conjuntura Econômica e Comercial.
3. Comissão de Comércio do Mercosul (CCM): Assiste o GMC na aplicação dos principais instrumentos de Política Comercial Comum.
4. Comissão Parlamentar Conjunta: Constitui-se em um canal de representação dos parlamentos dos países-membros, encaminhando suas propostas ao CMC.
5. Foro Consultivo Econômico-Social (FCES): Permite aos diferentes setores da sociedade encaminhar seus pleitos, propostas e sugestões ao CMC.

6. Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM): Situada em Montevideu – Uruguai, e vinculada ao GMC, tem por função registrar as decisões tomadas pelos órgãos permanentes e facilitar o processo de solução de controvérsias na fase arbitral.

Cabe-nos observar que a estrutura jurídico-institucional do Mercosul é passível de pequenas reconstruções, amparadas pelo Protocolo de Ouro Preto (1994). Tais reestruturações podem ocorrer quando houver necessidade de dinamizar e elevar a importância política de certos temas.

CAMARUTI (1996) alega que, muito embora as finalidades do Mercosul tenham sido muitas vezes definidas como tendenciosamente correspondentes aos objetivos perseguidos pelo próprio processo de integração europeia, não julgou necessário, em Ouro Preto, que o sistema institucional seguisse os mesmos padrões implementados no âmbito do Tratado de Roma, pela União Europeia.

Pelo contrário:

Buscou-se garantir um modelo que correspondesse às necessidades intrínsecas – com todas as limitações existentes de fato – do esquema subregional, preservando os espaços de soberania nacional alocados aos Estados-Membros. CAMARUTI (1996, p.19).

Ademais, segundo o autor, os responsáveis políticos pelo processo de integração estavam conscientes de que qualquer esquema supranacional criado nessa fase inicial do Mercosul poderia comprometer os objetivos nacionais individuais de estabilização econômica dos países-membros ou alterar o equilíbrio entre competências nacionais e atribuições decisórias coletivas.

Assim, do ponto de vista da tomada de decisões no bloco, o sistema adotado é o do consenso entre os países-membros.

No que se refere aos acordos firmados, está claro que:

No decorrer do tempo, a implementação de cada um dos instrumentos acordados vai acontecendo em conformidade, por um lado, com as dificuldades advindas da enorme assimetria entre as estruturas produtivas dos quatro países, bem como de suas orientações de política econômica, além das intempéries da conjuntura econômica internacional e, por outro, em função do próprio aprofundamento do processo de integração que coloca em evidência aspectos antes não considerados ou percebidos como entraves à formação do bloco. (AMARAL, 2007, p. 68).

Dentre as dificuldades que fluem em um processo de integração, as dificuldades entre os Estados interessados na adesão podem ser citadas como uma das principais, uma vez que a nova ordem econômica mundial, pautada nos processos de globalização e integração regional, exige a eliminação gradativa das diferenças econômico-sociais entre tais países para a viabilização dos objetivos dos consecutivos graus de integração.

Tais diferenças entre os países do Mercosul, antes da integração, podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Indicadores sócio-econômicos do MERCOSUL (1989).

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
PIB	Milhões US\$	77.759	286.525	5.087	6.850	376.221
EXPORTAÇÃO	Milhões US\$	8.972	32.874	1.098	1.404	44.348
IMPORTAÇÃO	Milhões US\$	4.906	14.688	1.029	1.112	27.735
RESERVAS INTERNACIONAIS	Milhões US\$	5.155	9.140	336	1.603	16.234
PNB per capita	Milhões US\$	2.390	2.020	990	2.190	ND
CRESC.POPULACIONAL	% 1986-1990	1,2	1,8	2,9	0,6	ND
DÍVIDA EXTERNA	Milhões US\$	59.000	113.300	2.002	6.330	180.632

Fonte: CEPAL, 1989 (Adaptação)

Observamos nitidamente pelo quadro 02, as diferenças socioeconômicas marcantes que compunham os países-membros do Mercosul, antes de sua formação (1989), onde o Brasil destacou-se como o país de maior PIB, maior exportador e importador do bloco e como o país detentor de maiores reservas internacionais e da maior dívida externa.

No que tange ao PNB per capita, o destaque foi para a Argentina, contendo o maior PNB per capita do bloco.

O país de maior crescimento populacional, a saber, o Paraguai, também constituiu-se no país mais pobre do bloco.

Segundo autores como ALVES⁷⁴ e BAUMANN; MUSSI⁷⁵, o que guiou o desempenho econômico dos países do Mercosul durante a década de 80, foi a escassez de capital, conseqüências do choque do petróleo de 1979 e do aumento das taxas de juros, que dificultaram a possibilidade de obtenção de novos empréstimos e rolagem da dívida externa dos países-membro. Tal quadro adverso levou os Estados-membros a adotarem políticas de ajustamento recessivas, as quais afetaram profundamente a estrutura produtiva e o bem-estar social do bloco.

⁷⁴ ALVES, Jaime da Silva. **Mercosul**: características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis: UFSC, 1992.

⁷⁵ BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: MERCOSUL: então e Agora? **LC/BRS/R.159**. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006.

Ademais, o poder aquisitivo foi reduzido, afetando as condições de vida das populações e enfraquecendo o mercado interno dos países integrados.

A solução encontrada pelos países do Mercosul foi gerar divisas através das exportações, procurando reduzir drasticamente as importações, visando, através desta medida, cobrir os juros da dívida.

Porém, isso ocasionou uma séria crise fiscal devido aos menores impostos arrecadados com as exportações, quando comparados com os impostos que se arrecadam com as importações, transformando essa crise em uma crise Estatal.

A crise dos anos 80, nos países do Mercosul, demonstrou a forte dependência da região em relação ao exterior, uma vez que a mesma culminou em que Organismos Internacionais passassem a criar planos de estabilização para os países da região, demonstrando o atrelamento do bloco (membros integrados) aos interesses estrangeiros.

Ademais, com o cenário dos países do Mercosul sob forte influência dos organismos internacionais e sendo instados a abrirem-se cada vez mais ao capital estrangeiro, pois a nova ordem econômica mundial assim o exigia, os Estados-parte passaram a buscar projetos de estabilização mais radicais do que os seus sistemas protecionistas, e aderiram ao sistema de economia de mercado, abrindo suas economias, sobretudo a partir da década de 1990.

Desta forma, vemos que o Mercosul nasce também sob um ambiente de profunda modificação do Sistema Internacional, com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial e o acirramento do processo de globalização, que provocavam uma interdependência mundial nos fluxos comerciais. Os avanços exitosos da União Européia, também serviam como exemplo de como promover o crescimento e o desenvolvimento econômico através da integração, no mundo globalizado.

No Mercosul, a vitória dos governos de direita neoliberal nos países-membros, a saber: Collor no Brasil, Menem na Argentina, Lacalle no Uruguai e Andres Rodriguez no

Paraguai, celebrou, pelo Tratado de Assunção, no início da década de 1990, a abertura de suas respectivas economias.

Tal abertura, embora brusca, foi a única solução encontrada no momento (ou a mais fácil) para solucionar a estagnação econômica que abraçou tais países na década de 1980. O Mercosul surgiu, então, em 1994, com o principal objetivo de intensificar o comércio subregional para lograr uma recuperação rápida da crise que abalou os países-membro na década de 80.

2.2 OS ÊXITOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL NA DÉCADA DE 1990

De acordo com MONTROYA⁷⁶, os resultados da dinâmica econômica do Mercosul, na década de 1990, mostrou-se diferenciada da dinâmica do comércio internacional, uma vez que, no Mercosul, entre 1990 e 1995, enquanto as exportações extra-regionais dos países cresceram apenas 33% (passaram de US\$46,5 bilhões para US\$62 bilhões), as exportações intra-regionais atingiram 251,2%, ou seja, passaram de US\$4,1 bilhões para US\$14,4 bilhões. Isso mostra que a participação relativa das exportações intra-regionais sobre o total exportado pelos países-membros, passou, durante o período considerado, de 9% para 21%, demonstrando, assim, que a integração foi conduzida de forma harmoniosa e que houve benefícios para os países integrados, de maneira geral, desde o início do processo.⁷⁷

Os êxitos econômicos do Mercosul, expressados pelo aumento dos fluxos comerciais do bloco, dos investimentos e empreendimentos intra-regionais no início do acordo e do investimento direto estrangeiro, levaram Chile e Bolívia a se interessar em realizar acordos de complementação com o bloco, em 1996.

⁷⁶ MONTROYA, Marco Antonio. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **UFP-RS, RBE**, Rio de Janeiro, out/dez., 2002, p. 43.

⁷⁷ Idem. p. 01, In.: JANK, M & NASSAR, A. **A reconfiguração do agribusiness no Mercosul e Chile**. In. **Agricultura no Mercosul. Chile mais Bolívia**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Montevideu (CRS), 1997.

Em 25/06/1996, Chile e Bolívia foram aceitos como os mais novos membros do Mercosul.

Para comprovarmos esses êxitos, observemos, a priori, os empreendimentos conjuntos entre Brasil e Argentina por setor, no início da formação do bloco.

Quadro 3 – Empreendimentos conjuntos argentino-brasileiros, por setor, de 1994 até agosto de 1995

SETOR	NÚMERO	SETOR	NÚMERO
Alimentos e Bebidas	31	Material Elétrico	6
Automotriz	11	Metalurgia	4
Autopeças	20	Móveis	1
Bancos	29	Petroquímica	4
Calçados	4	Plásticos	5
Construção	10	Publicidade	8
Courrier	3	Imprensa e Comunicações	9
Eletrodomésticos	6	Químicos	11
Eletrônica	4	Seguros	7
Fertilizantes	1	Serviços Empresariais	4
Franchising	11	Serviços Gerais	2
Energia e Combustíveis	7	Siderurgia	4
Informática	10	Telecomunicações	16
Máquinas Agrícolas	10	Têxtil	6
Maquinaria e Equipamento	8	Vidros	1
Material de Construção	5	TOTAL	258

Fonte: SELA (1996), com base em um estudo da embaixada da Argentina no Brasil, In. NOBILE (2004), p.34.

Observemos que no Mercosul foi criado um ambiente propício à iniciativa empresarial, acelerando o alargamento dos circuitos de produção e cooperação intra-regional.

O Mercado Comum do Sul transformou-se, então, no bloco econômico mais importante e mais conhecido da América Latina, e seus países membros passaram a apresentar avanços notáveis no sentido da integração regional, tanto na área comercial quanto no plano dos investimentos e na interação das estruturas produtivas dos membros.

Tal processo de integração do Mercosul, paralelamente, favoreceu os investimentos diretos estrangeiros na região.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 4 – Principais países receptores de *IDE* na América Latina (1994-1998).

Países	1990/94*	1995	1996	1997	1998
Argentina	2.931	5.610	6.949	9.161	7.292
Brasil	1.703	4.859	11.200	19.650	31.913
México	5.409	9.526	9.186	12.831	11.312
Outros	4.275	8.089	14.406	20.343	16.247
Total AL	14.318	28.084	41.741	61.985	66.764

Média dos investimentos do período

Fonte: Informes La Inversión Extranjera da CEPAL (em milhões de dólares)

Observemos que a partir da década de 1990, há um acentuado incremento de *IDE* na América Latina, com destaque para os países maiores, a saber: Argentina, Brasil e México. Dentre os maiores receptores desses investimentos, estão os idealizadores do Mercosul: Argentina e Brasil. Isso ocorreu devido ao baixo custo de mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao *IDE*, amparadas pela política de regionalismo aberto, e ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Observemos, ainda, o próximo quadro: mostra os principais receptores de Investimento Direto Estrangeiro na América Latina, no período que se estende de 1999 a 2001.

Quadro 5 – Principais países receptores de *IDE* na América Latina (1999-2001).

Países	1999	2000	2001	Total **	%**
Argentina	23.984	11.665	3.181	70.773	16,31
Brasil	28.576	32.779	22.636	153.316	35,34
México	11.915	13.286	24.730	98.195	22,63
Outros	18.152	12.913	17.158	111.583	25,72
Total AL	82.627	70.643	67.705	433.867	100,0

** Somatória dos investimentos dos períodos (quadros 4 e 5) e percentual dos períodos (quadros 4 e 5)

Fonte: Informes La Inversión Extranjera da CEPAL (em milhões de dólares)

Observemos que, a partir de 1999, ainda continua a tendência de expansão da entrada de *IDE* na América Latina.

Porém, a queda na entrada de *IDE* na Argentina após o ano 2000, foi oriunda da desvalorização do real no Brasil, em 1999, que culminou em uma séria crise financeira na

Argentina em 2001, tornando o país em uma opção arriscada, aos olhos dos investidores internacionais.

Devido a essa crise financeira na Argentina, há também uma queda na entrada de IDE no Brasil, a partir de 2001. Mesmo assim, em termos percentuais, o Brasil foi o país que mais atraiu capital estrangeiro para a região, de 1990 a 2001 (35,34% do total dos IDE atraídos para a região no período).

Percebe-se pelos quadros 04 e 05, que tal atração de IDE acirrou-se ainda mais após 1994, com a adesão do Brasil e da Argentina ao Mercosul.

É importante enfocarmos que, como afirmou COGGIOLA, foi após o processo de abertura econômica da década de 1990,

(...) que o fenômeno do ingresso de capitais estrangeiros atingiu toda a América Latina. A entrada líquida total de capitais, que era em 1989 de US\$ 9,3 bilhões, passou a ser de US\$ 60,8 bilhões em 1992. Esse mesmo fenômeno de ingresso de capital especulativo aconteceu na Ásia e acabou sendo o principal causador da crise asiática em outubro de 1997.⁷⁸

Por um lado, as economias da América Latina imaginavam que a integração econômica, a partir da liberalização comercial entre seus membros, elevaria o intercâmbio comercial na região pela redução de custos que o mercado ampliado e a desgravação tarifária proporcionariam e, conseqüentemente, elevariam o volume de exportações regionais intra e extra-bloco. Porém, a abertura comercial, econômica e política que preconizavam o processo de integração Latino-Americana como um todo, e do Mercosul de forma específica, vinha sendo apoiada explicitamente pelo FMI e pelas grandes potências mundiais. E, somada à idéia de integração, ainda estava a idéia de que as economias latino-americanas eram tão devedoras e possuíam tantos problemas econômicos como: altas taxas de inflação, recessão econômica, elevação nos índices de desemprego e pobreza, dentre outros, devido ao

⁷⁸ COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **América Latina: integração e desintegração.** (capítulo de livro). **A América Latina e a globalização.** FFLCH/PROLAM – USP, São Paulo, 2004, p. 9.

exagerado protecionismo econômico, justamente porque insistiam em uma política de manutenção excessiva de muitas e ineficientes empresas estatais .

Desta forma, a Integração seria a alternativa para a promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico de tais economias, pois seria acompanhada de abertura de mercados e redução do grau de protecionismo.

Segundo COGGIOLA⁷⁹:

A adesão ao mercado regional era movimento preparatório de uma maior e mais profunda adesão ao mercado mundial “globalizado”, em benefício das áreas mais ricas e das grandes empresas transnacionais. A constituição acelerada do Mercosul deve-se, antes, à pressão externa, mas também a uma outra interna, à medida que o novo bloco regional possibilitaria aumentar o tamanho do mercado, sem tocar no problema do seu crescimento no país ou na repartição da renda. Passa-se, assim, para um mercado alargado sem necessidade de atender as reivindicações de aumentos de salários, melhorias de condições de vida e de distribuição mais equitativa de riqueza em termos sociais e regionais.

Podemos observar tal fato de maneira bastante clara, quando analisamos a expansão dos investimentos estrangeiros diretos no caso específico Brasil, em detrimento aos demais parceiros do bloco, após sua adesão ao Mercosul.

O quadro a seguir mostra a conta financeira (IDE-estrangeiros) no país, após 1995.

⁷⁹ COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. **América Latina: integração e desintegração.** (capítulo de livro). **A América Latina e a globalização.** FFLCH/PROLAM – USP, São Paulo, 2004, p.11.

Quadro 6 - Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil: 1995-2006. (em milhões, anual).

PERÍODO	CONTA FINANCEIRA - IDE (US\$) MILHÕES, ANUAL.
1995	4.405,1220
1996	10.791,6870
1997	18.992,9344
1998	28.805,6100
1999	28.578,4296
2000	32.779,2397
2001	22.457,3534
2002	15.114,7970
2003	10.143,5247
2004	18.145,8835
2005	15.066,2918
2006	17.307,8514

Financeira - Investimentos Diretos Estrangeiros no país.

Obs: Há uma pequena diferença de valores, quando os mesmos são constatados com os valores que constam nos quadros 2 e 3, devido às diferentes metodologias de apuração dos dados pelo IPEADATA e pela CEPAL.

Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados do IPEADATA: Balanço de Pagamentos-Conta

Observemos a rápida evolução dos Investimentos Diretos Estrangeiros após a adesão do país ao Mercosul, até 2001, ano da crise argentina, onde há uma retração desses investimentos também no Brasil, voltando o mesmo a se recuperar a partir de 2004. Isso demonstra que o Brasil é o país que mais apresenta potencial de atração para empresas multinacionais, dentre os demais membros do Mercosul.

De acordo com FRANCO⁸⁰, que expôs uma análise sobre o Censo do Banco Central do Brasil, lançado em 1996, as empresas estrangeiras residentes no Brasil possuíam um patrimônio líquido de cerca de R\$ 105 bilhões, dos quais os sócios estrangeiros detinham cerca de R\$40,5 bilhões, ou seja, 52% do total. O Censo também mostrou que tais empresas possuíam um ativo de R\$272 bilhões, um faturamento de R\$ 223 bilhões e eram responsáveis, em média, por 10% do valor adicionado gerado, ou seja, 10% do PIB brasileiro.⁸¹

Suas exportações, no ano de 1995, foram de US\$22 bilhões, ou seja, 47% do total das exportações do país. A cada US\$1.000 de valor adicionado gerado no país, no total de

⁸⁰ FRANCO, Gustavo H.B. Investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional-CIDEC**-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

⁸¹ Idem, p. 5.

6.322 empresas estrangeiras catalogadas pelo Censo de 1996, gerava-se US\$275 em exportações e US\$242 em importações, numa proporção cerca de 10 vezes maior do que a do resto das empresas nacionais, explicada por fatores como: tamanho da firma e melhor desempenho exportador.⁸²

De acordo com FLÔRES⁸³, a performance do Mercosul, no que se refere ao IDE, tem-se modificado entre períodos mais ou menos expressivos, embora o bloco demonstre ser uma área atrativa em nível mundial. O autor afirma que a assimetria entre o Brasil e os seus demais parceiros tem levado os investidores estrangeiros a dar preferência à economia maior e, em termos dos investimentos intra-bloco, o padrão se repete com as firmas de outros membros, especialmente as argentinas, que vem se re-localizando no Brasil, particularmente em São Paulo. A guerra fiscal é um fator que ora agrava, ora altera esse quadro, criando tensões adicionais entre Argentina e Brasil, bem como no interior de cada um desses países.

Essa é mais uma disparidade que merece atenção no âmbito do Mercosul e a mesma é, antes de tudo, um assunto de política nacional, mas que afeta todo o andamento do bloco. A harmonização fiscal, um dos objetivos do futuro Mercado Comum do Sul, dependerá da elaboração e execução de um pacote de harmonização macroeconômica, o qual ainda possui muita dificuldade de ser conjecturado, sobretudo pelo Brasil, dadas às instabilidades macroeconômicas ainda maiores dos países-membros e grau de desenvolvimento ainda bem menor, quando comparado à economia brasileira.

Outro dado importante mostrado pelo censo, ao qual o autor também faz alusão, é o fato de que tais empresas, nesse período, geraram 1.447 milhões de empregos diretos, ou seja, 9% do total dos empregos formais do país e produziam US\$ 55 mil de valor adicionado por

⁸² FRANCO, Gustavo H.B. Investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional-CIDEC**-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005, p.5 e 6.

⁸³ FLÔRES, Renato G. Junior. **Investimento direto estrangeiro no Mercosul**: uma visão geral. Ensaio Econômico. Fundação Getúlio Vargas, EPGE. nº 598, São Paulo, agosto de 2005.

trabalhador empregado, enquanto as demais empresas nacionais produziam apenas US\$49 mil.

Desta forma, o autor afirma que o IDE não pode ser considerado um passivo externo, mas um ativo estratégico para o Brasil.

Porém, não se pode ignorar que, a despeito dos benefícios, existem elevados custos para o país, ou região que recebe esse capital estrangeiro.

1. Ele precisa garantir taxa de retorno para tais investimentos, mantendo uma política de juros elevados;
2. Há inúmeras concessões de subsídios a tais empresas (energia elétrica gratuita, instalações montadas, isenção de impostos e outros), os quais poderiam ser oferecidos às empresas nacionais;
3. A vinda desse Capital Estrangeiro para o país ou região, se dá no sentido do aproveitamento da mão-de-obra barata, logo, uma desvalorização cambial é fundamental para a atração de tais empresas;
4. O lucro das vendas dessas empresas no mercado interno, bem como o lucro oriundo das exportações de tais empresas, não é reinvestido no país “abrigo” e sim, no país de origem;
5. A concorrência dessas empresas com as empresas nacionais é desleal, pois produzem em larga escala e conseguem praticar um preço de mercado menor;
6. Caso tais empresas resolvam migrar para um outro país ou região que ofereçam maiores taxas de retorno aos seus investimentos, a recessão seria inevitável, uma vez que as mesmas tratariam de dispensar toda a mão de obra contratada, causariam um verdadeiro rombo na Balança Comercial, em virtude da redução de suas exportações e as empresas nacionais, fragilizadas, não teriam condições de absorver a mão-de-obra desempregada.

No segundo censo realizado em 2001, também pelo Banco Central, respondido por 11.404 empresas, como afirmou FRANCO⁸⁴, mais de US\$100 bilhões em IDE entraram no país de 1996 a 2001, em virtude do Plano Real. Segundo o autor, esse segundo censo revelou o quanto a economia brasileira aprofundou-se no processo de globalização.⁸⁵

Numa comparação com o censo de 1996, o autor observou que o capital integralizado pertencente à não residentes quintuplicou, em relação àquele mostrado pelo censo de 1996, ou seja: passou de R\$40,5 bilhões para R\$201,4 bilhões. Os ativos totais dessas empresas que eram de R\$272,6 bilhões, passaram para R\$ 914,0 bilhões, e o faturamento, de R\$223,1 bilhões para R\$509,9 bilhões. Suas exportações passaram, no censo de 2001, a representar 60,4% das exportações totais brasileiras e 56,6% do total das importações.⁸⁶

FRANCO⁸⁷ ainda mostra, mediante os dados dos dois censos (1996 e 2001), que houve um crescimento notável no comércio intra-industrial das empresas do censo. As exportações intra-firma cresceram de US\$ 9,0 bilhões, em 1996, para US\$ 21 bilhões em 2001, passando de 41,7% para 63,3% das exportações das empresas do censo. Todo o acréscimo observado nas exportações dessas 11.404 empresas relacionadas no censo, durante o período de 1995-2000, explica-se pelas exportações intra-firma. Ademais, as exportações totais do Brasil cresceram US\$ 8,6 bilhões no período, enquanto as exportações intra-firma das empresas estrangeiras do censo cresceram US\$ 11,9 bilhões.⁸⁸

Uma das virtudes que alguns estudiosos empregam à importância da atração do capital estrangeiro por parte de um país ou de uma região, é a sua capacidade de formação da

⁸⁴ FRANCO, Gustavo H.B. Investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional-CIDEC**-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

⁸⁵ Idem, p.7 e 8.

⁸⁶ Idem, p.8

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem, p.9

taxa bruta de investimento na economia receptora. No caso brasileiro, de 1954-1960, por exemplo, o capital estrangeiro foi o responsável por 25% da renda per capita nacional.⁸⁹

Todavia, para que o capital estrangeiro tenha efeitos benéficos no país ou região para o qual é atraído, deve existir, necessariamente, um equilíbrio na repartição de proveitos entre o país anfitrião e o país fonte do investimento, mantendo a possibilidade de conviver com a soberania nacional do país receptor do investimento.

Para o país anfitrião, o investimento estrangeiro é uma alternativa para suportar o seu processo de inovação técnico-organizacional e de comercialização, auferindo maior eficiência à economia nacional. Porém, o capital estrangeiro não atenta para fomentar outro processo de inovação senão o próprio, ou que sirva para outra eficiência senão a própria. Desta forma, torna-se necessária uma certa intervenção Estatal no sentido de assegurar que haja adequada repartição da renda entre o investidor estrangeiro e o país, ou região receptora (anfitriã), e que se preserve o controle nacional sobre seus recursos e seu destino.

O capital estrangeiro busca, em suma, rentabilidade máxima para seus investimentos e, desta forma, procura dirigir-se para regiões com amplo mercado consumidor, mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais abundantes e que lhe conceda o máximo de concessões possíveis, sobretudo tarifárias. E, diga-se de passagem, é muito mais fácil, embora bem mais oneroso, crescer a curto e médio prazo pela atração do capital estrangeiro para o país ou região, que seria um dos propulsores desse crescimento, do que a passos longos, com recursos e tecnologia insuficiente.

Nesse contexto, o Mercosul, com a ampliação do mercado regional, tornou-se o fator chave para a atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para a Argentina e, sobretudo, para o Brasil. Tal fato contribuiu para transformar o Brasil numa base regional de exportação para muitas empresas multinacionais.

⁸⁹ BACEN, 1992.

Desta forma, observa-se que, dada a abertura comercial do Mercosul após o acirramento do processo de abertura econômica na região, a partir de 1990, década marcada por injeções de capital estrangeiro nas economias da região, sobretudo na Argentina e no Brasil, precursoras do Mercosul, passa-se a verificar um fato novo: O comércio intra-regional passa a crescer mais rápido do que o comércio global dos países-membros, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 7 - Exportações intra e extra-MERCOSUL (1988-1994).

Anos	Intra-Mercosul US\$ milhões	Extra Mercosul US\$ milhões	Intra/Extra %	Intra/Total %	Extra/Total %
1988	3009	41827	7,2	6,7	93,3
1989	3712	42881	8,7	8,0	92,0
1990	4127	42291	9,8	8,9	91,1
1991	5103	40830	12,5	11,1	88,9
1992	7215	43232	16,7	14,3	85,7
1993	10039	44217	22,7	18,5	81,5
1994*	11941	50092	23,8	19,2	80,8

* Dados definitivos da ALADI.

Fonte: GARRIGA e SANGUINETTI, 1994

Vê-se que a progressão das exportações intra-Mercosul cresceram rapidamente de 1988 a 1994. De 11% em 1991, fase de preparação do Mercosul, para 19,2% em 1994, ano da consolidação do mesmo. Já a progressão das exportações extra-Mercosul caiu de 88,9% em 1991, para 80,8%, em 1994.

Essa queda das exportações extra-Mercosul, em 1994, pode ser explicada pela Crise mexicana (1994), que deixou os países centrais temerosos de um calote por parte das economias em desenvolvimento.

No que se refere à consolidação do Mercosul, porém, o período que vai de 1994 a 2005 é marcado por instabilidades nos mercados financeiros internacionais, com fortes seqüelas para as economias mundiais, em especial para as economias em desenvolvimento, como é o caso das economias do Mercosul.

Esse é também um período onde irão aflorar as fragilidades e imperfeições do bloco e, desta forma, o projeto do Mercosul passa a ser duramente criticado em um cenário subregional nada propício à integração.

Essas instabilidades nos mercados financeiros internacionais provocarão sérios efeitos nas economias do Mercosul, exigindo ajustes macroeconômicos internos, bem como afetando o desempenho comercial das mesmas.

Desta forma, a análise do desempenho comercial do bloco nesse cenário conturbado pelas crises financeiras internacionais que permearam a década de 1990, será o foco de nossa análise a partir de então, configurando no terceiro capítulo desta tese.

Para a realização de tal análise, o período determinado será de 1994-2005.

Complementando essa mesma análise, trataremos, ainda, de analisar o desempenho comercial individual de cada país-membro do Mercosul, após a formação do bloco.

Nosso intuito, mediante essa análise, como já afirmamos na introdução desta Tese, será demonstrar de que forma as crises internas do bloco, durante os anos que seguiram a seu processo de integração, com destaque para a desvalorização do real (1999) e a crise financeira argentina (2001), frutos dos ajustes macroeconômicos das economias-membro fomentados, em parte, pela conjuntura internacional da década de 1990, afetaram no desempenho comercial dos países-membros.

Todavia, para a realização desta última análise, serão utilizados dados estatísticos referentes aos saldos comerciais dos países-membros, de 1995 a 2004, uma vez que não foi possível encontrar os dados referentes aos saldos comerciais de todos os membros do Mercosul, referentes aos anos de 1994 e 2005.

CAPÍTULO III

3 O DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994-2005

O desempenho comercial de um bloco regional não é tarefa fácil de se avaliar, visto que são muitos os fatores (externos e internos) a serem analisados, tais como: conjuntura macroeconômica interna, relações comerciais com outros blocos e/ou intra-bloco, políticas cambiais dos países, crises internacionais, dentre outros. Tais fatores, em conjunto, contribuirão para desenvolver uma performance boa ou ruim no desempenho comercial de um bloco.

Para avaliar esse desempenho, os dados estatísticos são fundamentais como instrumento auxiliar de análise, proporcionando uma visão de conjunto e permitindo uma avaliação mais criteriosa dos fatos. Desta forma, torna-se imprescindível aliar a precisão dos dados estatísticos com o contexto histórico, econômico e político da economia mundial, visando demonstrar de que forma o panorama internacional refletiu na economia do Mercosul, bem como no desempenho comercial do bloco, no período determinado para análise, a saber: 1994-2005.

Todavia, é mister deixar claro que para qualquer análise que envolva agregados macroeconômicos ou comerciais relativos aos países-membros do Mercosul, o estudioso terá inúmeras dificuldades. Tais dificuldades são inerentes à coleta (compilação) dos dados estatísticos, já que o Mercosul ainda não conta com um banco de dados de estatísticas comerciais e macroeconômicas.

Ainda, Institutos como o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), não possuem séries históricas desses dados.

Resta ao pesquisador, um extenso trabalho de compilação desses dados, ano a ano, através de organismos como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) e a WTO (World Trade Association), a fim de elaborar uma série estatística coerente e fidedigna para análise.

Dificuldades ainda são encontradas no que tange à utilização das fontes bibliográficas (secundárias). Devido a integração do Mercosul ser um acontecimento recente, que remonta do início da década de 1990, não são muitos os estudos e pesquisas científicas aptas para serem utilizadas como referência, embora aqueles que hoje existem, sejam de altíssima qualidade. O que se observou durante a coleta e seleção bibliográfica, é que muitos dos escritos sobre o Mercosul e sua integração são, simplesmente, um apanhado de ideologias sem fundamento científico, o que torna a pesquisa ainda mais difícil.

Desta forma, esperamos que essa análise do desempenho comercial dos países-membros do Mercosul após 1994, seja mais um dos estudos que fomente o desejo de novos pesquisadores ao aprofundamento nas análises referentes à Integração do Mercosul, pois nesse âmbito, ainda há muito a ser explorado.

3.1 O PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL DA DÉCADA DE 1990: AS CRISES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL

De acordo com FRIEDMAN⁹⁰, dos muitos aspectos do processo de globalização, são a internacionalização e a interdependência econômica que criam as condições favoráveis à grande mobilidade dos capitais mundiais e ao livre acesso dos investidores internacionais nos

⁹⁰ FRIEDMAN, Thomas, L. **O lexis e a oliveira**: entendendo a globalização. São Paulo: Objetiva, 1999.

mais diversos mercados globais, com todas as conseqüências (positivas ou negativas) que tais movimentações possam causar.

Uma dessas conseqüências é o efeito provocado pelo desempenho do comércio mundial, com fortes implicações para os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo AMARAL⁹¹, as decisões de política econômica, induzidas por essas movimentações, em especial no que se refere à política cambial, produzem efeitos diretos no comportamento do comércio exterior dos países, com implicações nas oportunidades de mercado.

No que tange a um bloco regional, da mesma forma, a solidez do seu desempenho comercial intra e extra zona, está diretamente relacionada à qualidade dos instrumentos de política comercial, escolhidos e aceitos para compor o quadro normativo da integração.

A década de 1990, marcada, por sua vez, pela intensificação dos movimentos globalizantes e, em especial, pela forte interdependência dos mercados financeiros internacionais, vem a caracterizar-se como um período de instabilidade das grandes potências econômicas mundiais, absortas pelos fluxos de capitais internacionais.

Nesse contexto, os países emergentes tornam-se os mais vulneráveis às fugas de capitais resultantes das sucessivas quedas nas Bolsas de Valores de todo o mundo. Isso ocorre porque tais países são demasiado dependentes do capital estrangeiro para consolidar seus projetos de crescimento e desenvolvimento econômico e, ainda, dependem sobremaneira da comercialização de commodities para obter divisas, cujos preços são formados em Bolsas de Mercadorias e Futuros.⁹²

⁹¹ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 2007.

⁹² Idem ibidem.

Desta forma, quando os investidores retiram seus capitais de curto prazo de uma determinada economia, em ritmo e volume significativos, provocam grandes prejuízos às economias que dependem desses capitais para financiar seus déficits comerciais e públicos.

Para o caso específico dos países do Mercosul, com destaque para Argentina e Brasil, alguns episódios decorrentes da nova realidade internacional na década de 1990 influenciaram diretamente na condução de suas políticas econômicas, com fortes conseqüências para seu desempenho comercial, tanto em âmbito regional quanto em âmbito mundial. Estes episódios são: A crise mexicana (1994), a crise financeira e cambial da Ásia (1997) e a crise russa (1998).

Para entendermos melhor quais os impactos que tais crises econômicas internacionais tiveram sobre o desempenho comercial do Mercosul a partir de sua conformação (1994), que deu-se concomitantemente à crise mexicana, faremos aqui uma análise breve e objetiva das mesmas para, em seguida, mediante a utilização instrumental de dados estatísticos, demonstrar de que forma tais crises impactaram o desempenho comercial do Mercosul no período extraído para análise, a saber: 1994-2005.

3.2 A CRISE MEXICANA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1994-1997

A crise mexicana, primeira grande crise econômica internacional da década de 1990, criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro, a partir de 1994.⁹³

⁹³ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 2007.

A conjuntura econômica do México, a partir da metade de década de 1990, com déficit na Balança Comercial, déficit em Conta Corrente e grande dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), com acentuado grau de abertura econômica, mostrava-se pouco favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico, levando o país a sérias dificuldades para sanar seus compromissos internacionais. Esta foi a mais séria crise mexicana após a crise ocorrida em 1982, quando o México declarou moratória de suas dívidas e passou a adotar um programa heterodoxo de estabilização econômica, composto por políticas de âncora cambial, reforma fiscal, intensificação das privatizações e liberalização financeira.

A crise de 1994, por sua vez, levou o México à participação no NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte, também em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

Assim, o exemplo mexicano de buscar a estabilização econômica com base na valorização cambial, proposta pelo NAFTA, levou outros países, em condições de conjuntura econômica similares, a procurarem alternativas voltadas para uma proposta de crescimento econômico sustentável. (AMARAL, 2007).

No Brasil, devido a esta crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego no país e na retração da produção. Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que podem ser modificados periodicamente.

No Mercosul como um todo, dada essa conjuntura, entre 1990 e 1997, o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações desses países no mesmo período. GINESTA⁹⁴

Tal fato está relacionado ao contexto da década de 1990. Nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas principais economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

Assim, o projeto do Mercosul nasceu justamente nesse contexto de abertura econômica mundial, marcada por aceleração das exportações e das importações por parte dos países da região, num contexto de implementação da estratégia neoliberal dentro desses países. Ademais, o processo da abertura comercial, constituía-se em um dos principais componentes dessa estratégia.

Porém, é sabido que qualquer mudança na política cambial de um país, associada a outros instrumentos de política comercial, repercute diretamente do desempenho de seu comércio exterior, favorecendo-o ou não. Ademais, os saldos comerciais de um país são reflexos das decisões do governo sobre os instrumentos de política comercial adotados. Essa observação vale igualmente para os blocos econômicos.

Mediante a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, mais especificamente a partir de sua conformação com o Protocolo de Ouro Preto (1994), as estatísticas comerciais revelaram uma fase de êxitos no desempenho comercial do bloco, o que levou, de antemão, muitos dos estudiosos da integração a acreditar na consolidação e no fortalecimento do bloco.

De acordo com AMARAL (2007, p.25).

As novas regras comerciais firmadas a partir da aplicação dos instrumentos de política comercial acordados em 1991 e, posteriormente, colocados em prática pelos

⁹⁴ GINESTA, J. **El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional**: una introducción. Porto Alegre: Universidade/UFRS, 1999, p.38.

países integrados, notadamente o Programa de Liberalização Comercial e a Tarifa Externa Comum-TEC-, criaram o ambiente de estabilidade e crescimento ao incremento do comércio exterior praticado por esses países, nas fases iniciais de implementação do projeto integracionista e, também, estabeleceu a base para os desdobramentos futuros da Integração do Cone Sul.

O Programa de Liberalização Comercial, bem como a TEC, como mostra o Tratado de Assunção, Art. 5º (em anexo), foram concebidos no intuito de incentivar a competitividade externa dos países integrados e sua entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1995, transformou o Mercosul, de uma Zona de Livre Comércio, em uma União Aduaneira, ainda incompleta.

A Liberalização Comercial Progressiva, objetivava um cronograma de desgravação tarifária progressiva, linear e automática, que iniciou-se em junho de 1991 e se conformou em dezembro de 1994, quando o percentual de desgravação das preferências tarifárias totalizou 100% para os países do bloco.⁹⁵

O Protocolo de Ouro Preto (1994) por sua vez, mediante o Capítulo II, Art. 34º (em anexo), conferiu ao bloco Personalidade Jurídica de Direito Internacional, permitindo que o Mercosul pudesse, a partir de então, firmar acordos e tratados internacionais enquanto bloco regional.

Para avaliarmos o desempenho comercial do bloco de 1994-1997, período que se seguiu à Crise mexicana, observemos o quadro a seguir:

⁹⁵ Ver Tratado de Assunção, Art. 5º e Anexo 1 ; Protocolo de Ouro Preto Cap. II, Art. 34º .

Quadro 8 – Comércio de bens mundial e do Mercosul: 1994-1997, US\$ bilhões

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Mundial	4.326	5.162	5.391	5.581
Mercosul	61,9	70,5	75,0	83,2
Intra-bloco	12,0	14,0	17,0	21,0
Extra-bloco	50,0	56,0	58,0	63,0
IMPORTAÇÃO				
Mundial	4.426	5.279	5.536	5.736
Mercosul	62,7	79,9	87,2	102,6
Intra-bloco	12,0	14,0	18,0	21,0
Extra-bloco	50,0	65,0	70,0	81,0
CORRENTE DE COMÉRCIO				
Mercosul	124,6	154,0	162,2	185,8
Intra-bloco	24,0	28,0	35,0	42,0
Extra-bloco	100,0	121,0	128,0	144,0

Fonte: WTO, 2004 – adaptação

Pelo quadro anterior, observamos que o valor das exportações mundiais e do Mercosul, apresentou tendência de crescimento, de 1994 até 1997.

Dentro do Mercosul também cresceram as importações intra e extra-bloco nesse período, fruto da aceleração do processo de abertura econômica das economias-membro, na década de 1990. Do lado das importações do Mercosul, a tendência foi ainda maior. Enquanto as exportações passaram de US\$ 61,9 bilhões em 1994 para US\$ 83, 2 bilhões em 1997, as importações passaram de US\$ 62,7 bilhões em 1994 para US\$ 102,6 bilhões em 1997, apresentando um saldo de balança comercial negativo para o bloco nesse período, fruto do próprio processo de abertura comercial e econômica dos países da região na década de 1990, como já afirmamos anteriormente.

Porém, a corrente de comércio ascendente do Mercosul nesse período, tanto intra quanto extra-bloco, neutralizou os saldos negativos na Balança Comercial.

Esse quadro ainda reforça que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para a Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões em 1994, para US\$ 42,0 bilhões em 1997.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 9 – Participação percentual do Comércio Exterior de Bens do Mercosul em Relação ao Comércio Mundial: 1994-1997, (em %)

EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Mundial	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	1,43	1,37	1,39	1,49
IMPOTAÇÃO				
Mundial	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	1,49	1,51	1,58	1,79

Fonte: WTO, 2004 - Adaptação

Observemos que a participação do comércio exterior de bens do Mercosul em relação ao comércio mundial passou de 1,43% em 1994, para 1,49% em 1997 (para as exportações), e de 1,49% em 1994, para 1,79% em 1997, (para as importações), reforçando que o bloco vai assumindo maior importância comercial tanto para seus países-membros no decorrer do processo de integração como, também, para o resto do mundo.

Observemos a participação percentual do comércio exterior de bens intra e extra-bloco em relação ao comércio total do Mercosul (1994-97).

Quadro 10 – Participação Percentual do Comércio Exterior de Bens Intra e Extra-bloco em Relação ao Comércio Total do Mercosul: 1994-1997, (em %).

EXPORTAÇÃO	1994	1995	1996	1997
Mercosul	100,00	100,00	100,00	100,00
Intra-bloco	19,39	19,86	22,67	25,24
Extra-bloco	80,79	79,43	77,33	75,72
IMPORTAÇÃO				
Mercosul	100,00	100,00	100,00	100,00
Intra-bloco	19,14	17,52	20,64	20,47
Extra-bloco	79,74	81,35	80,28	78,95

Fonte: WTO, 2004 - adaptação

Os efeitos positivos desse período, que logrou ainda um certo desempenho comercial para o bloco, esteve ligado ao processo de remoção das barreiras comerciais, proporcionando um aumento dos fluxos comerciais intra-regionais, bem como um aumento nos fluxos de capitais no bloco. Observemos que o comércio intra-bloco, pelo lado das exportações, cresceu

de 19,39% em 1994, para 25,24% em 1997, em relação ao comércio total do Mercosul nesse período.

Pelos dados analisados nos quadros 05 e 06, ainda pudemos observar, em termos de fluxos de capitais, uma evolução da entrada de IDE na região, nesse período, sobretudo para o Brasil, seguido da Argentina.

Observemos que, em termos nominais, o maior desempenho comercial do Mercosul ao longo da década de 1990 ocorreu no ano de 1997, especialmente do lado das exportações, passando a representar 25,24% das exportações praticadas pelo Mercosul. No comércio extra-bloco, pelo lado das exportações, verificamos uma queda das exportações nesse período, fruto da crise mexicana, salientando a tendência da elevação da importância comercial que o bloco vem assumindo para as exportações de seus países-membros.

Assim, em termos de exportações, observamos, pelos dados estatísticos, que o Mercosul serviu como uma válvula de escape dos países-membros para a perda de competitividade frente aos grandes centros, nesse período de crise.

Este fato é comprovado visto que, pelo lado das exportações, enquanto a participação percentual do comércio exterior intra-bloco cresceu de 1994-1997, a participação percentual do comércio extra-bloco mostrou tendência decrescente em todo o período.

Do lado das importações, a participação percentual do comércio exterior, de 1994-1997, tanto intra quanto extra-bloco, apresentou tendência indefinida.

3.3 A CRISE ASIÁTICA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1997-1998

A Crise Asiática foi um outro episódio internacional demasiado relevante ocorrido no período 1997-1998, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade

econômica, que resultou da crise cambial e financeira que se instaurou na Ásia, envolvendo, em princípio, cinco países da região, a saber: Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia, surpreendendo os estudiosos devido à abrangência de seu alcance. Tal crise repercutiu em várias partes do mundo e envolveu, surpreendentemente, países tidos como referência mundial em termos de crescimento e desenvolvimento econômico. (AMARAL)⁹⁶.

De acordo com CANUTO⁹⁷:

A crise financeira asiática de 1997-98 foi surpreendente não apenas pelo alcance global de seus desdobramentos, como pelo fato de ocorrer em uma região que se tornara, pouco antes, uma referência mundial em termos de crescimento econômico rápido e sustentado. A surpresa foi ainda maior por incluir, em seu epicentro, a Coreia do Sul, o exemplo maior de upgrading da periferia ao núcleo das economias desenvolvidas.

De acordo com VIZENTINI⁹⁸, os antecedentes da crise asiática remontam ao Japão da década de 1980 e início da década de 1990, onde o país passou por uma fase de estagnação econômica, bem como por uma grande crise financeira carecendo, portanto, de profundas reformas estruturais para promover uma maior internacionalização de sua economia, até então bastante fechada.

As incertezas políticas que pairavam na região no final da década de 1990 devido à reunificação da China, a devolução de Hong Kong e as questões políticas e diplomáticas envolvendo do Tibet e Taiwan, também foram motivo de preocupação, sobretudo por parte das grandes potências internacionais.

Para muitos estudiosos, sobretudo de relações internacionais,

⁹⁶ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais, Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007, p. 26.

⁹⁷ CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, nº 4, pp.25-60, 2000, p. 1.

⁹⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise asiática, recuperação e construção da multipolaridade**. In **Nova Ordem Global – Relações Internacionais do Século 20**. 11 de março de 2004. Disponível em: <www.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_152.htm>.

(...) a posição chinesa de continuar afirmando sua inserção internacional, sem negociar suas instituições político-sociais e valendo-se de uma política cambial de valorização de sua moeda frente ao dólar, como forma de transformar o Yuan em uma moeda conversível, colocaria o país no centro das atenções internacionais e, para alguns analistas, como pivô da crise asiática. (AMARAL, 2007, p.27)

Segundo AMARAL (2007), os movimentos especulativos do capital internacional sofreram uma intensa queda, bem como houve grande fuga dos capitais internacionais presentes no país, afetando o montante de reservas internacionais de forma bastante significativa.

No que tange aos reflexos que a crise asiática provocou nos países-membros do Mercosul, observe-se o quadro a seguir.

Quadro 11 – Comércio de bens mundial e do Mercosul: 1997-1998, US\$ bilhões.

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1997	1998
Mundial	5.581	5.498
MERCOSUL	83,2	81,4
Intra-bloco	21,0	20,0
Extra-bloco	63,0	61,0
IMPORTAÇÃO		
Mundial	5.736	5.673
MERCOSUL	102,6	98,7
Intra-bloco	21,0	21,0
Extra-bloco	81,0	78,0
CORRENTE DE COMÉRCIO		
MERCOSUL	185,1	180,1
Intra-bloco	42,0	41,0
Extra-bloco	144,0	139,0

Fonte: WTO, 2004 - adaptação

Observemos que a crise asiática proporcionou uma redução tanto no volume de exportações quanto de importações em nível mundial, de 1997 para 1998. Ainda, podemos observar que esses reflexos da crise provocaram também uma queda no comércio de bens do Mercosul, tanto do lado das exportações quanto do lado das importações, de 1997 para 1998, pois a corrente comercial, tanto intra quanto extra-bloco diminuíram, com exceção para o

comércio de bens intra-bloco pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado.

Porém, em termos gerais, observa-se uma redução da corrente de comércio do Mercosul, tanto intra-bloco quanto extra-bloco.

Porém, observamos pelo quadro 06 exposto no capítulo anterior, como já afirmamos anteriormente, que a crise asiática bem como a crise mexicana, apesar de seus efeitos drásticos em todo o mundo, no que tange à redução dos volumes de comércio, não provocaram queda nas entradas de IDE no Brasil até o ano 2000, o que ocorreu devido à própria constituição formal do Mercosul em 1994, que proporcionou a existência de um mercado ampliado na região com mão-de-obra barata e recursos naturais abundantes, grandes atrativos para o capital estrangeiro.

3.4 A CRISE RUSSA E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL: 1999-2004

Com os efeitos da Crise Asiática ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo, o país também entra em crise em meados do ano de 1998, desvalorizando sua moeda, o rublo, e decretando moratória parcial de sua dívida externa.⁹⁹

Ademais, a fuga de capitais que a crise provocou na Rússia, associada a uma queda no preço do petróleo no mercado internacional, principal fonte de recursos russos, o país passa a não ter mais condições de obter recursos para cobrir seus gastos com a dívida externa e com despesas relativas aos serviços sociais.¹⁰⁰

⁹⁹ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 2007.

¹⁰⁰ Tais despesas, no âmbito da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, eram de responsabilidade do regime comunista.

Desta forma, com a decretação da moratória russa em 1998 e, ainda, sob os efeitos da Crise Asiática, o cenário econômico mundial sentiu drasticamente os efeitos conjuntos das crises institucionais, o que provocou graves conseqüências para o desempenho do comércio internacional como um todo, e do Mercosul de forma específica.

Segundo AMARAL¹⁰¹:

A grande diferença desse momento para os anteriores é que, nesse caso em particular, a partir da Crise Russa, os mercados internacionais de crédito se fecharam aos países emergentes quase que por completo, durante um longo período de tempo, causando efeitos negativos para essas economias. Verifica-se, ainda, a intensificação da tendência de queda dos preços internacionais das commodities, principal fonte de renda no comércio internacional dos países emergentes, além de registrar lenta expansão do comércio mundial como um todo.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 12 – Comércio de Bens Mundial e do Mercosul: 1999-2004, US\$ bilhões.

COMÉRCIO EXPORTAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mundial	5.712	6.449	6.183	6.482	7.551	9.153
MERCOSUL	74,3	84,6	87,8	88,8	106,1	135,5
Intra-bloco	15,0	18,0	15,0	10,0	13,0	17,0
Extra-bloco	59,0	67,0	73,0	79,0	93,0	118,0
IMPORTAÇÃO						
Mundial	5,911	6,715	6,474	6,724	7,832	9,495
MERCOSUL	82,4	89,4	83,9	62,2	68,6	94,0
Intra-bloco	16,0	18,0	16,0	11,0	13,0	18,0
Extra-bloco	67,0	72,0	68,0	52,0	55,0	76,0
CORRENTE DE COMÉRCIO						
MERCOSUL	156,7	174,0	171,7	151,0	174,7	229,5
Intra-bloco	31,0	36,0	31,0	21,0	26,0	35,0
Extra-bloco	126,0	139,0	141,0	131,0	148,0	194,0

Fonte: WTO, 2004- adaptação

¹⁰¹ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 20007, p. 28

Ao observarmos o quadro, podemos destacar que a tendência de queda no volume de comércio tanto intra-bloco quanto extra-bloco do Mercosul continuou em queda até 1999, quando comparadas com 1997 e 1998, no quadro anterior.

Se compararmos esses dados aos quadros 04 e 05 do capítulo anterior, verificaremos que a Crise Russa provocou uma fuga de capital estrangeiro do Brasil, principal economia do Mercosul que, em 1998 era de (US\$ milhões) 31.913 para (US\$ milhões 28.576) em 1999.

Essa fuga de capital estrangeiro do Brasil nesse período, deixou evidente a necessidade do mesmo em modificar a condução de sua política econômica, cortando gastos, aumentando a receita, e colocando no mercado externo produtos com maior competitividade;

Pelo quadro 12 podemos notar que, de 1999 a 2004, o comércio mundial de bens foi maior do lado das importações do que do lado das exportações. Já, em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações apenas até o ano 2000. De 2001 a 2004, observamos uma mudança nessa tendência: o comércio de bens no Mercosul passa a ser maior pelo lado das exportações do que pelo lado das importações.

Ademais, ainda em relação ao comércio de bens do Mercosul, a mudança da política cambial no Brasil com a desvalorização do real em 1999 (da qual falaremos um pouco mais nas análises subsequentes), também repercutiu sobremaneira nos padrões de competitividade existentes no Mercosul após esse período, piorando ainda mais a situação econômica da Argentina, já afetada grandemente pelas crises internacionais.

A desvalorização do real, no Brasil, desta forma, contribuiu sobremaneira para a efetivação da Crise Argentina nos anos de 2001 e 2002.

Os dados contidos no quadro 12 destacam, ainda, que a mudança na política cambial brasileira em 1999 também contribuiu para a redução do desempenho comercial do Mercosul intra-bloco, a partir de 2001. Apesar da moeda brasileira possuir, após 1999, um preço menor

que o peso argentino, houve retaliações argentinas em relação a alguns produtos brasileiros dentro do bloco, repercutindo numa crise diplomática entre os países idealizadores do Mercosul.

Assim, de acordo com AMARAL¹⁰²:

(...) o biênio 1999/2000 significou um momento de profunda reflexão sobre o processo de integração do Cone Sul, motivada pelos muitos problemas conjunturais e estruturais de ordem econômica, política, social e comercial enfrentados pelos países-membros do Mercosul.

Já, em âmbito internacional, as turbulências oriundas das crises externas começam a se dissipar, favorecendo novamente o comércio extra-bloco do Mercosul, sobretudo pelo lado das exportações, a partir do ano 2000, como mostram os dados expostos no mesmo quadro.

Intra-bloco, de 1999-2001, a desvalorização do real e a Crise Argentina oriunda, principalmente, dessa mesma desvalorização, acabou por desencadear frutos negativos para o próprio processo de integração do Mercosul, provocando uma redução nas entradas de capitais no Brasil e na Argentina a partir de 2001, como mostrou o quadro 05, no capítulo anterior.

Ademais, a deterioração das moedas dos países-membros e a aceleração inflacionária criaram para o Mercosul um cenário econômico, financeiro e comercial totalmente desfavorável à integração regional, tornando comprometida a continuidade da aplicabilidade de alguns instrumentos de política comercial fundamentais para a continuidade do processo de integração regional, como a Liberalização Comercial e a TEC - Tarifa Externa Comum. ROZEMBERG; SVARZMAN.¹⁰³

¹⁰² AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 2007, p. 42.

¹⁰³ ROZEMBERG, Ricardo; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosul**. Ano 7, número 8. Período 2001-2002. Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe.. BID-INTAL, Buenos Aires-Argentina, 2003, pp.6 a 26.

Ademais, observamos que, enquanto as crises contribuíram para intensificar o comércio intra-regional do Mercosul, seus reflexos nas economias-membro, sobretudo no que se refere às reduções do crédito internacional e à redução dos preços das commodities, exigiram ajustes macroeconômicos nessas economias, os quais refletiram-se em crises internas no bloco.

Tais crises internas impossibilitaram a garantia do mínimo de convergência das políticas macroeconômicas dos principais países-membros: Argentina e Brasil, Paraguai e Uruguai, fator primordial para garantir o aprofundamento do processo de integração.

Analisemos melhor essas crises, fazendo uma comparação das trajetórias macroeconômicas das economias-membro do Mercosul, a partir da formação do bloco.

3.5 AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS MACROECONÔMICAS DAS ECONOMIAS-MEMBRO DO MERCOSUL: 1995-2004

Em março de 2008, a assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, completou 17 anos. Durante esse pequeno período que vai de 1991-2008, o Mercosul passou por etapas variadas que provocaram, em alguns momentos, expectativas altamente favoráveis quanto ao seu futuro e, em outros, notável pessimismo.

O Tratado de Assunção, ainda significou uma mudança expressiva no formato negociador entre os países envolvidos.

A aproximação entre os países do Mercosul, entre os anos de 1986 e 1990, possuía como objetivo a criação de um espaço econômico comum, buscando desenvolver

complementariedades produtivas e com negociações de preferências comerciais cautelosas para cada produto. A opção por intensificar ao mesmo tempo o processo de abertura econômica desses países, como parte da política de estabilização de preços, e a formação de um bloco comercial, envolveu uma alteração radical no formato negociador dos mesmos.

Ainda, esse processo de aproximação dos países do Mercosul, coincidiu com a re-democratização de suas sociedades.

“No tempo decorrido desde então, houve tantos episódios em que a atuação conjunta evitou tentativa de golpe de Estado, quanto o episódio de sucessão breve de diversos mandatários”. (BAUMANN; MUSSI)¹⁰⁴.

Porém, se por um lado a formação do Mercosul proporcionou ganhos em termos de estabilidade democrática, por outro lado, as turbulências políticas que permearam os primeiros anos de formação do bloco, sobretudo a primeira década, constituíram-se em uma séria dificuldade para promover a almejada convergência das políticas macroeconômicas de seus países-membros.

As assimetrias em termos de crescimento econômico entre os países-membros já sinalizavam sérias complicações para a efetivação dessa convergência.

O período que seguiu a assinatura do Tratado de Assunção (1991), também correspondeu a um período de aceleração do processo de abertura comercial unilateral em relação a todos os países do mundo capitalista (em paralelo às concessões entre parceiros, nos processos de integração regional e subregional, que ganhavam força em todas as partes do mundo). Corresponde, ainda, a desequilíbrios nos preços relativos e a extraordinários influxos de investimento externo direto (IDE) para a América Latina.

Essas transformações em nível internacional também cooperaram, em parte, para a promoção de grandes transformações na política macroeconômica dos países do Mercosul.

¹⁰⁴ BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006, p.01

Desta forma, foram implementados programas de estabilização a partir de diferentes estratégias, os quais reduziram drasticamente a taxa de inflação nesses países.

Essas diferentes estratégias de estabilização resultaram em trajetórias variadas de crescimento econômico nas distintas economias-membro do Mercosul, com períodos de rápida expansão e períodos de quedas abruptas no PIB desses países. Ademais, várias reformas econômicas também foram implementadas nesse período, resultando em dinâmicas de crescimento econômico bastante diferenciadas nas economias do Mercosul.

Assim, a primeira década que se seguiu à formação do Mercosul, representou para seus membros um período de grandes transformações e de volatilidade macroeconômica, com aplicação de políticas visando combates as altas taxas de inflação e a estagnação econômica que assolou as economias do Mercosul na década de 1980, conhecida como “década perdida”.

No Brasil e na Argentina, durante a década de 1980, a experiência com planos heterodoxos de combate à inflação trouxe resultados limitados no tempo, e a continuidade da aplicação dessas medidas de cunho heterodoxo, levou as maiores economias do Mercosul a experimentarem uma hiperinflação, no final da década de 1980.

De acordo com BAUMANN; MUSSI¹⁰⁵:

A Argentina em 1989 passou por um episódio de hiperinflação aberta, com a taxa anual alcançando quase 5.000%. No ano seguinte novamente a inflação acumulou mais de 1.300% nos preços ao consumidor. No início de 1991, o ministro da fazenda Domingos Cavallo, propôs a aplicação da convertibilidade, dolarizando plenamente a economia argentina na paridade de 1 peso=1 dólar. Essa opção transformou a economia Argentina, levando a uma rápida convergência da inflação a taxas de um dígito. Em 1993, a Argentina já apresentava inflação anual de 7,4%.

No Brasil, por sua vez, após a inflação alcançar níveis de mais de 70% ao mês, no início da década de 1990, fruto das políticas de estabilização do Governo José Sarney, o governo Collor (1990), primeiro governo eleito democraticamente desde o regime militar,

¹⁰⁵ BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006, p. 04

procurou reter 80% dos ativos financeiros da economia (bloqueio dos ativos). Seu intuito era controlar o consumo, um dos grandes componentes geradores da inflação, reestruturar a dívida pública e recuperar o controle da política monetária.

Todavia, o impacto desse choque financeiro sobre a inflação não surtiu o efeito desejado, uma vez que, após quatro meses da instituição do Plano Collor, que bloqueou os ativos financeiros por tempo determinado, a inflação voltou a crescer, aproximando-se a uma taxa de 30% ano mês.

Assim, em janeiro de 1991, uma nova versão de plano heterodoxo foi aplicada, com a reestruturação do mercado financeiro de curto prazo e um novo congelamento de preços, aos moldes do governo de José Sarney (1986). Porém, o efeito desses ajustes foi ínfimo e a inflação não pôde ser reduzida, voltando após o fracasso do congelamento de preços, à casa dos 20% ao mês.

Foi apenas após 1994,

(...) com um mecanismo de superindexação com ajuste diário da Unidade de Referência de Valor (URV), que foi introduzido um plano de estabilização bem sucedido, o Plano Real, que possibilitou redução da taxa de inflação mensal para menos de 2%. Já em 1996, o Brasil registrava inflação acumulada anual de 9,1%. (BAUMANN; MUSSI)¹⁰⁶

As economias menores do Mercosul, Paraguai e Uruguai, sentiram fortemente os impactos dos resultados dos programas de estabilização realizados pelas economias maiores: Argentina e Brasil. Ademais, os fluxos de capitais e as pressões de preços nas economias paraguaia e uruguaia, oscilavam de acordo com o sucesso ou o fracasso dos planos de estabilização do Brasil e da Argentina e isso refletia tanto nas variações do poder de compra de suas exportações quanto na evolução de suas taxas de câmbio.

¹⁰⁶ BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos; **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006, p.5.

Ainda de acordo com BAUMANN; MUSSI¹⁰⁷, bem como de acordo com NEVES¹⁰⁸, desde o início do Mercosul o Paraguai passou a adotar uma taxa de câmbio flexível, mas com ampla intervenção de seu Banco Central, via utilização das taxas de juros doméstica para controlá-la, ou via movimento de reservas internacionais. Já o Uruguai, nesse momento período, optou pelo regime de bandas cambiais para orientar a desvalorização de sua moeda e influenciar a formação de seus preços internos.

Porém, ambos os países demoraram para alcançar inflação de 1 (um) dígito. No Paraguai, ela foi alcançada em 1996: 8,2% ao ano e, no Uruguai, em 1998: 8,7% ao ano. (BAUMANN; MUSSI)¹⁰⁹

Essas distintas opções para estabilizar a economia, trouxeram para cada economia-membro do Mercosul, visões conflitantes a respeito de como seria realizada a coordenação de políticas macroeconômicas no Mercosul, uma vez que os resultados dos programas de estabilização dos parceiros maiores, Argentina e Brasil, impactavam profundamente os outros dois membros, Paraguai e Uruguai, fomentando, nos mesmos, novos programas de ajuste macroeconômicos internos.

Em 1999, quando o Brasil passou a se ver com as reservas reduzidas, fruto da redução do crédito internacional e da redução dos preços internacionais das commodities, agravados pela crise russa, impossibilitado-o de manter a paridade de 1 real=1 dólar, houve a necessidade de desvalorizar o real.

Essa desvalorização, para o país, facilitaria suas exportações e geraria mais divisas. Porém, para seus vizinhos, parceiros do Mercosul, a mesma significaria o início de uma grande crise financeira e comercial, pois, os produtos brasileiros, com preços reduzidos, e

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

¹⁰⁹ BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006, p. 5

gozando das reduções tarifárias entre os países-membros, invadiriam os mercados domésticos desses países. Isso geraria uma concorrência desleal que implicaria em queda da produtividade das empresas dos países vizinhos, culminando em demissões de funcionários e abertura de concordatas pelas empresas, levando os demais membros do bloco a uma grave desaceleração econômica.

A Argentina, devido à desvalorização do real, iniciou, então, um processo de proteção a seu mercado doméstico a uma gama significativa de produtos brasileiros, contrariando os próprios preceitos de Liberalização Comercial do Tratado de Assunção (1991) e do Protocolo de Ouro preto (1994).

O Uruguai, por sua vez, sentindo os efeitos da desvalorização do real, bem como da crise argentina que sobreveio devido a essa mesma desvalorização, entra em profunda recessão no ano de 2002, apresentando uma redução no seu PIB em torno de 11% e uma inflação anual de 25,9% em 2002, face a uma inflação anual de apenas 3,6%, em 2001. NEVES¹¹⁰.

Desta forma, uma séria crise de confiança se instituiu no Mercosul, comprometendo a própria continuidade da integração do bloco, uma vez que, segundo NEVES¹¹¹:

(...) muitos analistas apontavam a desvalorização do real como a única, ou se não, principal causa da crise que se abateu sobre a região. Estes critérios atribuíam ao governo brasileiro o uso deliberado de um instrumento de política cambial, com o objetivo de ganhar competitividade sobre os demais sócios. E afirmaram que a partir da desvalorização houve uma avalanche de produtos brasileiros nos mercados vizinhos, quando para o Brasil, teria prevalecido uma velha máxima da Economia Política Internacional: “beggar-thy-neighbour policies” algo como, “política de arruinar seu vizinho”, em outras palavras, “política do salve-se quem puder.

¹¹⁰ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007, p. 14.

¹¹¹ Idem, p. 20.

Devido a desvalorização do real, o Uruguai passa a pensar em estabelecer um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, demonstrando um certo “cansaço” por parte dos uruguaios com um bloco que, para eles, parecia não se importar com os “pequenos”.

Esse acordo não foi realizado, porém, os impactos que a desvalorização do real provocou nos demais países-membros do Mercosul levou os mesmos, no final do ano 2000, a retomarem a discussão sobre a necessidade da convergência macroeconômica entre eles, buscando evitar que crises como estas, oriundas de medidas tomadas por um dos membros, visando sua estabilidade macroeconômica individual, afetasse negativamente os demais membros.

Foi, então, assinada uma declaração entre os quatro membros, por seus respectivos presidentes, no ano 2000, onde foram estabelecidas metas para inflação anual máxima de 5% para os anos de 2002 a 2005 nas economias-membro. Foi dada ênfase, ainda, à situação fiscal, onde determinou-se que a dívida pública das economias-membro não deveriam ultrapassar 40% do PIB a partir de 2010. BAUMANN; MUSSI¹¹².

De acordo com grande parte dos estudiosos da integração do Mercosul, tais como BAUMANN; MUSSI¹¹³, NEVES¹¹⁴, AMARAL¹¹⁵, dentre outros, o ponto-chave desses desencontros foi que os países do Mercosul iniciaram o processo de integração apresentando diferenças estruturais expressivas e, além disso, cada país encontrou seu próprio caminho para resolver seus problemas conjunturais e estruturais, de forma não negociada com os demais, e quase nunca compatível com o propósito de promover uma convergência macroeconômica entre as quatro economias.

¹¹² BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006, p. 24.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

¹¹⁵ AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. UNB – Instituto de Relações Internacionais. Programa de mestrado em Relações Internacionais, Brasília- DF, 20007.

Em particular, o tratamento das assimetrias entre os parceiros do bloco sempre esteve presente de maneira insuficiente para neutralizar as diferenças existentes entre os mesmos.

Observemos algumas das assimetrias principais entre as economias-membro do Mercosul, sobretudo no que tange aos principais agregados que denotam a evolução do crescimento e desenvolvimento econômico de um país: o PIB e o PIB per capita.

Quadro 13 – Crescimento Anual (%) do PIB (preços constantes de 1995) das economias-membro do Mercosul: 1980-2005.

PAÍS	1980-1990	1991-1995	1996-2005
Argentina	-0,7	5,8	2,4
Brasil	1,6	3,1	2,2
Paraguai	3,0	2,7	1,2
Uruguai	0,0	4,1	1,7

Fonte: CEPAL, In: BAUMANN & MUSSI (2006) – adaptação.

Observemos que, durante os primeiros anos que se seguiram à aproximação entre as economias-membro do Mercosul: (1991-95), com exceção apenas para o Paraguai, registrou-se um aumento expressivo no PIB dos países-membros. De 1996-2005, observa-se uma relativa distância nas taxas de crescimento do PIB do Brasil e da Argentina, em relação às taxas de crescimento do PIB do Paraguai e do Uruguai, demonstrando que, se já havia diferenças entre os pares de sócios no momento inicial do Mercosul, elas foram ampliadas por esse diferencial de taxas de crescimento pós integração.

Observemos o quadro a seguir, onde essa diferença de desempenho entre os países-membros do Mercosul está refletida no crescimento do PIB per capita, outro importante indicador do crescimento desenvolvimento econômico de um país.

Quadro 14 – Crescimento Médio Anual (%) do PIB per capita das economias-membro do Mercosul: 1980-2005

País	1980-1990	1991-1995	1996-2005
Argentina	-2,1	4,4	1,4
Brasil	-0,4	1,5	0,7
Paraguai	0,0	0,0	-1,3
Uruguai	-0,6	3,4	1,0

Fonte: CEPAL, In: BAUMANN & MUSSI (2006) – adaptação.

Observemos que houve um aumento percentual expressivo do PIB per capita da Argentina e do Uruguai, nos primeiros anos de estabelecimento do Mercosul, quando comparados à década perdida.

Porém, de 1996 a 2005, nesse contexto marcado pelas fortes crises internacionais da década de 1990, a saber: Crise Mexicana (1994), Crise Asiática (1997) e Crise Russa (1998), podemos observar, mediante os dados estatísticos, uma grande queda nesse crescimento médio anual per capita, refletido em todos os países-membros do Mercosul, o que desestimulou novos investimentos e limitou a capacidade de crescimento da produção no bloco, fomentando aos países-membros, a partir de 1999, a adoção de políticas cambiais mais ativas, com desvalorização das moedas nacionais, a começar pelo Brasil, com a desvalorização do real, em 1999.

Observemos, ainda, a importância do Comércio intra-Mercosul para as economias-membro.

Quadro 15 – Importância do comércio intra-Mercosul para as economias-membro (% das exportações totais) 1990 e 2004.

País	1990	2004
Argentina	14,8	19,9
Brasil	4,2	9,4
Paraguai	27,4	32,9
Uruguai	35,1	26,5

Fonte: CEPAL, In: BAUMANN & MUSSI (2006) – adaptação.

Observemos como mesmo antes da formação do Mercosul, o comércio intra-bolco já era bem mais importante para os sócios menores (Paraguai e Uruguai) do que para os sócios maiores (Argentina e Brasil).

Observemos, ainda, o ano de 2004, de forma específica, onde o comércio intra-Mercosul se situou entre 9 e 20% das exportações totais do Brasil e Argentina (aproximadamente), enquanto para o Paraguai e o Uruguai, o Mercosul absorveu entre um quarto e uma terça parte do valor exportado por eles (aproximadamente).

Observadas tais assimetrias entre os membros do Mercosul, passaremos agora, a analisar o desempenho comercial dos países-membros do Mercosul, separadamente, de 1995 a 2004, ou seja, após a integração confirmada pelo Protocolo de Ouro Preto (1994), o que será feito mediante a análise de seus respectivos saldos comerciais.

Observe-se que, até o presente momento, procuramos demonstrar de que forma essa nova realidade internacional, marcada por essas três crises econômicas: a Mexicana (1994), a Asiática (1997) e a Russa (1998), e pelo acirramento do processo de abertura econômica, em si, culminaram por gerar problemas conjunturais e estruturais nas economias dos países-membros do Mercosul nesse mesmo período, fomentando ajustes macroeconômicos aos mesmos e interferindo no desempenho comercial, bem como na atração de capital estrangeiro para o bloco.

A partir deste ponto da análise, desta forma, procuraremos verificar como esses ajustes macroeconômicos internos, impactaram no desempenho comercial individual dos países do Mercosul, durante o período que se estende de 1995 a 2004¹¹⁶.

3.6 O DESEMPENHO COMERCIAL DOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL, DE 1995-2004: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

¹¹⁶ Determinamos este período em virtude das dificuldades de se obter os dados dos saldos comerciais referentes ao ano de 1994 e 2005, para todos os países-membros do bloco.

Nos itens anteriores, analisamos como as crises internacionais ocorridas na década de 1990, a saber: A crise Mexicana (1994), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998), repercutiram no desempenho comercial dos países-membros do Mercosul e na atração de capital estrangeiro para o bloco, de 1995-2004, gerando conflitos internos nas economias-membro. Tais conflitos impeliram esses países a realizarem ajustes macroeconômicos internos, os quais, pelas suas discordâncias em termos de aplicação desses ajustes (já que os países menores: Paraguai e Uruguai, sentiram-se prejudicados pelas medidas econômicas adotadas pelos países maiores: Brasil e Argentina), chegaram a pôr em dúvida a continuidade do próprio processo de integração do bloco.

Neste ponto da análise, buscaremos verificar, como essas crises internas (problemas conjunturais e estruturais nos países-membros do bloco nesse mesmo período), provocados, em parte, pelas crises internacionais da década de 1990, interferiram no desempenho comercial de cada país membro do Mercosul, de 1995-2004, ou seja, 01 ano após a conformação do Mercosul, pelo Protocolo de Ouro Preto (1994).

Desta forma, iniciaremos o mesmo expondo sucintamente, como os países-membros da região já vinham elevando seu comércio intra-regional, no âmbito do mercado ampliado antes mesmo da formação do bloco.

3.7 O DESEMPENHO COMERCIAL DOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL A PARTIR DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990: UM REFLEXO DO ACIRRAMENTO DO PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NA REGIÃO

Como já mencionamos no início deste estudo, o processo de integração latino-americano, desde a criação da ALALC e da ALADI, adquiriu uma maior complexidade caracterizada pela proliferação da superposição de acordos comerciais entre países ou grupo

de países, o que elevou o grau de dispersão nas relações regionais. Como exemplo, podemos citar o G3, grupo composto por México, Colômbia e Venezuela, que se associa ao México que, por sua vez, é membro do NAFTA- Acordo de Livre Comércio da América do Norte. Podemos citar, ainda, Venezuela e Colômbia, dois dos membros do G3, que também são membros da CAN- Comunidade Andina.

A Bolívia, também membro da CAN, associa-se ao Mercosul; o G3 une-se ao MCCA –Mercado Comum Centro-Americano e, dessa fusão, cria a AEC-Associação dos Estados do Caribe, da qual também participam os países do CARICOM-Comunidade do Caribe e Cuba, tudo isso visando negociações tarifárias, redução dos níveis de proteção e liberalização do comércio exterior da região.

A gradual eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, seja inter-blocos ou intra-bloco na América Latina, bem como a redução das tarifas nacionais das economias da região, aumentou, no decorrer dos anos, o grau de interdependência entre as mesmas.

Um primeiro indicador desta maior interdependência constituiu-se no rápido crescimento do comércio intra-regional já nos anos 80 e 90.

Observemos o quadro a seguir:

Quadro 16 – Comércio intra-regional – Porcentagens das exportações totais

	DENTRO DEL GRUPO		DENTRO DEL BLOQUE		DENTRO DE ALADI	
	1980-88	1989-93	1980-88	1989-93	1980-88	1989-93
MERCOSUR ⁽¹⁾	7,5	1,4	11,7	16,5	14,8	21,3
Argentina	10,1	19,0	15,1	24,4	19,1	30,5
Brasil	5,5	8,5	9,6	12,2	12,4	16,7
Paraguay	37,2	38,2	39,2	39,8	43,9	44,8
Uruguay	26,3	35,6	27,9	37,6	29,8	41,7
CAN ⁽²⁾	3,8	6,4	8,3	9,5	10,2	12,2
Bolivia	3,7	10,1	48,6	39,2	50,5	42,6
Colombia	8,3	10,6	9,8	12,1	11,3	14,9
Ecuador	5,0	7,4	8,4	8,7	11,3	13,4
Perú	6,5	7,4	10,2	11,9	12,8	16,0
Venezuela	2,0	3,9	5,5	6,3	7,0	8,2
BLOQUE ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	10,3	13,9	12,9	18,0
Chile	-	-	-	-	16,6	14,8
Mexico	-	-	-	-	4,0	3,6
ALADI					10,8	13,9

Fuente: CEPAL (Varios años).

Observemos que todos os países-membros do Mercosul e da CAN tiveram elevação de seu comércio na região, dentro do grupo, dentro do bloco e dentro da ALADI, a partir da década de 1990. No caso do Mercosul, especificamente, os países que menos elevaram seu comércio na região até 1993 foram o Brasil e o Paraguai.

Porém, no caso deste último, observamos uma grande dependência da região para a realização de suas trocas comerciais. Entre 37 e 45% do total de seu comércio foi realizado na região, durante esse período.

Em relação ao Brasil, embora seu comércio tivesse sido ampliado intra-regionalmente, foi numa proporção bem menor àquela apresentada por seus futuros parceiros do Mercosul, que se conformaria em 1994, a saber: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Podemos observar, ainda, que os mesmos passaram a depender bem mais da região para a realização de suas trocas comerciais do que o Brasil, nesse mesmo período.

Outro indicador importante a ser analisado são os índices de tarifas médias praticadas na região, a partir da metade da década de 1980.

Tabela 1 - Tarifa média (não ponderadas): 1985-2000, (em %).

	1985	1988	1991	1994	1997	2000
Argentina	39,3	30,8	14,2	15,4	14,1	15,5
Brasil	55,1	41,5	20,4	9,7	14,9	15,8
América Latina	38,8	33,0	15,1	11,7	11,7	13,5

Fonte: Estevadeordal, 2002, In. Ilha, et al., 2003.¹¹⁷

Como podemos observar, em 1985, o Brasil possuía um grau bem menor de abertura econômica do que a Argentina e a América Latina como um todo. Este praticava uma tarifação média de 55,1%, enquanto a tarifação praticada pela Argentina era de 39,3%. Observe-se que, no decorrer dos anos, este grau de abertura foi aumentando, fruto da adoção de acordos preferenciais de comércio, não apenas com países da região como também acordos inter-regionais, como é o caso do Acordo do Mercosul com a África do Sul e do acordo Mercosul-EU (União Européia).¹¹⁸

No âmbito do Mercosul, foi firmado, em 1996, um Acordo de Complementação Econômica com o Chile, objetivando a formação de uma Área de Livre Comércio com a liberalização progressiva das tarifas de importação para um prazo de 10 anos.

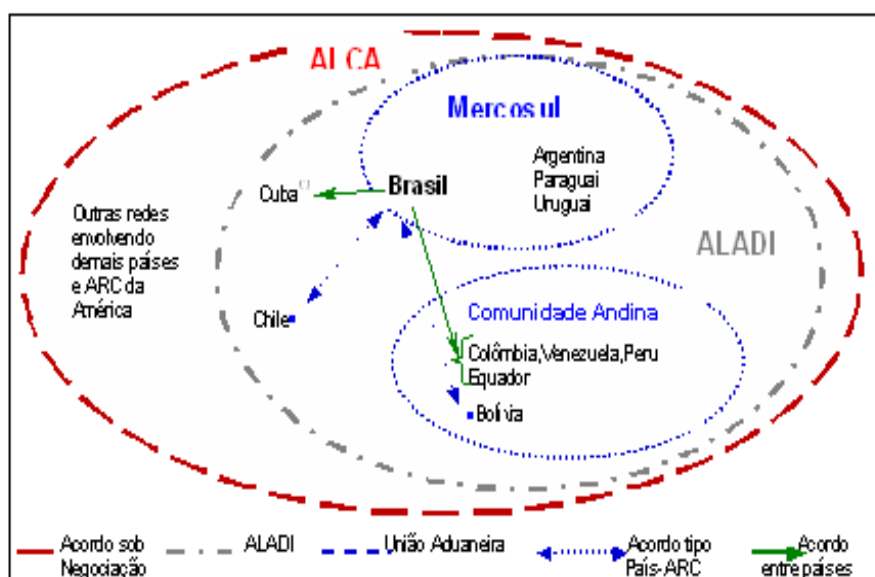
¹¹⁷ ESTEVADEORVAL, Antonio. **Traditional market access issues in Rtas: an unfinished Agenda In The Americas?** Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr, et al. As políticas comerciais do Brasil e seus reflexos no comércio com a Argentina. **REPPIL@**, v.1, n°1, UFSM-RS, 2003.

¹¹⁸ Idem, p.35.

No que se refere ao Brasil, individualmente, foi assinado, em 1999, um acordo com Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, como primeiro passo para a formação de uma futura Zona de Livre Comércio, estabelecendo preferências fixas pelo prazo de dois anos entre Brasil e os seus signatários. Em 1999, ainda, o Brasil firmou um acordo de cooperação econômica parcial de produtos com Cuba, com vigência para três anos, onde o índice de nacionalização estabelecido foi de 50%.¹¹⁹

A figura a seguir expressa bem o comprometimento do Brasil em Acordos Regionais de Cooperação (ARC) na América Latina.

Figura 1 – Rede ARC do Brasil na América Latina



Fonte: Apud. Esteveadorval In Ilha (2003) p.38.

Observe-se que o Brasil está comprometido com o Mercosul (União Aduaneira Incompleta), além de possuir quatro Acordos de Cooperação Econômica com objetivação futura de Zona de Livre Comércio (no âmbito do Mercosul: com Bolívia e Chile, já formalizado em 1996) e (no âmbito bilateral: com Venezuela, Peru, Cuba, Colômbia e Equador, membros da Comunidade Andina), além da ALADI que visa a formação de um

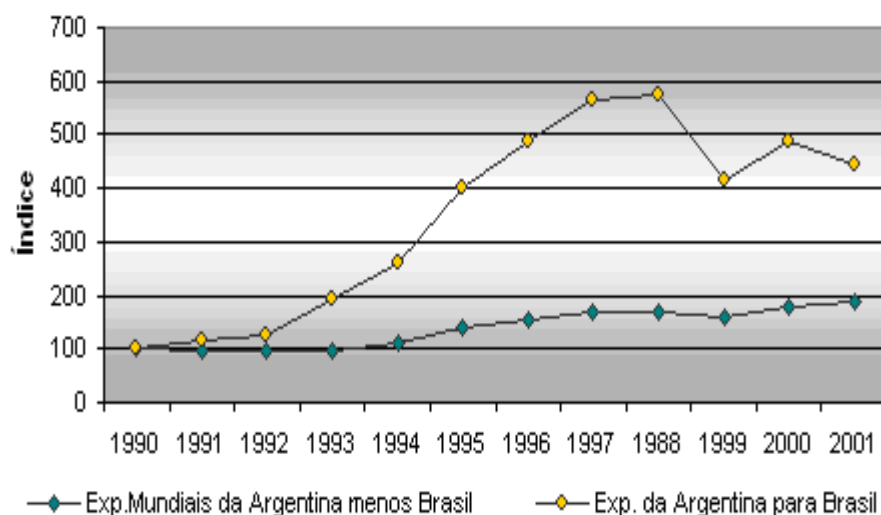
¹¹⁹ ESTEVADEORVAL, Antonio. **Traditional market access issues in Rtas: an unfinished Agenda In The Americas?** Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr, et al. As políticas comerciais do Brasil e seus reflexos no comércio com a Argentina. **REPPIL@**, v.1, n°1, UFSM-RS, 2003, p.36.

Mercado Comum na América Latina e da ALCA, ainda em negociação, para a formação de uma área de Livre Comércio na Região.

Esses acordos, de acordo com ESTEVADEORVAL¹²⁰ In ILHA, são fundamentais para expandir as exportações dos países envolvidos, sobretudo do Brasil, já que: “Os incentivos às exportações têm sido um dos elementos fundamentais da política comercial brasileira, destinado, em parte, a compensar as insuficiências nacionais”. (MACHADO).¹²¹

Porém, observando a análise de MACHADO (2000)¹²² sobre o impacto do processo de integração no Mercosul através da utilização de uma simulação que define o indicador agregado dos fluxos comerciais intra-regionais entre Argentina e Brasil, países precursores do Mercosul (1994), de 1990 a 2001, observavam-se os seguintes resultados descritos nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 – Exportações argentinas – 1990-2001



Fonte: ESTEVADEORVAL In. ILHA (2003).

¹²⁰ ESTEVADEORVAL, Antonio. **Traditional market access issues in Rtas: an unfinished Agenda In The Americas?** Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr, et al. As políticas comerciais do Brasil e seus reflexos no comércio com a Argentina. **REPPIL@**, v.1, n°1, UFSM-RS, 2003.

¹²¹ MACHADO, João B. M. **Mercosul: processo de integração. origem e evolução.** São Paulo, Aduaneiras, 2000, p.38.

¹²² Idem, p. 41.

ESTEVADEORVAL, in: ILHA (2003) observou o importante papel que as importações brasileiras tiveram no desempenho comercial argentino, uma vez que, as exportações da Argentina para o mundo não ultrapassaram 186,7% no período que vai de 1990-2001, enquanto que para o Brasil, essas exportações atingiram um índice de 573,8% até o final de 1998.¹²³

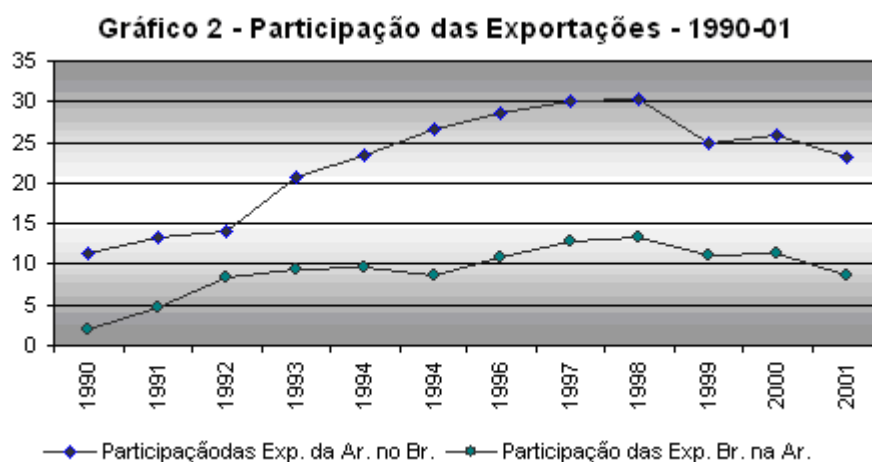
Isso significa um total aproximado de US\$ 1,4 bilhões em 1990 para US\$ 8,0 bilhões, em 1998, pós integração ao Mercosul.¹²⁴

A queda pós 1999 se deu mediante a crise entre Brasil e Argentina oriunda da desvalorização do real, abalando as relações comerciais entre ambos, como já abordamos anteriormente e falaremos um pouco mais no decorrer deste estudo.

O gráfico a seguir, ainda mostra como as exportações argentinas passaram a depender mais do mercado brasileiro após década de 1990, com o acirramento do processo de abertura econômica na região.

A mesma tendência observa-se para o Brasil em relação à Argentina, porém, em proporções menores.

Gráfico 2 – Participação das exportações – 1990-2001



Fonte: ESTEVADEORVAL In. ILHA (2003)

¹²³ MACHADO, João B. M. **Mercosul**: processo de integração. origem e evolução. São Paulo, Aduaneiras, 2000, p.41.

¹²⁴ Idem. Ibidem.

Em 1990, o índice de dependência das exportações da Argentina em relação ao Brasil era de 11,3% do total das exportações da Argentina e, em 1998, o mercado brasileiro passa a representar 30,4% das exportações da Argentina.¹²⁵

No mesmo período, o índice de dependência das exportações brasileiras em relação ao mercado Argentino era de 2% em 1990, passando para 13,2% em 1998.¹²⁶

Enquanto a Argentina elevou seu índice de dependência das exportações para o mercado brasileiro em 19% entre 1990 e 1998, o Brasil elevou seu índice de dependência das exportações para o mercado argentino em 11%, no mesmo período.¹²⁷

Porém, os dados analisados até, então, em seu conjunto, demonstram que já havia uma tendência à expansão do comércio intra-regional dos países membros do Mercosul desde antes da conformação do bloco, em 1994. Nesse período que antecedeu a formação do Mercosul, o Brasil destacou-se como um importante mercado importador na região, sobretudo para a Argentina, embora tivesse sido o país a depender menos do comércio intra-regional de 1980 a 1993, como pudemos observar pelo quadro 16.

Analisemos, então, separadamente, o desempenho comercial de Cada país-membro do Mercosul, após a conformação do bloco (1994).

Essa análise será realizada no intuito de verificarmos quais foram os reflexos que os ajustes macroeconômicos internos (sobretudo nas economias maiores: Argentina e Brasil), frutos da conturbada conjuntura internacional do período, bem como do acirramento do processo de abertura econômica da região, tiveram sobre o desempenho comercial individual dos países do Mercosul, após suas respectivas adesões ao bloco.

¹²⁵ MACHADO, João B. M. **Mercosul**: processo de integração. origem e evolução. São Paulo, Aduaneiras, 2000, p.42.

¹²⁶ Idem. Ibidem.

¹²⁷ Idem. Ibidem.

3.8 ANÁLISE DOS SALDOS¹²⁸ COMERCIAIS DO PARAGUAI E RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL : 1995-2004

Para analisarmos os saldos comerciais do Paraguai em relação às demais economias do Mercosul, no período que se estende de 1995 a 2004, observemos o quadro a seguir:

Quadro 17 – Balança Comercial do Paraguai em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	33.946	36.878	-2.932
1996	43.528	63.248	-19.720
1997	23.753	67.400	- 43.647
1998	28.718	85.372	-56.654
1999	19.225	71.896	-52.671
2000	81.972	122.984	- 41.012
2001	72.510	180.018	-107.508
2002	61.462	165.052	-103.590
2003	61.682	243.115	-181.433
2004	64.445	451.210	-386.765

Fonte: ALADI, 2008 (adaptação).

O quadro mostra os saldos comerciais do Paraguai em Relação ao Uruguai, de 1995 a 2004. Pela Balança Comercial do Paraguai, podemos observar que o mesmo apresentou tendência negativa em todo o período de análise, configurando-se como um típico importador de produtos uruguaios.

O quadro a seguir, nos mostra os saldos comerciais do Paraguai em relação ao Brasil, nesse mesmo período.

¹²⁸ Cabe-nos deixar claro que pode haver divergências em relação aos valores dos saldos comerciais dos países-membros do Mercosul, de acordo com a fonte de dados utilizadas, bem como mesmo dentro de uma mesma fonte, como é o caso da ALADI. Isso porque a ALADI compila esses dados dos Sistemas de Informação de Comércio Exterior de cada país-membro, separadamente, e há diferenças de metodologias de cálculo e mensuração desses dados. Porém, isso não torna a análise desse desempenho comercial dos países-membros do Mercosul menos fidedigna, uma vez que, a despeito destas diferenças, já que a tendência expressa nos resultados é a mesma.

Quadro 18 – Balança Comercial do Paraguai em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	410.825	681.290	-270465
1996	520.724	982.023	-461.299
1997	457.609	1.008.537	-550.928
1998	349.317	866.037	-516.720
1999	234.969	545.109	-310.140
2000	336.562	537.753	-201.191
2001	277.889	602.764	-324.875
2002	352.973	511.486	-158.513
2003	424.874	654.737	-229.863
2004	312.497	868.715	-556.218

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação).

Os Saldos comerciais do Paraguai em relação ao Brasil, de 1995-2004, apresentam-se totalmente deficitários, demonstrando que o país também configura-se em um típico importador brasileiro.

Observemos, por fim, a Balança Comercial do Paraguai em relação à Argentina.

Quadro 19 – Balança Comercial do Paraguai em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	83.278	518.585	-435.307
1996	95.430	587.441	-492.011
1997	103.592	676.213	-572.621
1998	152.737	516.058	-363.321
1999	53.282	339.523	-286.241
2000	93.582	511.996	-418.414
2001	60.827	526.477	-465.650
2002	34.720	344.558	-309.838
2003	66.355	439.370	-373.015
2004	101.843	668.672	-566.829

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Em relação à Argentina, os saldos comerciais do Paraguai também apresentam-se negativos em todo o período (1995-2004).

Observemos que mesmo apresentando saldos comerciais negativos em relação a todos os demais parceiros do Mercosul (Uruguai, Brasil e Argentina), cujos valores estão expressos nos quadros 17 e 18 e 19, em todo o período de análise, as reduções tarifárias oriundas do Mercosul e a Liberalização Comercial cooperaram para que o comércio no Mercosul fosse expandido para o Paraguai. Isso pôde ser comprovado quando verificamos o crescimento da importância do comércio intra-Mercosul para o Paraguai entre 1990 e 2004, passando de 27,4%, em 1990, para 32,9%, em 2004, observado pelo quadro 15.

3.9 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DO URUGUAI EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004.

Analisemos, primeiramente, o desempenho comercial do Uruguai e, relação à Argentina, no período que se estende de 1995 a 2004.

Observemos que os saldos comerciais uruguaios em relação à Argentina foram totalmente deficitários em todo o período de análise, salientando que o Uruguai tem se mostrado um típico importador argentino nesse período.

Quadro 20 – Balança Comercial do Uruguai em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	265.215	608.596	-343.381
1996	271.547	690.701	-419.154
1997	354.293	790.752	-436.459
1998	513.579	839.257	-325.678
1999	368.681	795.422	-426.741
2000	410.723	836.062	-425.339
2001	316.366	705.789	-389.423
2002	113.343	540.625	-427.282
2003	155.166	571.684	-416.518
2004	223.298	691.461	-468.163

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Observemos, ainda, o quadro a seguir, onde pode ser verificado o desempenho comercial do Uruguai em relação ao Brasil, nesse mesmo período.

Quadro 21 – Balança Comercial do Uruguai em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	700.008	698.484	1.524
1996	830.993	745.452	85.541
1997	940.159	801.752	138.407
1998	935.065	793.300	141.765
1999	556.844	651.567	-94.723
2000	530.668	666.515	-135.847
2001	440.695	625.884	-185.189
2002	431.790	389.602	42.188
2003	470.863	459.767	11.096
2004	483.642	676.525	-192.883

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Em relação ao Brasil, tais saldos apenas apresentaram-se como deficitários para o Uruguai no período entre 1999-2001, voltando a serem positivos em 2002 e 2003, e tornando-se deficitários novamente em 2004.

Observemos o quadro a seguir, que mostra o desempenho comercial do Uruguai em relação ao Paraguai.

Quadro 22 – Balança Comercial do Uruguai em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	24.921	13.553	11.368
1996	49.549	25.259	24.290
1997	60.672	23.653	37.019
1998	83.860	16.444	67.416
1999	81.132	14.460	66.672
2000	82.479	15.101	67.378
2001	82.805	18.330	64.475
2002	61.685	13.666	48.019
2003	47.798	10.661	37.137
2004	58.532	16.141	42.391

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Em relação ao Paraguai, o Uruguai manteve uma Balança Comercial superavitária em todo o período de análise: 1995-2004.

Analisemos mais aprofundadamente as relações comerciais do Uruguai com os demais parceiros do Mercosul:

De acordo com NEVES¹²⁹, entre 1990 e 1998, as exportações do Uruguai para o Mercosul cresceram a uma taxa média anual superior a 12 % ao ano. Em valores absolutos, tais exportações passaram de US\$ 594 milhões, em 1990, para US\$ 1.523 milhões em 1998. Todavia, em relação aos demais países do mundo, as exportações uruguaias cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano de 1990 a 1998, ou seja, passaram de US\$ 1.114 milhões em 1990, para US\$ 1.227 milhões em 1998.

Tais dados demonstram que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como comprador de produtos do Uruguai, já nos primeiros anos de sua formação.

NEVES¹³⁰, ainda mostra que, pelo lado das importações, o Uruguai aumentou suas compras do Mercosul em torno de 14,14% ao ano nesse período (1990-98). Em relação aos demais países do mundo, o incremento foi de 12,3% ao ano.

Desta forma, observando novamente os saldos comerciais do Uruguai em relação aos demais países-membros do Mercosul, podemos verificar que o Uruguai constituiu-se em um potencial importador de bens argentinos, já que foi apenas em relação à Argentina que este país apresentou saldos comerciais negativos em todo o período de nossa análise, a saber: (1995-2004).

Podemos verificar com esses dados, ainda, que essa evolução positiva das exportações uruguaias para o Mercosul, que denotam a enorme importância comercial que o bloco auferiu ao mesmo, se deu graças às importações do Brasil e do Paraguai.

¹²⁹ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

¹³⁰ Idem ibidem.

Notemos, ainda, apenas nos anos que se seguiram à desvalorização do real (1999), foi que o Uruguai passou a apresentar saldos comerciais negativos em relação ao Brasil, ou seja, no período de 1999-2001.

Ademais, o impacto da recessão iniciada no Uruguai em 1999, devido à desvalorização do real no Brasil, somada ao colapso do sistema financeiro argentino no final de 2001, provocou a maior crise econômica da história do Uruguai. (NEVES)¹³¹.

De acordo com BAUMANN & MUSSI (2006, p.6), em 2002, o Uruguai apresentou uma redução no seu PIB de 11% e uma inflação anual de 25,9% ante a uma inflação de 3,6% em 2001.

NEVES¹³² (2007, p.14), afirmou que a recuperação das exportações do Uruguai, nesse período, foi possibilitada pelo incremento do comércio com os países de fora do bloco (relações comerciais extra-regionais), sobretudo como os Estados Unidos, União Européia e China.

Analisemos agora os saldos comerciais da Argentina em relação aos demais parceiros do Mercosul.

3.10 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DA ARGENTINA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004.

Observemos os quadros a seguir, que, por sua vez, nos mostram os saldos da Balança Comercial da Argentina em relação aos demais parceiros do Mercosul.

¹³¹ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007, p.14.

¹³² Idem ibidem.

Quadro 23 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	631.272	139.841	491.431
1996	584.097	182.110	401.987
1997	623.352	319.595	303.757
1998	621.988	347.630	274.358
1999	564.296	304.067	260.229
2000	595.531	294.758	300.773
2001	500.185	302.804	197.381
2002	344.718	255.397	89.321
2003	445.672	294.712	150.960
2004	522.444	380.497	141.947

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Observemos que em relação ao Paraguai, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos em todo o período, que se estende de 1995 a 2004.

Vejamos o quadro a seguir, que nos mostra os saldos comerciais da Argentina em relação ao Uruguai.

Quadro 24 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões.

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	663.148	286.883	376.265
1996	726.145	299.826	426.319
1997	843.921	377.114	466.807
1998	850.132	530.904	319.228
1999	819.632	395.771	423.861
2000	824.221	426.080	398.141
2001	746.216	328.974	417.242
2002	530.583	122.450	408.133
2003	532.577	163.496	369.081
2004	664.272	226.605	437.667

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Observemos que, da mesma forma que para o Paraguai, a Argentina apresentou saldos positivos em relação ao Uruguai em todo o período de análise.

Analisemos, então, o próximo quadro, que nos mostra os saldos comerciais da Argentina em relação ao Brasil.

Quadro 25 – Balança Comercial da Argentina em relação ao Brasil (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	5.484,033	4.175,916	1.308,117
1996	6.614,740	5.327,046	1.287,694
1997	8.133,016	6.915,864	1.217,152
1998	7.949,268	7.060,553	888,715
1999	5.689,511	5.598,959	90,552
2000	6.990,802	6.478,444	512,358
2001	6.187,823	5.277,761	910,062
2002	4.848,035	2.518,267	2.329,768
2003	4.699,490	4.666,335	33,155
2004	5.605,067	7.566,956	-1.961,889

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Observemos que a tendência continua a mesma: A Argentina, da mesma forma que para o Paraguai e o Uruguai, apresentou saldos comerciais positivos em relação ao Brasil em todo o período, com exceção para o ano de 2004.

De acordo com MACHADO; RIBEIRO¹³³, entre esses dois países (Argentina e Brasil), precursores do Mercosul:

O comércio bilateral continuou crescendo a taxas superiores a 20% a.a. até 1997. Porém, o ano de 1998 revelou os primeiros sinais de uma crise que se anunciava. O recuo nos fluxos de comércio entre o Brasil e a Argentina só não foi tomado como prenúncio maior do esgotamento do processo de integração porque o intercâmbio com terceiros países caiu ainda mais (fruto das crises internacionais da década de 1990), o que aumentou a participação relativa do Mercosul como mercado de destino das exportações dos dois países.

Porém, observando os saldos da Argentina em relação ao Brasil, essa situação catastrófica que a Argentina logrou atravessar, fruto da desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais. Não houve uma enxurrada de produtos brasileiros invadindo o mercado argentino, como os mesmos alegaram para estabelecer medidas protecionistas em relação aos produtos brasileiros, após a desvalorização do real.

¹³³ MACHADO, João Bosco M; RIBEIRO, Fernando J. Conflitos Comerciais no Mercosul: Mudança cambial e questões estruturais. **Revista Brasileira de Comércio Exterior** (RBCE). FUNCEX-Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, 1999, p. 12.

Os saldos comerciais da Argentina continuaram positivos até 2003 em relação ao Brasil, embora apresentassem reduções significativas no volume dessas trocas, de 1998-2001 e, novamente, em 2003.

Isso nos leva a crer que a onda de protecionismo argentino não se baseou em um “boom” de importações brasileiras, mas, sim, das dificuldades macroeconômicas derivadas de um sistema cambial atrelado ao dólar (currency board) que impedia que o país utilizasse o câmbio como instrumento de estímulo à atividade econômica.

No âmbito da fuga de capitais estrangeiros, pudemos observar que o mesmo passou a ocorrer na Argentina a partir da desvalorização do real, em 1999, persistindo com a crise argentina de 2001/2002, como observamos no Quadro 06, exposto no capítulo II deste estudo.

3.11 ANÁLISE DOS SALDOS COMERCIAIS DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS MEMBROS DO MERCOSUL: 1995-2004

Observemos os quadros a seguir, que nos fornecem os saldos da Balança Comercial do Brasil em relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2004.

Quadro 26 – Balança Comercial do Brasil em relação ao Paraguai (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	1.300,278	530.779	769.499
1996	1.324,232	568.483	755.749
1997	1.406,043	536.193	869.850
1998	1.249,091	361.158	887.933
1999	743.769	267.317	476.452
2000	831.384	360.203	471.181
2001	719.856	306.012	413.844
2002	558.087	390.433	167.654
2003	706.941	484.226	222.715
2004	871.549	305.511	566.038

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Observemos que o Brasil apresenta saldos positivos de Balança Comercial em todo o período de análise, em relação ao Paraguai, demonstrando a mesma tendência da Argentina e Uruguai com relação a este país.

Observemos, então, os saldos comerciais do Brasil em relação ao Uruguai:

Quadro 27 – Balança Comercial do Brasil em relação ao Uruguai (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	810.860	999.013	-188.153
1996	809.980	971.048	-161.068
1997	869.137	998.066	-128.929
1998	879.645	1.072,479	-192,834
1999	668.355	666.970	1.385
2000	666.277	624.456	41.821
2001	638.849	519.700	119.149
2002	409.787	498.430	-88.643
2003	402.948	554.160	-151.212
2004	666.309	541.812	124.497

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

Em relação ao Uruguai, os saldos positivos para o Brasil deram-se apenas após o ano da desvalorização do real (1999) estendendo-se até 2001, e voltando a ocorrer em 2004.

Observemos os saldos comerciais do Brasil em relação à Argentina:

Quadro 28 – Balança Comercial do Brasil em relação à Argentina (1995-2004), em US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1995	4.023,310	5.748,338	-1.725,028
1996	5.164,560	7.131,037	-1.966,477
1997	6.761,631	8.287,234	-1.525,603
1998	6.743,503	8.420,599	-1.677,096
1999	5.358,729	6.110,115	-751,386
2000	6.226,243	7.197,801	-971,558
2001	4.995,338	6.533,356	-1.538,018
2002	2.337,537	5.019,893	-2.682,356
2003	4.557,500	4.949,514	-392,014
2004	7.370,704	5.904,801	1.465,903

Fonte : ALADI, 2008 (adaptação)

No que tange à Argentina, o Brasil apresentou saldos negativos durante todo o período (com exceção do ano de 2004), inclusive nos anos que seguiram a tão comentada, criticada e conturbada desvalorização do real frente aos demais países-membros.

Esses dados deixam clara a importância do Brasil como país importador no Mercosul, tanto da Argentina quanto do Uruguai.

Desta forma, a enxurrada de produtos estrangeiros brasileiros que a Argentina logrou receber, fruto da desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais. Os saldos comerciais negativos do Brasil em relação à Argentina, foram fruto da política protecionista argentina a seu mercado doméstico, em relação a uma série de produtos brasileiros, após a desvalorização do real (1999), contrariando os próprios preceitos de liberalização comercial, previstos e amparados pelo Tratado de Assunção (1991).

Desta forma, no âmbito da integração do Mercosul, e baseado nas análises dos saldos comerciais dos países-membros, torna-se claro que o Brasil tem sido o grande importador do bloco e responsável por fomentar a expansão do comércio intra-zona dos demais membros, através de suas importações.

Torna-se claro, ainda, que as demais economias-membro do Mercosul foram fortemente impactadas pelos resultados da estabilização cambial no Brasil.

Ademais, seus níveis de atividade econômica, fluxos de capitais e comerciais, oscilaram segundo as modificações estruturais e conjunturais (ajustes macroeconômicos) brasileiras, refletidas nas variações do poder de compra das exportações e da evolução da taxa de câmbio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do surgimento do Mercado Comum Europeu (1950), tem sido buscadas distintas formas para concretizar uma integração econômica na América Latina.

Data de 1960 a criação do primeiro projeto de Integração Latino-Americano: ALALC- Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

A mesma, amparada pelo Tratado de Montevidéu de 1960 (TM-60), era composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Seu principal objetivo era a criação de um grande Mercado econômico regional, através da ampliação dos mercados de seus membros, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

A ALALC, porém, não atingiu ao seu objetivo, devido às instabilidades políticas de seus países-membros, às assimetrias econômicas dos países integrados e à falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo de integração, na busca do cumprimento das metas estabelecidas.

Desta forma, em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), amparada pelo Tratado de Montevidéu de 1980 (TM-80).

Os objetivos principais da ALADI eram os mesmos da ALALC, a saber: promover o comércio intra-regional no mercado ampliado, fomentar e regulamentar o comércio recíproco de seus membros mediante acordos bilaterais e estabelecer, de forma gradual, um Mercado Comum latino-americano.

Porém, diferente da ALALC, a ALADI previa, pelo próprio TM-80, que grupos menores de países da região pudessem se unir para desenvolver projetos comuns de crescimento e desenvolvimento econômico mútuos, promoção do aumento do volume de

comércio inter-membros e reduções tarifárias traçadas em conjunto pelos países-membros: Era a conformação da integração subregional.

O Mercosul surgiu nesse contexto, através de uma aproximação entre Brasil e Argentina, em 1986, pelos então presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina.

Em 1986, foi firmada a Ata para a Integração argentino-brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica _PICE, cujo objetivo era criar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos mercados argentino e brasileiro e estimulando a complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

Os resultados dessa aproximação levaram os dois países, em 1988, a celebrar o Tratado de Interação, Cooperação e Desenvolvimento, no qual os países expressaram o desejo de construir um Mercado Econômico Comum.

Em 1990, os presidentes Menen (da Argentina) e Collor (do Brasil), assinaram a Ata de Buenos Aires, fixando a data exata para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Brasil e Argentina (31/12/1994), fruto dos reflexos do capitalismo globalizado frente ao sucesso da União Européia.

Em 26/03/1991, Uruguai e Paraguai também aderiram ao processo, mediante a assinatura do Tratado de Assunção.

Ademais, o Mercosul nasce em meio a um ambiente de profunda mudança do Sistema Internacional, tais como: o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio e os avanços integracionistas da União Européia.

Nesse contexto, a vitória dos governos de direita neoliberal nos quatro países integrantes do bloco, a saber: Menen (na Argentina), Collor (no Brasil), Lacalle (no Uruguai) e Andrés Rodrigues (no Paraguai), propuseram, através do Tratado de Assunção (1991), a abertura de suas respectivas economias.

O objetivo dos quatro membros era estabelecer um Mercado Comum em âmbito subregional, com livre circulação de fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum –TEC-, uma política comercial comum e a convergência de suas políticas macroeconômicas.

Porém, as assimetrias socioeconômicas em que se encontravam os países-membros, dificultavam a coordenação das políticas econômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias-membro, oriunda das estratégias neoliberais de financiamento, ocasionou aos mesmos um grande endividamento externo.

Ademais, a integração do Mercosul deu-se de forma bastante distinta da integração européia, a qual tomou como exemplo, pois a Europa tratou, antes, de superar as rivalidades históricas entre os países-membros, para, depois, começar a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos para os países envolvidos no processo de integração.

No Mercosul, pelo contrário, ainda imperavam (e ainda imperam) os nacionalismos entre os países-membros, bem como imperavam em toda a América Latina, sendo, os tais, a causa principal dos problemas integracionistas da região. (RIVAS, 2002, p.2)¹³⁴

Tais nacionalismos, por sua vez, não permitiam que os países integrados lutassem por interesses comuns, embora possuíssem problemas estruturais e conjunturais semelhantes.

O Mercosul, como os demais projetos integracionistas antecedentes na América Latina, vislumbrava a integração como a “poção mágica” que solucionaria todos os problemas de seus membros. Primeiro, haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução de problemas e conflitos inerentes às economias-membro, ao contrário do que fez a União Européia.

A despeito desses equívocos quanto ao que venha a ser, e em como deve ser direcionada a integração para que haja benefícios a todos os países integrados, no âmbito do

¹³⁴ RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, N 11, 5/11/2002.

Mercosul, houve uma dinâmica muito significativa dos fluxos comerciais intra e extra-regionais para os parceiros integrados.

De 1990 a 1995, enquanto as exportações extra-regionais do bloco passaram de um montante de US\$ 46,5 bilhões, em 1990, para US\$ 62 bilhões em 1995, as exportações intra-regionais passaram de US\$ 4,1 bilhões, em 1990, para US\$ 14,4 bilhões em 1995. (MONTROYA, 2002, p.43.) Isso demonstra que a integração do Mercosul auferiu benefícios comerciais ao bloco.

A partir da década de 1990, ainda devido ao processo de abertura comercial das economias-membro, há um acentuado incremento de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) para a América Latina, com destaque especial para as duas economias promotoras do Mercosul: Argentina e Brasil.

Tal fato ocorreu devido ao baixo custo da mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pelo Regionalismo Aberto da CEPAL, e devido ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Assim, o Mercosul, com a ampliação do Mercado Regional, tornou-se elemento-chave para a atração de IDE para a região e, sobretudo, para o Brasil, transformando o mesmo em uma base regional de exportação para muitas empresas multinacionais.

No que tange ao desempenho comercial do bloco, tanto intra quanto extra-regional, alguns episódios decorrentes da nova realidade internacional da década de 1990 (acirramento do processo de globalização e da regionalização) influenciaram diretamente na condução das políticas econômicas dos países integrados, auferindo fortes conseqüências para o desempenho comercial dos mesmos.

Os episódios mais marcantes em nível internacional, que influenciaram diretamente nessa dinâmica, foram: a Crise Mexicana (1994), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998).

A Crise Mexicana (1994), criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro. Tal crise levou o México à participação ao NAFTA, em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país.

No Mercosul, devido a tal crise, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações. (GINESTA).¹³⁵

Isso ocorreu porque, nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

No Brasil, devido a tal crise, foram implementadas medidas visando a contenção monetária e do crédito, as quais resultaram na desaceleração do crescimento da economia, no aumento da taxa de desemprego e na retração da produção industrial.

Ajustou-se, ainda, a política cambial, introduzindo-se o sistema de bandas cambiais, através do qual a moeda flutua entre limites que poderiam ser modificados periodicamente.

Nesse momento, no Mercosul, também foi concebida a TEC- Tarifa Externa Comum, e o Programa de Liberalização Comercial, visando incentivar a competitividade externa dos países integrados. Nesse escopo, aumentaram-se tanto as exportações quanto as importações nesse período, embora as exportações tenham crescido mais que as importações devido às medidas de ajuste das economias-membro, necessárias para que as mesmas se ajustassem ao processo de abertura econômica.

Esse quadro de crescimento tanto das exportações quanto das importações do Mercosul, culminou por reforçar que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto

¹³⁵ GINESTA, J. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**: una introducción. Porto alegre: Universidade/UFRS, 1999.

para Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997.

A Crise Asiática, outro episódio internacional demasiado importante que ocorreu no período de 1997-98, onde o mundo deparou-se com uma nova conjuntura de instabilidade econômica, que resultou da crise financeira em cambial que se estabeleceu na Ásia, trouxe, por sua vez, os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de comércio tanto intra quanto extra-bloco. A única exceção foi para o comércio de bens intra-bloco, pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado de 1997 para 1998.

A Crise Russa, ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo em meados de 1998, que culminou em uma decretação de moratória por parte da Rússia, que, por sua vez, sentiu drasticamente os efeitos da Crise Asiática, provocou os seguintes reflexos no desempenho comercial do Mercosul: tendência de queda no volume de comércio tanto intra quanto extra-bloco, até 1999. A Crise Russa também provocou uma fuga de capital estrangeiro do Brasil, que, em 1998, era de US\$ 31.913 milhões, reduzindo-se para US\$ 28.576, em 1999. Essa fuga de capital estrangeiro do Brasil deixou evidente a necessidade do país modificar a condução de sua política econômica, cortando gastos, aumentando a receita e colocando no mercado externo produtos com maior competitividade.

Frente a tal Crise, ainda, observou-se que o comércio mundial de bens, pelo lado das importações, foi maior do que pelo lado das exportações. Já em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações até o ano 2000. De 2001 a 2004 a tendência se inverteu, e o comércio de bens do Mercosul passou a ser maior pelo lado das exportações, do que pelo lado das importações.

Porém, no que tange ao desempenho comercial dos países-membros do Mercosul, individualmente, de 1995 a 2004, frente a essa conjuntura internacional adversa, as conclusões das análises são as seguintes:

No que tange aos saldos comerciais do Paraguai com os demais parceiros do Mercosul, observou-se que o mesmo apresentou saldos negativos com relação a todos os demais parceiros do bloco, demonstrando que o país é um típico importador no bloco.

Porém, observamos que mesmo apresentando saldos comerciais negativos em relação a todos os demais parceiros do bloco, as reduções tarifárias oriundas do Mercosul, bem como a liberalização comercial, cooperaram para que o comércio no Mercosul fosse expandido para o Paraguai nesse período, como pudemos observar pelos dados contidos no quadro 15. Nele pudemos observar como o comércio intra-regional passou a ser mais importante para o Paraguai a partir da formação do Mercosul.

Em 1990, o comércio intra-regional do Mercosul absorvia 27,4% das exportações totais do Paraguai, enquanto, em 2004, passou a absorver 32,9% dessas exportações.

Analisando os saldos comerciais do Uruguai em relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2004, chegamos às seguintes conclusões:

Em relação à Argentina, os saldos comerciais do Uruguai foram totalmente deficitários em todo o período de análise, salientando que o Uruguai tem se mostrado um típico importador argentino.

Em relação ao Brasil, os saldos comerciais do Uruguai apresentaram-se deficitários apenas no período entre 1999-2001, período que compreendeu a desvalorização do real e a crise financeira argentina.

Todavia, de acordo com NEVES (2007)¹³⁶, entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o Mercosul cresceram a uma taxa de 12% ao ano, após a formação do bloco, enquanto suas exportações para o resto do mundo cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano, o que demonstra que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como importador de produtos uruguaios, já desde os primeiros anos de sua formação.

Em relação ao Paraguai, o Uruguai apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Analisando os saldos comerciais da Argentina em Relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2004, nossas conclusões foram as seguintes:

Em relação ao Paraguai e ao Uruguai, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Em relação ao Brasil, a tendência continua a mesma: a Argentina, da mesma forma que para o Paraguai e o Uruguai, apresentou saldos comerciais positivos em relação ao Brasil, durante todo o período de análise (com exceção para o ano de 2004).

Desta forma, observando os saldos comerciais positivos da Argentina em relação ao Brasil, de 1995-2004, verificamos que aquela situação catastrófica que a Argentina lograva atravessar, de uma “enxurrada de produtos brasileiros invadindo o país”, fruto da política brasileira de desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais.

Ademais, tal fato nos levou a crer que a onda de protecionismo argentino às importações do Brasil não se baseou no “boom” dessas importações rumo ao mercado argentino, mas, sim, das dificuldades macroeconômicas derivadas de seu sistema cambial atrelado ao dólar (currency board) que impedia que o país utilizasse o câmbio fixo como instrumento de estímulo à atividade econômica. A Argentina, por conta da desvalorização do

¹³⁶ NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

real, feriu os próprios preceitos da liberalização comercial amparados pelo Tratado de Assunção (1991) e alegou responsabilidade ao Brasil de um total descontentamento dos países-membros ao projeto de integração do Mercosul, nesse período.

Por fim, analisando os saldos comerciais do Brasil em relação aos demais parceiros do Mercosul, no período de 1995-2004, chegamos às seguintes conclusões:

O Brasil apresentou saldos positivos em todo o período no bloco, somente em relação ao Paraguai.

Em relação ao Uruguai, os saldos positivos para o Brasil deram-se apenas após o ano da desvalorização do real (1999), estendendo-se até o ano de 2001 (ano que deflagrou a crise financeira argentina), mostrando a importância que as políticas brasileiras possuem para a modificação das tendências comerciais dos parceiros intra-bloco.

No que tange à Argentina, o Brasil apresentou saldos negativos durante todo o período, inclusive nos anos que se seguiram a tão comentada, criticada e conturbada desvalorização do real.

Desta forma, concluímos que o Brasil é o principal importador das economias-membro do bloco e é, ainda, a economia que menos apresentou saldos comerciais positivos no comércio intra-zona, carecendo, ainda, de ter que policiar suas políticas econômicas para evitar crises de credibilidade ao projeto de integração do Mercosul, mesmo que tais políticas o mantenha com saldos comerciais negativos em relação aos demais parceiros, no comércio intra-mercossul.

Ademais, o Brasil, como principal economia do bloco, tem o poder, mediante seus ajustes macroeconômicos internos, de promover ou não o desempenho comercial positivo das demais economias-membro intra-zona.

Concluimos, ainda, pela análise dos saldos comerciais individuais dos países-membros do Mercosul, que o Brasil foi o grande responsável por fomentar a expansão do comércio intra-bloco dos demais parceiros, através de suas importações.

Por fim, as análises dos saldos comerciais demonstraram que todas as economias-membro do Mercosul foram fortemente impactadas pelos resultados das mudanças nos rumos da economia brasileira (ajustes macroeconômicos), resultantes, sobretudo, da desvalorização do real, em 1999.

Ademais, seus respectivos níveis de atividade econômica, fluxos de capitais e fluxos comerciais do bloco, oscilaram de acordo com os ajustes macroeconômicos da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

O Tratado de Assunção (1991)
O Protocolo de Ouro Preto (1994)

FONTES SECUNDÁRIAS:

AGUILAR, Guillermo e MIRAMONTES, Rodolfo Cruz, *in* RODRÍGUEZ, Héctor Moreira (org.), **Entendiendo el TLC**. México, Centro de Estudios Estratégicos, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: LTR 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o futuro do Mercosul**: dilemas e opções. (capítulo do livro) **Mercosul**: integração regional e globalização. de autoria de CASELA, Paulo Borba, et al., São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ALVAREZ, Roberto ; FUENTES, Rodrigo. Chile: efectos del acuerdo con el Mercosur en la economía. **Comercio Exterior**, v.47, n.11, p.899-906, Banco Nacional de Comercio Exterior, México, novembro, 1997.

ALVES, Jaime da Silva. **MERCOSUL**: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis: UFSC, 1992.

AMARAL, Sandra Maria de Carvalho. **A dinâmica das relações comerciais do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial (1998-2005)**. Universidade de Brasília – UNB- Instituto de Relações Internacionais. Programa de Mestrado em Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, Brasília-DF-, 2007.

ARENAS, N. y SONNTAG, H. La Globalización: una mirada desde América Latina. En Cuadernos del **CENDES**-Caracas, Año 11, nº 27, Segunda Epoca, Septiembre-Diciembre, 1994. Artigo publicado no livro organizado por BASSO, Maristela, et al. Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos estados-membros. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado 1997.

BALASSA, Bella. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1961.

BALZE, F.A.M. **El comercio exterior Argentino en la década de 1990**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1991.

BARBOSA, Rubens Antonio. **América Latina em Perspectiva**: integração regional da retórica à realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1996.

- BASSO, Maristela. **Integração econômica e institucionalização**: as experiências do Mercosul e da União Européia. CD-ROM-Enciclopédia Digital Direitos Humanos II, São Paulo, 1992. Disponível em:
<<http://www.dhnet.org.br/oficinas/cursoac/mercosul/mercosul11.html>>.
- BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos: **MERCOSUL**: então e agora. LC/BRS/R.159. CEPAL, Escritório no Brasil, maio de 2006.
- BEHAR, Jaime. Integración y Coordinación de Políticas Económicas en América del Sur. **Aldea Mundo**, outubro 1998 – abril 1999.
- BERNAL-MEZA, R. **Sistema Mundial y Mercosur** – globalización, regionalismo y políticas exteriores comparadas. Argentina, Nuevohacer/Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2000.
- BIELSCHOWSKI, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**. Cincuenta Años, Santiago, Número Extraordinario, outubro, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo et al. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe**: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CAMPBELL, J. (ed.). **Mercosul**: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. **Econômica**, nº 4, pp.25-60.
- CARAMUTI, O,S. De.(coord). **El Mercosur en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1996.
- CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993.
- CARVALHO, Ailton Mota de. Integração e desintegração da América Latina. **Caderno de Geografia**, vol.6, nº 8, dez/1986.
- CARVALHO, Delgado; RIEMER, Anna Maria Delgado de. **História das Américas**. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.
- CASELA, Paulo Borba. **Pequenas e médias empresas e integração no Mercosul**. (capítulo de livro) Mercosul: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros., de autoria de BASSO, Maristela et.al. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- CASTEX, Paulo Henrique. **Os blocos econômicos como sociedade transnacional** A Questão da Soberania. (capítulo de livro) **Mercosul**: integração regional e globalização. Autoria de CASELA, Paulo Borba, et al. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- CEPAL. **Desarrollo reciente de los procesos de integración en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, (LC/R, 1.381), mayo, 1994.

CEPAL. **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe**. Informe 2001, CEPAL-Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2002.

CHACON, Vamireh. **O Mercosul: a integração econômica da América Latina**. São Paulo: Scipione, 1996.

CHALOUT, Yves & HILLCOAT, Guillermo. O Período de Transição do Mercosul e o Setor Primário. **Planejamento e Políticas Públicas**. n° 13, jan-jun, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel **América Latina: integração e desintegração**. (capítulo de livro). A América Latina e a globalização. São Paulo: FFLCH/PROLAM – USP, 2004.

CONTINI, Elísio. **Dinamismo do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://www.agroline.com.br/artigos/artigo.php?id=22>>. Acesso em: 21 abr. 2001.

ESTEVADEORVAL, Antonio. **Traditional market access issues in rtas: an unfinished agenda in the Americas?** Washington, D.C., 2002, apud ILHA, Adayr et al, **As Políticas Comerciais do Brasil e seus Reflexos no Comércio com a Argentina**. REPPIL@, v.1, n°1, UFSM-RS, 2003.

FLÔRES, Renato G. Junior. *Investimento Direto Estrangeiro no Mercosul: uma visão geral*. **Ensaios Econômicos**. Fundação Getúlio Vargas, EPGE. n° 598, São Paulo, agosto de 2005.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da. O processo de Integração da América Latina e do Caribe. Texto produzido pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração da Área de Planejamento do BNDES. Seminário sobre a América do Sul: A organização do espaço sul-americano. **Anais...** Brasília, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional –CIDEDEC**-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes, 15/04/2005.

FRANCO, Gustavo H.B. Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”? **Revista Política Internacional-CIDEDEC**-Centro Interdisciplinar de Estudos Econômicos, em colaboração com o Centro de Estudos das Américas do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes. 15/04/2005.

FRIEDMAN, Thomas, L. **O lexis e a oliveira: entendendo a globalização**. São Paulo: Objetiva, 1999.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1987.

GIMENES, Rafael Urbano. **Regime de concorrência das empresas binacionais no Mercosul**. In. **Mercosul: Integração Regional e Globalização**. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GINESTA, J. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**: una introducción. Porto Alegre: Universidade/UFRS, 1999.

HAFFNER, Jacqueline Hernández. A CEPAL e a Integração Latino-Americana. **Revista Análise Econômica**, UFRS, ano 20, 1996.

IRACHANDE, Aninho Mucundramo. **Direito de intervenção coletiva e a governança global**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1996.

JANK, M & NASSAR, A. **A reconfiguração do agribusiness no Mercosul e Chile**. In. **Agricultura no Mercosul. Chile mais Bolívia**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Montevideu (CRS), 1997.

JANK, Marcos Sawaya. **O contexto do Mercosul**: Harmonização de Políticas e Competitividade. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

KINOSHITA, Fernando. **Da associação Latino-Americana de livre comércio à associação Latino-Americana de integração**: Notas sobre a integração regional. In: *Âmbito Jurídico*, fev/2002. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/di0011.htm>>.

KOTZ, H.H. & CRETSCHEMANN, K. Convergencia en diferentes niveles de integración económica: la experiencia europea. **Integración Latinoamericana**, 19, Buenos Aires, ago./sept. 1994.

MACHADO, João B. M. **Mercosul**: processo de integração, origem e evolução. São Paulo, Aduaneiras, 2000.

MACHADO, João Bosco M; RIBEIRO, Fernando J. Conflitos Comerciais no Mercosul: Mudança cambial e questões estruturais. **Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)**. FUNCEX-Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, 1999.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A integração econômica da América Latina**: do sonho à realidade. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

MISES, L. V. **Liberalismo segundo a tradição clássica**, Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1996.

MONTOYA, Marco Antonio. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **UFP-RS, RBE**, Rio de Janeiro, out/dez., 2002.

NEVES, Leonardo Holzmann. As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999- Crise Econômica, e 2006- Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. **Comunicação...** I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAM e PUC-SP), 12 a 14 de novembro, São Paulo, 2007.

NICOLINI, Elisabete R. **Políticas de estabilização recentes de Argentina e Brasil e a estratégia de integração econômica proposta com o Mercosul.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina- PROLAM- da Universidade de São Paulo USP-SP, 2001.

NOBILE, Rodrigo Orlandi. **Os investimentos diretos intra-regionais no Mercosul.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM. USP-SP, 2004.

PAREDES, Fernando Salazar. La Sinergia como condición previa para la nueva integración. **Anais...** Seminário Sobre a América do Sul, Brasília, 03 de julho a 02 de agosto, 2000.

REIS, Márcio Monteiro. **Interpretação constitucional do conceito de soberania.** (capítulo de livro) Mercosul: Integração Regional e Globalização, de autoria de CASELA, Paulo Borba, et al. São Paulo-Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, N 11, 5/11/2002.

RIVAS, Alfredo Ângelo. Integración y Gobernabilidad en América Latina. ¿ Una Conciliación Imposible? **Aldea Mundo**, Año 6, nº 11, mayo-octubre, 1997.

ROZEMBERG, Ricardo; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosul.** Ano 7, número 8. Período 2001-2002. Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe.. BID-INTAL, Buenos Aires-Argentina, 2003.

RUSSO, Jose Luis. **Las disparidades regionales e sus efectos sobre los sistemas agroalimentares en el marco del Mercosur.** Universidad de Córdoba (España). Escuela de Ingenieros Agrónomos y Montes. Economía Agroalimentaria-Desarrollo Regional, Tesis Doctorales, 1997.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. **As teorias da integração e o Mercosul:** estratégias. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILBER, Simão D. **Evolução e tendência do comércio internacional.** Série Assuntos Internacionais. Coleção Documentos São Paulo. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, junho de 1995.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

VACCHINO, J.M. **La integración latinoamericana en la era de la globalización.** Desarrollo de espacios y opciones de integración. En Integración Solidaria: América Latina: América Latina en la Era de la Globalización. Caracas, Ediciones Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1995.

VACCHINO, Juan Mario; PULGAR, Telasco. Articulación de acuerdos de integración y la comunidad latinoamericana de naciones. **En Capítulos** nº 53, enero-junio, SELA, Caracas, 1998.

VACCHINO, Juan Mario. La integración regional y las negociaciones del Alca. **Aldea Mundo**, Año 6, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Crise asiática, recuperação e construção da multipolaridade**. In: **Nova Ordem Global – Relações Internacionais do Século 20**. disponível em: <www.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_152.htm>.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Mercosul e sociedade Civil. **São Paulo em Perspectiva** 16 (1), 63-73, 2002.

ANEXOS

ANEXO 01 - PROTOCOLO DE OURO PRETO

ANEXO 01.PROTOCOLO DE OURO PRETO PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL (Ouro Preto, 17/12/1994)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes", Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul;

Atentos para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do Mercosul às mudanças ocorridas;

Reconhecendo o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição, Acordam:

Capítulo I

Estrutura do Mercosul

Artigo 1

A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos:

- I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II. O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III. A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI. A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Artigo 2

São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul.

Seção I

Do Conselho do Mercado Comum

Artigo 3

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

Artigo 4

O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

Artigo 5

A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

Artigo 6

O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 7

As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 8

São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

- I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul.

IV. Negociar e assinar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;

IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul.

X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

Artigo 9

O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção II

Do Grupo Mercado Comum

Artigo 10

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul.

Artigo 11

O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 12

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do Mercosul.

Artigo 13

O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

Artigo 14

São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

I. Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;

III. Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV. Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V. Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI. Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências;

VII. Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul;

VIII. Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul;

IX. Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X. Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI. Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII. Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIII. Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul;

XIV. Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico- Social;

Artigo 15

O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

Seção III

Da Comissão de Comércio do Mercosul

Artigo 16

À Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países.

Artigo 17

A Comissão de Comércio do Mercosul será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

Artigo 18

A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

Artigo 19

São funções e atribuições da Comissão de Comércio do Mercosul:

- I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;
- II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;
- III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;
- IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;
- V. Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;
- VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;
- VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul;
- VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul;
- IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;
- X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;
- XI. Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

Artigo 20

A Comissão de Comércio do Mercosul manifestar-se-á mediante Diretrizes ou Propostas. As Diretrizes serão obrigatórias para os Estados Partes.

Artigo 21

Além das funções e atribuições estabelecidas nos artigos 16 e 19 do presente Protocolo, caberá à Comissão de Comércio do Mercosul considerar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, relacionadas com as situações previstas nos artigos 1 ou 2 do Protocolo de Brasília, quando estiverem em sua área de competência.

Parágrafo primeiro - O exame das referidas reclamações no âmbito da Comissão de Comércio do Mercosul não obstará a ação do Estado Parte que efetuou a reclamação ao amparo do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias.

Parágrafo segundo - As reclamações originadas nos casos estabelecidos no presente artigo obedecerão o procedimento previsto no Anexo deste Protocolo.

Seção IV

Da Comissão Parlamentar Conjunta

Artigo 22

A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul.

Artigo 23

A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

Artigo 24

Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

Artigo 25

A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

Artigo 26

A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

Artigo 27

A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

Seção V

Do Foro Consultivo Econômico-Social

Artigo 28

O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

Artigo 29

O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Artigo 30

O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

Seção VI

Da Secretaria Administrativa do Mercosul

Artigo 31

O Mercosul contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul e terá sede permanente na cidade de Montevidéu.

Artigo 32

A Secretaria Administrativa do Mercosul desempenhará as seguintes atividades:

- I. Servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul;
- II. Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, lhe corresponderá:
 - i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no artigo 39.
 - ii) Editar o Boletim Oficial do Mercosul.
- III. Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.
- IV. Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo.
- V. Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;
- VI. Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do Mercosul;
- VII. Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;
- VIII. Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

Artigo 33

A Secretaria Administrativa do Mercosul estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Capítulo II

Personalidade Jurídica

Artigo 34

O Mercosul terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

Artigo 35

O Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

Artigo 36

O Mercosul celebrará acordos de sede.

Capítulo III

Sistema de Tomada de Decisões

Artigo 37

As decisões dos órgãos do Mercosul serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

Capítulo IV

Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do Mercosul

Artigo 38

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do Mercosul as medidas adotadas para esse fim.

Artigo 39

Serão publicados no Boletim Oficial do Mercosul, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria

Administrativa do Mercosul; ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos

ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do Mercosul comunicará o fato a cada Estado Parte;

iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Capítulo V

Fontes Jurídicas do Mercosul

Artigo 41

As fontes jurídicas do Mercosul são:

I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;

II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;

III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

Artigo 42

As normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Capítulo VI

Sistema de Solução de Controvérsias

Artigo 43

As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das

Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 44

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

Capítulo VII

Orçamento

Artigo 45

funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

Capítulo VIII

Idiomas

Artigo 46

Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Capítulo IX

Revisão

Artigo 47

Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do Mercosul estabelecida pelo presente Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

Capítulo X

Vigência

Artigo 48

O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

Artigo 49

O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 50

Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, *ipso iure*, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

Capítulo XI

Disposição Transitória

Artigo 51

A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

Capítulo XII

Disposições Gerais

Artigo 52

O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

Artigo 53

Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

ANEXO

PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO

MERCOSUL

Artigo 1

As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do Mercosul, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

Artigo 2

O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do Mercosul, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do Mercosul, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do Mercosul remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

Artigo 3

O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do Mercosul, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do Mercosul, quando esta decidir sobre a reclamação.

Artigo 4

A Comissão de Comércio do Mercosul decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.

Artigo 5

Se não for alcançado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do Mercosul encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do Mercosul.

Artigo 6

Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do Mercosul ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão alcançada, seja na Comissão de Comércio do Mercosul ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

Artigo 7

Se não for alcançado consenso na Comissão de Comércio do Mercosul e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão alcançada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do Mercosul. O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília.

ANEXO 2 – O TRATADO DE ASSUNÇÃO

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA, A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPÚBLICA DO PARAGUAI E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI (ASSUNÇÃO, 26/03/1991)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados “Estados Partes”.

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social; Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para se s países; Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos; Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980; Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes; Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados; Acordam:

CAPÍTULO I

Propósito, Princípios e Instrumentos

ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias á circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciaisregionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

ARTIGO 2

O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

ARTIGO 3

Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II,III e IV ao presente Tratado.

ARTIGO 4

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços sejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra rática desleal.Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

ARTIGO 5

Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I); b) A coordenação de

políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior; c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes; d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

ARTIGO 6

Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

ARTIGO 7

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

ARTIGO 8

Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;

b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;

c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes à formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;

d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPITULO II

Estrutura Orgânica

ARTIGO 9

A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

a) Conselho do Mercado Comum;

b) Grupo do Mercado Comum.

ARTIGO 10

O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

ARTIGO 11

O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes. Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

Artigo 12

A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

ARTIGO 13

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;

- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;

- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de Acordos frente a terceiros;

- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá; seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

ARTIGO 14

O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

ARTIGO 15

O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideu.

ARTIGO 16

Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

ARTIGO 18

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPITULO III**Vigência****ARTIGO 19**

O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará; ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPITULO IV**Adesão****ARTIGO 20**

O presente Tratado estará aberto á adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

CAPITULO V**Denúncia****ARTIGO 21**

O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá; comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá; aos demais Estados Partes.

ARTIGO 22

Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPITULO VI**Disposições Gerais**

ARTIGO 23

O presente Tratado se chamará “Tratado de Assunção”

ARTIGO 24

Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

CARLOS SAUL MENEM